



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

ANA CRISTINA DIAS COELHO

ASPECTOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E OS
IMPACTOS DA POLÍTICA DE FOMENTO NO PROCESSO DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO NA BAHIA
(2012-2016)

Salvador
2022

ANA CRISTINA DIAS COELHO

**ASPECTOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL E OS
IMPACTOS DA POLÍTICA DE FOMENTO NO PROCESSO DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO NA BAHIA
(2012-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Museologia.

Orientador: Carlos Alberto Etchevarne

Co-Orientador: Carlos Alberto Santos Costa

Salvador

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Coelho, Ana Cristina Dias

C672 Aspectos das políticas culturais no Brasil e os impactos da política de fomento no processo de preservação do patrimônio museológico na Bahia (2012-2016). / Ana Cristina Dias. – 2022. 184 f.

Orientador: Prof^o. Dr.^o Carlos Alberto Etchevarne

Co-Orientador: Prof^o. Dr.^o Carlos Alberto Santos Costa

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

1. Museus. 2. Museologia. 3. Política cultura. I. Etchevarne, Carlos Alberto. II. Costa, Carlos Alberto Santos. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 069



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA
PPGMUSEU - UFBA
Estrada de São Lázaro, 197, Federação, Salvador/Bahia
CEP 40.210-730 Tel. (71) 3283-6445
ppgmuseu@ufba.br



PARECER PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MESTRANDA: Ana Cristina Dias Coelho

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: “Políticas Culturais na Bahia: os impactos da política defomento no processo de preservação do patrimônio museológico (2012-2016)”

PARECERISTAS:

- Orientador(a): Dr. Carlos Alberto Santos Costa (PPGMUSEU/UFRB – Presidente)
- Parecerista 1: Dra. Sidélia dos Santos Teixeira (PPGMUSEU/UFBA – 1ª Examinadora)
- Parecerista 2: Dra. Elisabete de Castro Mendonça (UNIRIO – 2ª Examinadora).

PARECER:

A comissão examinadora considera o tema importante para os estudos e para a implementação de políticas públicas no campo dos museus. Sugere observar os aspectos indicados por cada uma das avaliadoras para, junto com a orientação, verificar o que poderá ser incorporado à versão final. Pela apresentação, arguição e defesa indica a aprovação.

Defesa de Mestrado realizada no ambiente virtual MConf-RNP

bons frutos com luta.

Sidélia S. Teixeira

Elisabete de C Mendonça

(ConferênciaWeb)Salvador, 19 de dezembro de 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA
PPGMUSEU - UFBA
Estrada de São Lázaro, 197, Federação. Salvador/Bahia
CEP 40.210-730 Tel. (71) 3283-6445
ppgmuseu@ufba.br

PPGMUSEU

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Às 14:00 horas do dia 19 (dezenove) de dezembro de 2022, em sessão pública realizada remotamente na Plataforma MConf (Conferência Web), deu-se início a apresentação, defesa e julgamento da dissertação realizada pela mestranda **Ana Cristina Dias Coelho**, aluna da Linha de Pesquisa 1 do Mestrado em Museologia – PPGMuseu, desta Universidade. O trabalho, intitulado: *“Políticas Culturais na Bahia: os impactos da política de fomento no processo de preservação do patrimônio museológico (2012-2016)”*, foi avaliado pela banca composta pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (PPGMUSEU/UFBA | PPGAP/UFRB

– Presidente), pela professora Dra. Sidélia Santos Teixeira (PPGMUSEU/UFBA – 1ª Examinadora) e pela professora Dra. Elizabete de Castro Mendonça (UNIRIO – 2ª Examinadora). Após a abertura dos trabalhos, a mestranda deu início a apresentação, tendo trinta minutos para a sua explanação. Em seguida, foram iniciadas as arguições dos membros da banca, em tempo estipulado de vinte minutos para cada um, com o mesmo tempo destinado para as respostas da mestranda. Após esta etapa da sessão, a banca reuniu-se em separado para deliberar sobre o resultado da avaliação, divulgando, em seguida, a sua deliberação para a mestranda e público presente, indicando a aprovação da mestranda. Ao final da sessão, foi lavrada esta ata, que após leitura, será assinada pela mestranda e pelos membros da banca e demais presentes. Salvador, 19 de dezembro de 2022.

bons fruits ont ont.
Sidélia S. Teixeira
Elizabete de C Mendonça
Ana Cristina Dias Coelho.

EL MUNDO ES UN MUSEO

Y El museo un mundo.

Las ruedas de colores de Sonia Delaunay.

El vacío de Jorge Oteiza.

El avión derrotado de Ansel Kieffer.

El soldado borracho de Marc Chagall.

Las ecuaciones de Richard Serra.

Las palabras perdidas de Jenny Holzer.

El árbol de los deseos de Yoko Ono.

Proviene todos de este mundo.

Este mundo nos invita a inventar nosotros.

Acaso,

¿qué es la vanguardia
más que La ecografía de un sueño?

¿Qué la abstracción
más que el sueño de una gráfica?

El mundo es un museo.

Y un museo, piénsenlo, puede cambiar el mundo.

No sirve solo para tomar fotografías,
visitarlo, para decir que uno ha estado allí.

No.

un museo es un depósito de memoria,
todos sabemos eso.

Pero es pasado está ligado al futuro.

Un museo no solo está.

un museo, es, hace, influye.

Nos demuestra que las cosas

Se puede hacer de otra manera,

que podemos ser mejores.

Nos hace creer que casi siempre hay una segunda oportunidad.

un museo puede hacer todo eso.

Y eso que ha hecho este museo.

Crecimos con este museo,

El museo nos hizo. Como personas y como país.

Y es que, la arquitectura, las obras de arte, no son meros objetos.

Se mueven y hacen que nos movamos,

y por ellos son necesarios.

Es así de sencillo.

Porque el mundo es un museo

y el museo es un mundo.

Kirmen Uribe

Em memória,

Às minhas mães Esmeralda Catarina Coêlho de Mattos e Waldelice Coêlho. Com seus exemplos e atitudes eu aprendi o que a Filosofia chama de Ética. Elas me ensinaram o exercício da compreensão, que sabiam resistir aos reverses da vida com extrema dignidade. Deixaram para mim o legado da justiça, da determinação e de uma imensa força de caráter.

AGRADECIMENTOS

Sou grata ao universo e à teia de afetos de Μνημοσύνη (Mnemósine) que me presenteou.

A Museologia nos impulsiona na constante busca pela evolução. À medida que vamos assimilando conhecimentos sobre as diversas formas de estar neste planeta, através do contato com a nossa diversidade cultural e humana, nossa visão alcança patamares antes não imaginados e vamos modificando, para melhor, nossa maneira de pensar, sentir, viver e conviver. Ela me ensinou que nossas conquistas não ocorrem aos saltos, elas se fazem de forma lenta e progressiva.

Foi um desafio conciliar o processo da pesquisa acadêmica com os compromissos profissionais. O caminho foi longo, de muito aprendizado e amadurecimento.

Dito isto, registro minha gratidão por estar cercada de pessoas que acreditaram na pesquisa, a todos que indireta e diretamente contribuíram com este trabalho. E são essas pessoas a quem agradeço agora.

À Miyuki Coêlho por estar sempre ao meu lado, companheira em todos os momentos.

Ao ensino público brasileiro, por meio da Universidade Federal da Bahia, que nos proporciona ensino gratuito e pela excelência do corpo docente, em especial, aos servidores e corpo docente do curso de graduação em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Museologia. Que a universidade pública seja cada vez mais acessível.

Aos Professores Carlos Alberto Etchevarne e Carlos Alberto Santos Costa, por terem encarado o desafio da orientação. Sou muito grata pela parceria, confiança, rigor e dedicação.

Às professoras Elizabete de Castro Mendonça e Sidélia Santos Teixeira, por aceitarem fazer parte da banca examinadora e contribuírem de forma significativa na qualificação.

Ao Professor Carlos Costa pelas falas cirúrgicas sobre os temas que envolvem a pesquisa, pelo acolhimento, generosidade e disponibilidade.

Aos colegas do PPGMUSEU, que nessa jornada a museologia transformou em amizade: Régia Ignez Moura Ribeiro dos Anjos e Thanity Silva de Andrade sempre com palavras encorajadoras.

Ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – Ipac, local onde eu tive a oportunidade de vivenciar a prática da Museologia e mais profundamente as políticas culturais. Aqui registro gratidão aos gestores João Carlos Oliveira, Elizabeth Gándara, Maria Célia T. M Santos, Daniel Rangel e Heloisa Helena F.G. Costa pelo constante incentivo e apoio nos projetos relacionados à Museologia.

À equipe da Coordenação de Editais, pela parceria e reflexões compartilhadas, por entenderem a importância e me apoiarem. Agradecimentos especiais a Fabiana Pancho, Larissa Ribeiro e Murilo Carvalho (Lilo).

À equipe da Superintendência de Promoção Cultural, por ter disponibilizado as informações e documentos necessários à pesquisa, além de se mostrar sempre disposta a esclarecer dúvidas. Agradecimentos especiais a Taís Viscardi, Queudina Cardeal, Murilo Pereira, Ana Paula Fernandes, Rose Gomes, Roseane Patriota, Carol Almeida e Alexandre Simões.

Agradecimentos mais que especiais a Carlos Paiva e Carla Régis Pinheiro, detentora da memória do Fundo de Cultura e amiga que o trabalho com o fomento me presenteou.

Às amigadas que Museologia me presenteou nessa jornada: Marilene Cerqueira, Sônia Ivo, Rafaela Almeida, Maria Helena Tavares, Heloísa Helena Fernandes Costa, Liliana Leite, Antônio Varjão, Simone Trindade, Karine Porto, Patrícia Santos, Menderson Bulcão, Dina César, Márcia Labanca, Júlio Chaves, Osvaldo Copque, Cythia Nery, Antônia Barros, Bárbara Carvalho, Aníbal Gondim, Celene Barbosa e Conceição Costa e Silva.

À Bruna Mattos da Silva, minha querida sobrinha com quem sei que posso contar a todo instante.

A Hilton Sousa pela escuta afetuosa que me ajudou a seguir adiante e chegar até aqui.

Aos colegas dos grupos de estudo da Federação Espírita Brasileira, que durante o período pandêmico foram meu porto seguro.

E por último, e não menos importante, aos meus familiares deste e de outros planos.

COELHO, Ana Cristina Dias. **Aspectos das Políticas Culturais no Brasil e os impactos da política de fomento no processo de preservação do patrimônio museológico na Bahia (2012-2016)**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o contexto de inserção dos museus baianos nas linhas de apoio do Fundo Estadual de Cultura (FCBA), entre os anos de 2012 e 2016. A escolha do período está relacionada às significativas mudanças e avanços nas políticas culturais baianas. Dessa forma, a pesquisa buscará relatar a formulação e implementação de políticas culturais na Bahia, as políticas de Museus buscando atrelar as ocorrências no plano Federal ao Estadual e quais os marcos normativos que possibilitam a operacionalização da Política Cultural para o campo dos Museus. Nesse processo apontamos os meios operacionais de execução das políticas culturais, que oportunizam a inserção dos museus na política de fomento, tais como os Editais Setoriais, bem como analisar os beneficiários dessas políticas setoriais de museus. Discutimos ainda a repercussão da distribuição dos recursos no território baiano, quando caracterizaremos as instituições que utilizaram os recursos do Fundo de Cultura, como os projetos apoiados se relacionam com as diretrizes e eixos estruturantes da Política Setorial de Museus (PSM) e, finalmente, os desafios e estratégias para o setor museológico.

Palavras-chave: Museus. Museologia. Políticas Cultural. Política de Museus. Fomento. Fundo de Cultura. Economia Criativa.

COELHO, Ana Cristina Dias. **Aspects of Cultural Policies in Brazil and the impacts of promotion policy on the process of museological heritage preservation in Bahia (2012-2016)**.184 f. Dissertation (Master in Museology) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2022.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the context of insertion of museums from Bahia in the support lines of the State Culture Fund (FCBA) between 2012 and 2016. The choice of period is related to significant changes and advances in the local cultural policies. Therefore, the research will seek to report the formulation and implementation of cultural policies in Bahia, the policies of Museums seeking to link the occurrences from the federal to the State level and which are the normative frameworks that allows the operationalization of the Cultural Policy for the field of Museums. In this process, we point out the operational means of implementing cultural policies, which provide opportunities for the insertion of museums in the política promotion, such as the Sectorial Public Notices, as well as analyzing the beneficiaries of these sectoral policies for museums. We also discuss the repercussion of the resources distribution in the territory of Bahia, when we will characterize the institutions that used the resources of the Culture Fund, how the supported projects relate to the guidelines and structuring axes of the the Sectorial Policy of Museums (PSM) and, finally, the challenges and strategies for the museum sector.

Keywords: Museums. Museology. Cultural Policies. Museum Policy. promotion. Culture Fund. Creative economy. Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Diagrama dos impactos gerados	38
Figura 2	Organograma Dimus (2008: 2011)	62
Figura 3	Organograma do Ipac	64
Figura 4	Macrorregiões Museais	67
Figura 5	Oficina de elaboração de Projetos em Alagoinhas – 2010	68
Figura 6	2º Encontro Baiano de Museus	69
Figura 7	Reunião dos Articuladores e a Dimus – 2011	71
Figura 8	Projetos Apoiados (2005- 2009)	92
Figura 9	Execução Orçamentária (2005 – 2009)	93
Figura 10	Linhas de apoio do FCBA	95
Figura 11	Clique Fomento (SIIC)	112
Figura 12	Cadeia operatória do edital	113
Figura 13	Comissão de Mérito	115
Figura 14	Mapa de dispersão dos proponentes por Território de Identidade	119
Figura 15	Mapa de dispersão das propostas por município de execução	121
Figura 16	Instituições Museológicas do Território Bacia do Rio Corrente	122
Figura 17	Acervo Memorial de Valença	123
Figura 18	Memorial APA do Pratigi	123
Figura 19	Casa de Maria Bonita	125
Figura 20	Instituições do Litoral Sul	126
Figura 21	Proposta apoiada no Médio Rio de Contas	129
Figura 22	Projetos selecionados no Território Metropolitano de Salvador	132
Figura 23	Propostas apoiadas no Território do Recôncavo	144
Figura 24	Propostas apoiadas no Território do Sertão do São Francisco	150
Figura 25	Propostas apoiadas no Território Sertão Produtivo	154
Figura 26	Proposta apoiada no Território do Sisal	157
Figura 27	Proposta apoiada no Sudoeste Baiano	159
Figura 28	Porcentagem (%) das propostas por eixos da PSM (2012-2016)	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Fomento pelo FCBA – Evolução 2005 / 2017	97
Tabela 2	FCBA X FAZCULTURA	98
Tabela 3	Série histórica Edital Setorial de Museus	105
Tabela 4	Série histórica FCBA	105
Tabela 5	Mapeamento Museus X Projetos apoiados	117
Tabela 6	Distribuição dos recursos por Território	120
Tabela 7	Distribuição dos recursos orçados com pagamento de pessoal (PF) no edital 20/2016: Setorial de Museus	169
Tabela 8	Distribuição dos recursos orçados com pagamento de pessoal (PJ) no edital 20/2016: Setorial de Museus	170
Tabela 9	Distribuição dos recursos orçados com gastos administrativos no edital 20/2016: Setorial de Museus	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Legislação de Incentivo	80
Quadro 2	Edital 01/2009: Preservação, Dinamização e Difusão de Acervos Pertencentes a Instituições Museais Privadas e Comunitárias no Estado da Bahia	100
Quadro 3	Propostas Edital 02/2009 – Apoio a Propostas de Formação Artística e/ou Qualificação Técnica na Área Museológica e Patrimonial	101
Quadro 4	Propostas Edital nº 15/2010: Apoio a Preservação, Dinamização e Difusão de Acervos Pertencentes a Instituições Museais Privadas e Comunitárias do Estado da Bahia	102
Quadro 5	Legislação relacionada ao edital Setorial de Museus – FCBA	109
Quadro 6	Objeto de apoio dos editais de museus	111
Quadro 7	Resumo dos projetos selecionados no Território Bacia do Rio Corrente	123
Quadro 8	Resumo dos projetos selecionados no Território Baixo Sul	125
Quadro 9	Resumo dos projetos selecionados no Território de Itaparica	126
Quadro 10	Resumo dos projetos selecionados no Território Litoral Sul	128
Quadro 11	Resumo dos projetos selecionados no Território Médio Rio de Contas	131
Quadro 12	Resumo dos projetos selecionados no Território Metropolitano de Salvador	136
Quadro 13	Resumo dos projetos selecionados no Território Recôncavo	147
Quadro 14	Resumo dos projetos selecionados no Território Sertão do São Francisco	153
Quadro 15	Resumo dos projetos selecionados no Território Sertão Produtivo	156
Quadro 16	Resumo propostas selecionadas no Território do Sisal	158
Quadro 17	Resumo propostas selecionadas no Território Sudoeste Baiano	161
Quadro 18	Síntese do objeto as propostas em relação aos Eixos da PSM	166

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
Apeb	Arquivo Público do Estado da Bahia
AMB	Associação dos Museólogos da Bahia
Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCPI	Centro de Culturas Populares e Identitárias
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Cofem	Conselho Federal de Museologia
DEM	Partido Democratas
Demu	Departamento de Museus e Centros Culturais
Depab	Departamento de Bibliotecas
Depam	Departamento de Museus
Demap	Departamento de Museus e Artes Plásticas
Dimus	Diretoria de Museus
DIAR	Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas
Fazcultura	Programa Estadual de Incentivo à Cultura
FCBA	Fundo Estadual de Cultura da Bahia
FCS	Framework for Cultural Statistics
FICARTs	Fundos de Investimento Cultural e Artístico
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FPC	Fundação Pedro Calmon
Funceb	Fundação Cultural do Estado da Bahia
GT	Grupo de Trabalho
Ibam	Instituto Baiano de Museus
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IBPC	Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural
Icofom	Comitê Internacional para a Museologia
Icofom LAM	Subcomitê para América Latina e Caribe
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Ipac	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IR	Imposto de Renda
Irdeb	Instituto de Rádiodifusão Educativa da Bahia

ISS	Imposto sobre Serviços
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAs	Leis Orçamentárias Anuais
MAB	Museu de Arte da Bahia
MAM-BA	Museu de Arte Moderna da Bahia
MES	Ministério da Educação e da Saúde
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MoMA	Museum of Art
MUF	Museu de Favela
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNM	Política Nacional de Museus
PNSM	Plano Nacional Setorial de Museus
PSM	Política Setorial de Museus
PPA	Plano Plurianual
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
Pronasci	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PT	Partido dos Trabalhadores
SAAC	Superintendência de Apoio às Ações Culturais
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
Secult	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
Sefaz	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEF	Sociedade de Etnografia e Folclore
Sphan	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Seplan	Secretaria de Planejamento
Suprocult	Superintendência de Promoção Cultural
UE	Unidades Executoras
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 O QUE SE ENTENDE POR POLÍTICAS CULTURAIS	25
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS	26
2.2 O CONCEITO AMPLIADO DE CULTURA	34
2.3 ECONOMIA CRIATIVA E A AUTOSSUSTENTABILIDADE EM MUSEUS	36
2.4 O QUE NÃO É POLÍTICA CULTURAL	42
3 O ESTADO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS	44
3.1 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	44
3.2 POLÍTICAS PARA MUSEUS: CENÁRIOS FEDERAL E ESTADUAL	45
3.2.1 Cenário Federal	49
3.2.1.1 <i>Instrumentos de Gestão da Política Nacional de Museus</i>	52
3.2.2 Mnemósine com Dendê – o cenário Baiano	54
3.2.3 A ideia de democratização do campo museológico na Bahia	70
3.3 OS MARCOS REGULATÓRIOS	72
4 O FOMENTO A MUSEUS NA BAHIA	78
4.1 A CONFIGURAÇÃO DE UM SISTEMA DE FOMENTO NA BAHIA	84
4.2 MECANISMOS DE FOMENTO	85
4.2.1 Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura	85
4.2.2 O Fundo de Cultura da Bahia	88
4.3 A INSERÇÃO DOS MUSEUS NA POLÍTICA DE FOMENTO	99
4.4 OS EDITAIS SETORIAIS: PORQUE O ESTADO LANÇA MÃO DESSES MECANISMOS?	103
5 O ALCANCE E OS LIMITES DA POLÍTICA DE FOMENTO NOS ANOS 2012-2016: UM BALANÇO	108
5.1 ANÁLISE DOS EDITAIS SETORIAIS DE MUSEUS (2012-2016)	116
5.2 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS	121
5.2.1 Bacia do Rio Corrente	122
5.2.2 Baixo Sul	123
5.2.3 Itaparica	125
5.2.4 Litoral Sul	126
5.2.5 Médio Rio de Contas	129
5.2.6 Metropolitano de Salvador	132

5.2.7 Recôncavo	144
5.2.8 Sertão do São Francisco	150
5.2.9 Sertão Produtivo	154
5.2.10 Sisal	157
5.2.11 Sudoeste Baiano	159
5.3 MUSEUS QUE JÁ FIZERAM USO DOS RECURSOS DO FUNDO DE CULTURA	161
5.4 AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE OS PROJETOS APOIADOS E A POLÍTICA SETORIAL DE MUSEUS DA BAHIA	163
5.5 GASTOS ORÇADOS: ALGUNS ELEMENTOS PARA REFLEXÃO	168
5.5.1 Gastos com Pessoal	168
5.5.2 Gastos com Serviços	170
5.5.3 Gastos Administrativos	171
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
6.1 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS	176
REFERÊNCIAS	178
APÊNDICE – Glossário	183

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, o poder público e os diferentes segmentos que compõem o setor museológico no Brasil articularam esforços em prol do desenvolvimento e fortalecimento dos museus com elaboração de uma política específica para o setor. Nesse período, na Bahia, a política cultural vivenciou dois momentos distintos.

O primeiro com o pensamento governamental da gestão de Paulo Souto, do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM) (2002-2006), que a trazia como herança “carlista”¹, um discurso identitário regional e uma tônica de continuidade nas políticas culturais oriundas de um grupo político no poder de 1973 a 2006. A cultura submetida à lógica do turismo era vista como secundária, um produto e atrativo turístico. O segundo momento é marcado pela ruptura do modelo vigente com a eleição de Jaques Wagner, cuja gestão conduziu à elaboração das políticas culturais ancoradas nas três dimensões da cultura: simbólica, econômica e cidadã, as quais são inspiradas na política cultural definida pelo Governo Federal de então.

Na gestão Paulo Souto, o órgão responsável pela formulação das políticas de cultura e de turismo era a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), criada em 1995, pela Lei nº 6.812, de 18 de dezembro, com a finalidade de gerir a política destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do estado, além da promoção e desenvolvimento do turismo e do lazer. No entanto, ainda que as ações voltadas para recuperação do patrimônio histórico fossem apresentadas como o elemento “mais importante”, percebe-se a prioridade dada ao setor turístico.

No tocante aos museus administrados pelo governo estadual, a gestão desses espaços na capital e interior ficava sob a responsabilidade da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb). Paulo Souto, antes mesmo de começar o mandato oficial, articulou e conseguiu no final da gestão de Otto Alencar aprovação da Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002

¹O “carlismo” é um termo utilizado para caracterizar as influências da ação política no estado da Bahia do médico Antônio Carlos Peixoto de Magalhães (1927-2007), mais conhecido como Antônio Carlos Magalhães ou ACM, tendo ocupado as funções de: prefeito da Capital (1967-1970); governador por três mandatos (1971-1975, 1979-1983 e 1991-1994); Senador por dois mandatos (1995-2001 e 2003-2007), ocupando a Presidência do Senado durante o primeiro (1997-2001); e Ministro das Comunicações (1985-1990). Na atualidade, o principal herdeiro político do carlismo é o seu neto, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, conhecido como ACM Neto.

(BAHIA, 2002), que se tratava de uma “minirreforma”, que previa o remanejamento das unidades de museus integrantes da estrutura da Funceb para o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac).

Esse movimento de transferência dos museus da Funceb para o Ipac será importante quando analisarmos o conjunto de estratégias promovidas pelo Ministério da Cultura (MinC), a partir de 2003, visando rearticular o setor em torno da Política Nacional de Museus (PNM) e do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Pois, embora agentes locais compartilhassem da articulação política do Ministério da Cultura, por meio das ações do recém-criado Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), não havia um alinhamento entre a política cultural federal e a estadual.

Com a eleição de Jaques Wagner (2007-2010) como Governador da Bahia ocorre a separação das pastas da Cultura e do Turismo. A recém-criada Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult), tendo como secretário o diretor teatral Márcio Meirelles, vai desenvolver ações para organização do campo cultural baiano, em articulação com o governo federal, visando a sua institucionalização, a exemplo da organização de conferências e encontros setoriais e a elaboração da Lei Orgânica de Cultura. Em decorrência dessas ações, ressurgiu o debate local sobre a política de museus, que entra na pauta da agenda governamental.

O discurso governamental apresentado evidenciava uma “intenção de gestão” de posicionar os museus enquanto estratégicos na formulação de políticas culturais. Assim, começou-se a delinear uma nova forma de enxergar o papel e a importância dos museus, momento no qual ocorre a reestruturação da Diretoria de Museus (Dimus) do Ipac.

Registra-se que as ações iniciadas em 2003 pelo Projeto-Piloto do Eixo 3, da Política Nacional de Museus – Formação e Capacitação de Recursos Humanos, possibilitaram articulações entre agentes culturais que atuam nos museus da capital e do interior do estado, fornecendo as bases para o estabelecimento do diálogo e maior alinhamento entre governo estadual e federal em relação à política de museus.

Desse modo, a Dimus, seguindo as diretrizes da PNM, promoveu ações de capacitação como cursos, encontros e assistências técnicas, tendo um público beneficiário de profissionais de museus, agentes culturais, estudantes dos cursos de Museologia da capital e do interior do

estado, que passaram a apontar demandas para o setor relacionadas ao fomento, com repercussão nas conferências setoriais de museus e, conseqüentemente, o surgimento dos primeiros editais para o setor.

Verifica-se, então, um olhar sobre os investimentos em museus e a temática da sustentabilidade entra na pauta das discussões enquanto diretriz de uma política, chegando a ser o tema principal do 2º Encontro Baiano de Museus. Acerca desse aspecto, Daniel Rangel, o diretor da Dimusna ocasião (2008-2011), afirma: “[...] O tema e o foco das palestras buscam atender às necessidades do setor que, para mim, se expressam em duas vertentes: uma política, que se relaciona à sustentabilidade, e uma poética, ligada à inovação [...]”². Rangel trazia um discurso de alinhamento com a política cultural do governo Lula, tendo como repercussão mais imediata a realização dos primeiros editais para apoio a atividades nos museus, lançados em 2009 e 2010, que juntos somaram um investimento de R\$ 1,6 milhão, com recursos do Fundo de Cultura (FCBA).

Em 2012, início do período contemplado nesta pesquisa, já na gestão do Professor Titular da Universidade Federal da Bahia, Albino Rubim (2011-2014) à frente da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, temos o surgimento dos Editais Setoriais e Temáticos com recursos do FCBA, resultado das movimentações das conferências setoriais e estaduais de cultura. Para o setor museológico, até 2016 foram liberados, por meio dos editais setoriais, R\$ 4.433.554,07³, sendo que cada proposta poderia receber um apoio de até R\$ 100.000,00.

Para fins de estudos desta pesquisa, foram escolhidas quatro edições do Edital Setorial: Edital 09/2012, Edital 28/2013, Edital 15/2014 e Edital 20/2016. Essa escolha deu-se em razão da possibilidade de termos uma visão ampliada das propostas apoiadas, considerando que o edital permite que a aplicação dos recursos para realização de ações diversas relacionadas à gestão museal e à revitalização e conservação preventiva dos acervos e espaços expositivos. Além das atividades de exposições, publicações e ações educativas.

²Fala publicada na matéria “Encontro transforma Salvador na capital dos museus e artes visuais” Postado em: 11/11/2010 17: <http://www2.cultura.ba.gov.br/2010/11/11/inovacao-e-sustentabilidade-e-o-tema-do-2%C2%BA-encontro-baiano-de-museus/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

³ Dados obtidos acessando o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura: Clique Fomento: https://siic.cultura.ba.gov.br/clique_fomento/inscricoes/encerradas . Acesso em: 9 dez. 2021. Dados obtidos acessando o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura: Clique Fomento: https://siic.cultura.ba.gov.br/clique_fomento/inscricoes/encerradas . Acesso em: 9 dez. 2021.

Importa registrar que Rubim é pós-doutor em Políticas Culturais e promoveu ações visando a institucionalização do campo cultural, entre elas, as Caravanas Culturais que percorreram os 27 territórios de identidade; articulação para aprovação da Lei Orgânica da Cultura (2011) e o Plano Estadual de Cultura (2014); além da reformulação da Lei do FCBA, que não avançou na Assembleia Legislativa da Bahia⁴ (ALBA); ainda a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias (2011), entre outras que contribuíram para fortalecer o campo, os diálogos e as políticas culturais no estado.

Feito esse preâmbulo, esta pesquisa tem como foco de análise o contexto de inserção dos museus do estado da Bahia nas linhas de apoio do Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA), entre os anos de 2012 e 2016. Nesse período, aconteceram significativas mudanças e avanços nas políticas culturais baianas.

De antemão, assumo aqui as implicações de uma pesquisa imersa em duas perspectivas distintas: a primeira formada a partir de uma base construída na vivência profissional, quando surgem os primeiros questionamentos e reflexões diretamente ligados às minhas inquietações sobre a gestão dos museus; e uma outra perspectiva enquanto graduanda de Museologia na Universidade Federal da Bahia, e que ganham corpo ao participar das atividades de qualificação promovidas pelo Projeto-Piloto de Formação e Capacitação em Museologia.

Outro ponto decisivo foi a experiência no Núcleo Sistema de Museus e na Coordenação de Editais do Ipac que guiam a pesquisadora por um ambiente de investigação que é familiar e, ao mesmo tempo, vai sendo descortinado pela visão da pesquisadora refletindo sobre o contexto experienciado no momento de constituição de ações voltadas para o estabelecimento das bases do Sistema Estadual de Museus (2005-2011) e com o surgimento das primeiras linhas de apoio destinadas ao setor museológico na Bahia. Um difícil diálogo, considerando o volume de informações a serem filtradas, pois procurei a construção de um trabalho coerente, atenta para as nuances que envolvem os processos de gestão das instituições museológicas principais beneficiárias do apoio direto dos editais Setoriais de

⁴O Projeto de Lei 17688/2008, encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado visa alterações em dispositivos da Lei nº 9.431/2005 e com isto desburocratizar o funcionamento do FCBA. Destaca-se entre as alterações propostas, a inserção de novas linguagens como projetos nas áreas de moda, gastronomia, cultura digital e economia criativa, que atualmente não estão previstas na lei. Outro ponto importante é a redução do limite de funcionamento, de três anos para um ano, para empresas e associações submeterem projetos, também será possível o apoio ao mesmo projeto com o Fazcultura e aprovar mais de um projeto por ano. Conforme verificamos no site da ALBA (<https://www.al.ba.gov.br/>), o Projeto foi retirado de tramitação, a pedido do Autor, de acordo com o Ofício nº 1.667/2015. Acesso em: 28 jun 2020.

Museus. A decisão desta pesquisa surge também como uma necessidade avaliar o fomento setorial aos museus, configurando-se como momento oportuno de integração teoria-prática. Além disso, os estudos sobre o fomento setorial à cultura na Bahia concentram-se fortemente na análise das políticas culturais voltadas para as linguagens artísticas, havendo certa escassez de trabalhos com uma abordagem sobre os museus e os mecanismos de fomento.

O recorte temporal de 2012 a 2016 foi adotado de modo que pudesse contemplar um período de relativa estabilidade no lançamento dos editais setoriais, quando os dados são mais consistentes para uma análise das mudanças processadas no cenário cultural baiano e na recente formulação das políticas específicas para os museus durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), no governo do Estado.

Apesar da existência de alguns indicadores, em geral, os dados sobre os projetos apoiados são documentados por narrativas oficiais, que se limitam aos relatórios de gestão. Não identificamos pesquisas que contemplem de modo mais específico o setor museológico e de modo mais amplo os diversos setores que interagem com os museus contemplados com recursos do FCBA. A avaliação é considerada uma das etapas mais importante e crucial para a continuidade das políticas públicas. No entanto, é negligenciada pelos governos e instituições. Desse modo dificulta-se que haja o conhecimento do campo e da avaliação para implantação de políticas públicas consistentes. A pesquisa também é um esforço para mapear quem são os agentes e de que forma eles participam dos editais setoriais de museus. Com isso, esperamos problematizar alguns aspectos dos museus enquanto produtores de bens e serviços, de modo a contextualizar o ambiente no qual a política de fomento auxilia na implementação da política museológica.

Para tanto, a compreensão dos conceitos e a dinâmica da formulação de políticas culturais é basilar no processo de construção dos subsídios para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre política de museus e o fomento aos museus. Assim, com o suporte dos pressupostos teóricos tanto sobre a trajetória das políticas culturais e de preservação no Brasil, quanto sobre cultura, museus, política cultural, fomento e economia criativa reflexionar-se-á sobre os impactos dos editais setoriais de museus, enquanto instrumentos para efetivação dos objetivos da política setorial de museus na Bahia, entre os anos de 2012 – 2016.

A partir das questões apresentadas acima, chega-se à indagação fundamentadora da presente investigação: de que modo o Fomento Setorial, em relação aos projetos executados

por meio do Edital Setorial de Museus, subsidia implementação de ações com base na política de museus?

Para atingir esse objetivo, esta dissertação de mestrado estará dividida em 4 capítulos. No primeiro, intitulado “O que se entende por política cultural”, buscaremos demonstrar os dados históricos e políticos que permitem compreender o cenário que possibilitou a elaboração das políticas culturais da Bahia. Nessa abordagem, entendemos que discutir de forma imbricada as noções de cultural e economia criativa serão fundamentais para distingui-las da noção de política cultural.

Como continuidade lógica das discussões estabelecidas, o segundo capítulo, chamado “O Estado e a implementação das políticas culturais”, buscará relatar a formulação e implementação de políticas culturais na Bahia no que se refere às políticas de Museus, buscando atrelar as ocorrências do plano federal ao estadual e quais os marcos normativos que possibilitam a operacionalização da Política Cultural para o campo dos Museus.

Em “O fomento a Museus na Bahia”, aqui caracterizado como o terceiro capítulo, buscará refletir sobre os meios operacionais de execução das políticas abordadas no capítulo anterior, que oportunizam a inserção dos museus na política de fomento, tais como os Editais Setoriais, bem como analisar os beneficiários dessas políticas setoriais de museus.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “O alcance e os limites da política de fomento nos anos 2012-2016: um balanço”, realizaremos uma análise qualitativa e quantitativa da distribuição dos recursos no território baiano, quando caracterizaremos as instituições que utilizaram os recursos do Fundo de Cultura, como os projetos apoiados se relacionam com as diretrizes e eixos estruturantes da PNSM e, finalmente, os desafios e estratégias para o setor museológico.

Seguem-se aos capítulos de conteúdo as “Considerações finais”, quando buscamos fazer um enlace dos dados apresentados ao longo da pesquisa, e as “Referências”, nas quais estão organizadas as obras e fontes que serviram de base de sustentação de nossos argumentos.

Em termos metodológicos, o suporte da pesquisa bibliográfica e documental foi imprescindível para a realização deste trabalho. Desta forma, para alcance dos objetivos propostos, a investigação apoiou-se em três tipos de fontes. Num primeiro momento, buscamos a bibliografia produzida no campo da museologia e das políticas culturais que

versavam sobre a temática da investigação para subsidiar o enquadramento teórico. Posteriormente, foi realizada coleta e análise dos documentos de carácter técnico: relatórios de gestão, depoimentos e entrevistas de gestores disponíveis nas páginas oficiais, os dados sobre execução financeira do FCBA, a legislação produzida sobre o tema, acessada nas páginas oficiais da Secult e no Diário Oficial do Estado, permitindo uma melhor compreensão das ações de fomento aos museus.

O terceiro momento é dedicado ao processo exploratório dos dados sobre os Editais Setoriais de Museus e propostas apoiadas, cujas informações estão disponíveis no módulo Clique Fomento, do Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC). A partir da coleta dos dados das propostas apresentadas via Clique Fomento, estruturamos os quadros com informações sobre o perfil do proponente, tipo de propostas, valores orçados, município e território de execução.

Revelou-se fundamental um olhar mais apurado sobre as instituições museológicas que foram beneficiadas com recursos do FCBA, ainda que em pequena escala, comprovam a existência de ações preconizadas na PNM. Relativamente às dificuldades apresentadas no decorrer desta pesquisa, cedo se constatou a escassez de dados acerca das problemáticas ligadas ao fomento aos museus no estado da Bahia.

Ainda que não seja objeto de aprofundamento nesta pesquisa, é necessário atentar para as formas de estruturar a relação entre política e cultura, bem como a concepção de desenvolvimento cultural que está posta nos programas de governo. Pois neles poderemos verificar a existência do clientelismo liberal, tradicionalismo patrimonial, estatismo populista, privatização neoconservadora, democratização cultural e democracia participativa.

2 O QUE SE ENTENDE POR POLÍTICAS CULTURAIS

O Brasil é um país de acentuada desigualdade⁵, tanto do ponto de vista econômico como do social. São problemas que impactam da formulação das políticas públicas, sobretudo, quando falamos da política cultural. Para além das diferenças regionais na distribuição dos recursos, que influenciam diretamente na complexa execução da política cultural, existe ainda uma diversidade de processos, nos quais os agentes culturais enfrentam as carências e incertezas que permeiam o campo cultural. Nesse contexto, entendemos que a reflexão sobre políticas culturais não pode ser restrita aos aspectos vinculados às estruturas hegemônicas de gestão da administração, pública.

Desta forma, não tivemos por objetivo aprofundar os paradigmas que norteiam as políticas culturais. Buscamos compreender, como essas bases conceituais estão subsidiando a formatação da política museológica e sua relação com o fomento aos museus.

Entretanto, antes de refletirmos sobre o processo de produção e implementação de ações relacionadas aos objetivos da política de museus, é necessário ter em vista noções associadas às políticas culturais. A primeira noção é a de política pública, expressa como o conjunto de ações e compromissos, nas dimensões políticas e administrativas, assumidos como respostas do estado às demandas da sociedade. Adicionalmente, entre as diversas definições, no contexto desta pesquisa por política pública remetemos a Saravia (2006, p.28) que conceitua as políticas públicas como “[...] o fluxo de decisões públicas, visando manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, tendo como objetivos a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder”.

Compreendida de forma introdutória a noção de política pública, ressalta-se que acreditamos ser um equívoco pensá-la como uma ação unilateral, como sendo tudo que tem uma origem no estado. O Estado é o aparato que existe na sociedade, sendo ocupado por diferentes ideologias e projetos de sociedade. Esse movimento demonstra também alternâncias que ocorrem nas relações de poder, tanto em processos históricos, democráticos

⁵ A Síntese de indicadores sociais produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra a existência de desigualdades estruturais, evidenciadas no perfil dos trabalhadores: A população ocupada de cor ou raça branca, apresenta um ganho em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 25,0% mais que as mulheres. Ainda segundo dados do IBGE, a informalidade dos postos de trabalho se constitui em importante fonte de desigualdades historicamente constituída entre trabalhadores de cor ou raça preta ou parda (IBGE, 2022).

ou ditatoriais. Para além do aparato político, ele é constituído por agentes que fazem parte da sociedade civil. Justamente pelo Estado incorporar o poder hegemônico e a sociedade civil composta por suas representações institucionais, que as políticas não podem ser consideradas como unilaterais. Compreender essa diferença entre Estado e Governo é necessário para o entendimento da política pública e, em sequência, como é organizada a política cultural.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS

O campo cultural tem sido objeto de investigação, debates e produção de conhecimento que possibilitam reflexões sobre as políticas culturais: são estudos estratégicos para atuação do setor cultural. Por meio deles podemos compreender os contextos, identificar ausências e possibilidades de atuação que podem nortear o desenvolvimento de projetos e políticas que visam avanços nas formas de gestão e, conseqüentemente, a institucionalidade do campo. A cultura gera demandas transversais, cuja produção de conteúdo perpassa por diversas áreas do conhecimento.

Segundo afirmativa de Philippe Urfalino (2015), o momento da “invenção” da política cultural ocorre em 1959, data de criação do Ministério de Assuntos Culturais na França, tendo em sua direção o escritor André Malraux, que será reconhecido como uma das figuras centrais para o estabelecimento da política cultural francesa. No caso francês é importante, também, atentar para o fato de que “as escolhas de Malraux definiram a política cultural como um projeto ao mesmo tempo social, estético e reformador, sustentado por uma oposição à ideia de instituição” (URFALINO, 2015 p.12).

Os países latino-americanos são profundamente marcados pela colonização e ocupação territorial por parte dos países europeus. Segundo a teórica Lia Calabre (2013), essa realidade contribui para similaridades culturais, das quais destacamos o apagamento dos vestígios das civilizações originárias, resultante da imposição contínua da cultura do colonizador sobre a do colonizado. A busca pela construção de uma nova identidade cultural durante os processos de independência na região, secundarizou “o viés mestiço – negro e índio – das novas sociedades que se formavam. Essas novas identidades tinham por base a cultura e a civilização europeias”. A criação de museus, monumentos, a instituição das efemérides nacionais são iniciativas que marcam a ação dos Estados latino-americanos no século XIX, entretanto:

[...] todo o processo estava voltado para satisfazer uma elite política e econômica, preservando estritos laços com as origens europeias. Por outro

lado, tais países, nesse mesmo momento, mantinham altíssimos níveis de analfabetismo e de exclusão social – das populações negras, indígenas, mestiças e de imigrantes pobres (CALABRE, 2013, p. 326-327).

No caso da América Latina, as discussões sobre a necessidade e importância da existência de políticas culturais se iniciaram, mais efetivamente, quando muitos países da região ainda viviam sob o regime de ditaduras militares. A esse respeito, Calabre (2013, p. 326-327) nos explica que a configuração latino-americana é fruto de um processo histórico que tem início na última década do século XX, quando ocorreu o fortalecimento e a modernização dos Estados nacionais, estando, ainda, as ações do campo cultural fortemente vinculadas à educação.

Atualmente, observa-se que no cenário latino-americano a cultura é acionada com status de agente estratégico de transformação social. Em consequência disso, vê-se o esforço para o estabelecimento de ações articuladas entre cultura, democracia e cidadania, com fito de que as políticas culturais possam converter-se em dispositivos centrais para a transformação das relações sociais existentes. Dito isto, acreditamos que a perspectiva de políticas culturais apresentada pelo antropólogo Néstor García Canclini, em seu artigo *Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latino-americano*⁶ (1987), e amplamente referenciada por pesquisadores do campo cultural, nos possibilita uma leitura crítica da análise das políticas culturais, além de contribuir para delimitar e categorizar o campo.

Percebe-se que Canclini (1987) enfatiza a dimensão simbólica ao definir políticas culturais como “o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação”. Conforme destaca Canclini, existiram cinco movimentos nas últimas décadas do século passado que representam avanços nessa área de estudos sobre políticas culturais, são eles: a) o deslocamento das descrições burocráticas para a conceituação crítica; b) das cronologias e discursos à pesquisa empírica; c) das políticas governamentais aos movimentos sociais; d) das investigações nacionais à pesquisa internacional; e) da documentação sobre o passado à análise crítica e o planejamento.

⁶ O artigo compõe a obra *Políticas Culturais na América Latina*. A obra coordenada por García Canclini que reúne textos de Jean Franco, Sergio Miceli, Guillermo Bonfil, Oscar Landi e José Joaquín Brunner com reflexões sistemáticas sobre as políticas culturais. Destacam-se duas análises que tratam as políticas culturais enquanto campo teórico e institucional, realizadas por Brunner e García Canclini.

Para fornecer elementos que possam auxiliar na compreensão do incremento de ações da política de museus, a partir de propostas culturais com apoio financeiro da Linha de Fomento Setorial, por meio do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), é importante lembrar como eram as práticas que antecederam a configuração de gestão pública para a cultura atualmente vigente no Brasil. Nesse sentido, de acordo com o professor e pesquisador de políticas culturais Albino Rubim, os estudos sobre a temática são desenvolvidos em espaços e tempos determinados, sendo ainda caracterizados pela dispersão em face de sua configuração multidisciplinar (RUBIM, 2007). Embora haja uma considerável produção do campo cultural sobre essas políticas, o autor aponta, ainda, outra característica: “Ela trata de maneira desigual os diferentes momentos da história das políticas culturais nacionais” (RUBIM, 2007, p. 12). Outro ponto importante é o caráter tardio das políticas culturais no Brasil, sendo visto como uma primeira tradição em decorrência de seu perfil autoritário e elitista.

Não podemos esquecer que na realidade brasileira, como nos demais países latino-americanos, as ideias e práticas culturais foram afetadas pela colonização e pelas imigrações. Com isso, o processo histórico de construção da política cultural brasileira percorre um cenário que guarda certas similaridades com seus vizinhos latino-americanos. Mesmo que em reduzida profundidade, abordaremos sua trajetória para uma melhor compreensão da atual política museológica nacional e baiana.

Dentre a base teórica produzida, recorreremos aos pesquisadores com relevante atuação: Albino Rubim (2007), Alexandre Barbalho (2007), Lia Calabre (2009), Isaura Botelho (2007) e Mário Chagas (2006). Eles apontam a década de 1930 como marco inaugural das políticas culturais no Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1930 as classes dominantes brasileiras assumem o encaminhamento do fazer cultural e político. A criação e implantação do Museu Histórico Nacional (MHN) pelo Decreto-Lei nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, acontece no âmbito das comemorações do Centenário da Independência do Brasil. O MHN torna-se o primeiro museu efetivamente dedicado à história nacional, tendo como gestor seu idealizador, Gustavo Barroso.

Na Era Vargas (1930 – 1945) a questão patrimonial recebeu um tratamento centralizador. Nessa conjuntura, apesar das dissensões ideológicas e conceituais, ocorre o despertar para a proteção dos bens culturais, quando parte da intelectualidade aporta projetos voltados para a preservação do patrimônio nacional, a exemplo das contribuições do deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho (1890-1967), com alargamento conceitual da

proteção do patrimônio nacional para além do monumento isolado, incluindo a preocupação com a preservação de outras coleções, como a literária e a documental.

De acordo com museólogo Mário Chagas (2006, p. 84), “esta assertiva pode ser confirmada por meio da análise dos diversos projetos e anteprojetos que buscaram criar um dispositivo legal para inibir as constantes ações de depredação e transferência para outros países dos bens culturais brasileiros”. Nesse período, a estruturação de políticas culturais é associada à criação de órgãos governamentais dedicados à cultura e ao protagonismo de seus gestores.

Entendemos que um dos marcos iniciais para formação e consolidação das políticas voltadas para área museológica é a criação pelo Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, do Curso de Museus, responsável pela institucionalização da museologia no Brasil. O curso foi idealizado pelo escritor Gustavo Barroso (1932). No Capítulo VI do Regulamento do Decreto nº 15.596, que cria o MHN, Barroso já previa um Curso Técnico comum às necessidades do MHN, da Biblioteca e do Arquivo Nacional. Nele estavam descritas as disciplinas, forma e organização do curso com duração de dois anos: “[...]1º ano: história literária, paleografia e epigrafia, história política e administrativa do Brasil, arqueologia e história da arte. 2º ano: bibliografia, cronologia e diplomática, numismática e sigilografia, iconografia e cartografia”.

Barroso foi o idealizador do Curso de Museus, contudo sua efetivação deu-se na gestão historiador Rodolfo Garcia, quando com o Decreto nº 21.129, de 07 de março de 1932, o curso foi implantado no MHN. Como disciplinas apresenta: História política e administrativa do Brasil (período colonial); Numismática (parte geral); História da arte (especialmente do Brasil); e Arqueologia aplicada ao Brasil. Para o 2º ano: História política e administrativa do Brasil (até a atualidade); Numismática (brasileira) e sigilografia; Epigrafia; Cronologia; e Técnica de museus. As matérias constantes da seriação anterior constituíram as quatro cadeiras seguintes: a) História do Brasil; b) Numismática e sigilografia; c) Arqueologia brasileira; d) Epigrafia, cronologia e técnica de museus⁷.

Do ponto vista das políticas culturais, similarmente na ação dos modernistas, percebemos uma movimentação para suprir demandas de ações de formação no campo da cultura. O “Curso de Etnografia” surgiu em 1935 e deu origem à Sociedade de Etnografia e

⁷ Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932- Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 mar 2020.

Folclore (SEF). Importa lembrar a presença da pesquisadora assistente do Museu do Homem, Dina Lévi-Strauss, professora da Universidade de Paris, considerada figura central da SEF. A questão da capacitação e formação do corpo técnico de pesquisadores ligados ao Departamento de Cultura e aos quadros dos museus brasileiros já era antevista por Mário de Andrade, desta forma justificando a criação da SEF.

Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que é fruto de uma forte campanha realizada por intelectuais modernista em favor da preservação das cidades históricas. Na estrutura do anteprojeto de criação do Sphan, Andrade propõe a criação de quatro livros de tombo e quatro museus nacionais a eles associados, a saber: 1. Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às três primeiras categorias de artes (arqueológica, ameríndia e popular); 2. Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria (arte histórica); 3. Livro do Tombo das Belas-Artes/Galeria Nacional de Belas-Artes, correspondente às quinta e sexta categorias (arte erudita nacional e estrangeira); 4. Livro do Tombo das Artes Aplicadas/Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondente às sétima e oitava categorias (artes aplicadas nacionais e estrangeiras) (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 59).

Em julho de 1938 é criado o primeiro Conselho Nacional de Cultura, tendo na sua composição inicial sete membros. Aqui falamos de políticas governamentais para a cultura. Como referencial histórico temos duas ações governamentais que foram estruturantes no período. A primeira é uma ação no plano municipal, a gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, quando são empreendidas ações para institucionalização da cultura. Mário de Andrade foi o responsável por termos, pela primeira vez, a formulação de uma política cultural no sentido público e a cultura passou então a ser um direito de todo cidadão e não apenas voltada para as elites. Durante a passagem de Mário de Andrade no Departamento são estabelecidas bases das políticas culturais na contemporaneidade, conforme demonstra Albino Rubim:

Pode-se afirmar que Mário de Andrade inova em: 1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais

(modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças etc.) (RUBIM, 2007 p. 15).

A “imaginação museal”⁸ insere-se nas inquietações de Mário de Andrade, quando os museus assumem papel estratégico na construção simbólica de uma identidade da nação e na proteção oficial do patrimônio nacional. Chagas (2006) investiga a ótica museológica de Mário de Andrade, a partir da obra *Há uma gota de sangue em cada museu: uma ótica museológica de Mário de Andrade*, na qual aponta as inovações sobre o pensamento museológico do poeta. O Curso de Etnografia visava, assim, munir os museus de instrumentos de coleta mais criteriosos, que possibilitassem desdobramentos analíticos de maior alcance. Já no anteprojeto do Spahan percebemos as sementes da futura Política Nacional de Museus. Andrade cria uma Seção dos Museus com a finalidade de organizá-los, elaborar mostras e “[...] articular-se com os museus regionais pertencentes a poderes públicos; fornecer-lhes documentação fotográfica, discos e filmes; e distribuir-lhes subvenções federais” (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 65).

Ainda que tenham ocorridos avanços no período, cabe lembrar a perenidade desta gestão. Isaura Botelho afirma que embora Mário de Andrade tenha sido um importante colaborador, ele não foi um gestor de política do governo federal. Para Botelho (2007, p. 3), “ele estabeleceu as bases de uma matriz que vai sendo reapropriada, relida e adaptada ao longo do tempo pela sensibilidade de gestores que estiveram à frente do setor cultural em nível nacional”. No âmbito federal é criado por Getúlio Vargas o Ministério da Educação e da Saúde (MES), tendo Gustavo Capanema como seu ministro. Capanema possui um perfil conservador, no entanto, em seu Ministério atuaram intelectuais e artistas progressistas, tais como Cândido Portinari, Carlos de Andrade e Oscar Niemeyer. Nesse período, a área cultural ganhou legislações específicas e novas instituições foram criadas. Calabre (2013, p. 328) considera que “Uma das questões centrais do governo varguista era a da formação de uma identidade nacional, projeto para o qual o cinema e o rádio contribuíram significativamente”. Conceitualmente, nas palavras de Rubim, é uma tentativa de “invenção de um imaginário social que irá conformar o cenário político cultural que perpassa o pensamento e a ação dos governantes” (RUBIM, 2007a, p. 18). Por sua vez, Alexandre Barbalho considera que nesse período “Há a tentativa de criar uma ‘cultura do consenso’ em torno dos valores da elite

⁸ O conceito de “imaginação museal”, desenhado por Mário Chagas (2003), configura-se como a capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas. Essa capacidade imaginativa não implica a eliminação da dimensão política dos museus, mas, ao contrário, pode servir para iluminá-la (CHAGAS, 2009, p. 58).

brasileira, e o projeto de uma ‘cultura nacionalista’ é o espaço para aproximar parcelas da intelectualidade, mesmo aquela não alinhada diretamente ao regime” (2007, p. 40).

Dessa maneira, compreendemos que do ponto de vista da gestão pública da cultura, a figura de Mário de Andrade representava uma política mais abrangente. A partir da sua atuação, estabeleceram-se as bases político e operacional para a formulação e a execução de políticas culturais no país. Essa postura de gestão, em certa medida, é o conceito de democratização cultural trabalhado hoje nas políticas culturais.

Aloísio Magalhães é outro gestor que, seguindo os passos do Mário de Andrade, difundiu uma nova percepção para cultura brasileira, a partir do entendimento do processo da produção cultural. Percebe-se que, assim como no caso francês, no Brasil a elaboração de políticas culturais tem sido influenciada pela participação de artistas, políticos, intelectuais e profissionais de diversos segmentos culturais e áreas afins. No entanto, identifica-se que a cultura foi moldada como um campo de atuação e disputa do poder público, seja na proteção de manifestações e bens culturais, como na promoção do fomento e acesso às criações e experiências culturais. Não podemos esquecer que políticas públicas dependem de orçamento, que ficam atrelados aos personalismos das gestões públicas.

As ações na área da cultura entre os anos de 1945 e 1964 foram realizadas de forma pontual, com a exceção da atuação dos Sphan. Em 1953, a educação e a cultura deixam o Ministério da Educação e Saúde e passam a integrar o recém-criado Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com a criação do MEC ocorrerá a expansão das universidades públicas. No período, é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão que será difusor do ideário nacional-desenvolvimentista do país na época. Com o golpe cívico-militar de 1964, que perdura até 1985, temos o retorno do autoritarismo.

A existência de um ministério destinado ao campo da cultura não significou “ações diretas de grande vulto no campo da cultura” (CALABRE, 2007, p. 89), uma vez que a estrutura existente anteriormente foi mantida. Instituições privadas como Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Museu de Arte de São Paulo e a Fundação Bienal, foram declaradas de utilidade pública e eram subvencionadas pelo governo. Porém, “sempre de maneira descontinuada, nada que se possa chamar de uma política de financiamento” (CALABRE, 2007, p. 89).

O Conselho Nacional de Cultura é reformulado para assumir o papel de elaborador de políticas culturais que orientassem a elaboração de planos nacionais de cultura e a atuação do

governo no âmbito nacional. No entanto, como relata Lia Calabre (2007, p. 90), “alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática”, caracterizando o processo de descontinuidade que marca as políticas culturais no Brasil. Com o fim do período autoritário e durante a redemocratização brasileira, a política cultural ingressa no que Rubim chama de “tradição da instabilidade” (RUBIM, 2007, p.11-36).

Na trajetória de formulação de políticas culturais no Brasil, as políticas de preservação se destacam em relação aos demais setores culturais. Esse protagonismo evidencia as relações entre patrimônio, poder e seu uso na legitimidade de projetos de governo. Ressalta-se que qualquer ordem política necessita de meios para manter sua legitimidade simbólica, sendo que em nenhum lugar esses meios são mais proeminentes do que quando a legitimidade simbólica está ancorada no campo do patrimônio cultural.

Jeremy Ahearne (2009) considera que a política cultural não constitui simplesmente um objeto pré-definido para a história cultural, mas também uma “lente” específica através da qual a história cultural, de maneira mais geral, pode ser abordada. Essa lente tende a posicionar em primeiro plano as perguntas que podem ser discutidas em outros contextos em termos de ideologia e “governabilidade”, colocando em foco ações direcionadas à arte e à cultura por agências que buscam modificar o comportamento das populações.

Quando analisamos uma política cultural, é preciso diferenciar qual o sentido de política cultural é adotado pelo Estado. Isto é, qual a categoria de política cultural: se ela é cultural explícita ou nominal ou política cultural implícita ou eficaz. Segundo Ahearne (2009), a política cultural explícita é aquela rotulada pelo governo como estratégia oficial para o setor cultural. A categoria de política cultural implícita ou eficaz é a mais abrangente de qualquer estratégia política que pareça funcionar na cultura do território.

O advento da Revolução Francesa provocou uma mudança no conceito do museu, com a representação do patrimônio nacional e a noção de que democraticamente pertencia ao povo, tendo o direito de conhecê-lo. Podemos dizer que neste momento surgiu também a função pública dos museus, destacando-se ainda a criação do *Musée du Louvre*, em 1793. Dominique Poulot (2013) registra a importante mudança na concepção paradigmática dos museus enquanto *dépôts* (depósitos de objetos) para *expôts* (exposição de objetos), redefinindo significativamente seus papéis.

Do ponto de vista da ideologia do nacional, os museus moldaram a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio, eram instituições idealizadas com esse fim, porém não o único. No livro *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, o cientista político Benedict Anderson considera que “nas políticas de construção da nação dos novos Estados vemos um grande entusiasmo nacionalista popular através dos meios de comunicação, da educação, da administração, e assim por diante” (2008, p.226).

Anderson destaca que o museu, o censo e o mapa são três instituições de poder. No caso específico dos museus, o autor afirma que “o museu e a imaginação museológica são profundamente políticos. Tentando criar uma imagem gloriosa junto à população do novo Estado” (2008, p.246).

Assim, suas coleções eram usadas como instrumentos de afirmação identitária, um mecanismo eficaz em propalar e legitimar os valores de uma elite. Não podemos esquecer o contexto que envolve a história da aquisição dessas obras que, de certa forma, narram a história da humanidade. Algumas das coleções formadas e incorporadas em diversos museus são resultantes de um passado de saques e espólios de guerra.

As instituições museológicas são palcos de disputas, lugares de esquecimentos, na mesma medida em que elegem memórias e constroem narrativas. Na atualidade, os museus podem ser categorizados como *locus* da política cultural implícita, tendo em vista que são instituições que operam, prioritariamente, na salvaguarda do patrimônio (cultural e natural) para a preservação de memórias, constituindo-se ainda como locais de difusão de conhecimentos e construção de identidades. Dessa forma, o papel do museu como uma “ferramenta social ou tecnologia política que pode ser manipulada para atender a diferentes interesses (nacionais, regionais, étnicos, pessoais ou locais)” não elimina a sua potência poética e mítica (CHAGAS, 2009, p. 59). Quando são concebidos para executar o papel do Estado na idealização de imaginários sobre os diversos grupos e suas práticas culturais, produzindo discursos revestidos de sentidos, voltados para a afirmação de poderes, quase sempre de caráter hegemônico, eles se aproximam do modelo de política cultural explícita.

2.2 O CONCEITO AMPLIADO DE CULTURA

A percepção de cultura para compreensão da política cultural nesta pesquisa tem como referenciais conceituais a Declaração Universal da Diversidade, que reafirma a cultura como “[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que

caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver em comunidade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2002). Outra referência que adotamos é a definição pragmática de cultura que encontramos no *The 2009 Unesco Framework for Cultural Statistics* (FCS), base para as estatísticas culturais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

O FCS utiliza uma representação da cultura cujo objetivo é medir atividades relacionadas aos bens e serviços culturais que são gerados por processos industriais e não industriais. Nesse sentido, considera que “Bens culturais e os serviços abrangem valores artísticos, estéticos, simbólicos e espirituais. Os serviços culturais não representam bens culturais materiais em si, mas facilitam sua produção e distribuição” (THE 2009..., 2009, p. 22, tradução nossa). O FCS exemplifica como serviços culturais aqueles que envolvem o licenciamento e direitos autorais, distribuição audiovisual, promoção de artes cênicas e eventos culturais, bem como informações culturais, entre os quais aqueles realizados em bibliotecas, centros de documentação e museus.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, estabeleceu-se uma nova forma de indução da cultura, que passou a ser vista em seu sentido pleno, antropológico, considerando a “tridimensionalidade da cultura”, baseada em três dimensões fundamentais: simbólica, cidadã e econômica, definidas pelo Ministério da Cultura (MinC), como:

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira (MINC, 2010, p. 8).

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) aponta os avanços da Constituição de 1988, na qual já constava a ampliação do conceito de patrimônio, os direitos culturais e a sociedade como parceira do Estado no papel de proteção e promoção da cultura. Nesse sentido, identificamos no programa de governo da gestão PT os marcos conceituais presentes nas políticas culturais e, especificamente, na política museológica, que reafirmam e colocam na prática os avanços da Constituição.

A utilização do amplo conceito de cultura presente na legislação brasileira, desde a Constituição Federal de 1988, significou uma tentativa de abertura das ações do MinC, pois se o entendimento de cultura não é restrito ao universo das artes, as ações do Estado no campo da cultura não podem ser direcionadas somente aos artistas ou às plateias de espetáculos. Assim, de fato abre-se um caminho para que a diversidade cultural brasileira se aproprie das políticas públicas de cultura do governo federal.

Nesse contexto, o Ministério da Cultura (MinC), como um formulador e executor de políticas públicas e de projetos para a cultura, sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, desenvolveu um plano de implementação de políticas culturais, inclusive, para o campo dos museus, no qual evidencia-se nos documentos fundantes da política de museus que a cultura é compreendida como processo que norteia a relação entre imaginários e subjetividades por meio de valores simbólicos.

2.3 ECONOMIA CRIATIVA E A AUTOSSUSTENTABILIDADE EM MUSEUS

Os museus estão inseridos na parcela significativa do capital cultural que é mantido por instituições públicas, privadas e do mesmo modo nas entidades mantidas com parceria público-privada. Os produtos culturais gerados no âmbito dos museus são, sobretudo, serviços, que são consumidos pelos visitantes locais e turistas. Dessa forma, compreendemos que a cultura entendida como “o conjunto de traços distintivos materiais, intelectuais, emocionais e espirituais que caracterizam uma sociedade” (UNESCO, 1982)⁹, estando o capital cultural simbolicamente posicionado entre as esferas da política e da economia.

A partir da primeira década de 2000, a dimensão econômica da cultura entra na pauta das agendas acadêmicas e governamentais. Esse olhar sobre a dimensão econômica da cultura e o seu potencial para induzir o desenvolvimento local passa a ter papel importante em um cenário caracterizado, simultaneamente, pela ampla diversidade cultural e intensas desigualdades sociais no país.

A dinâmica dos museus nos possibilita perceber que a cultura apresenta uma dimensão adicional, ela não só cria riqueza, mas também contribui para a inclusão social, melhoria dos processos educativos e para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade. Essa dimensão está refletida na cadeia operatória dos museus.

⁹ UNESCO. Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais (MONDIACULT), 1982.

Pensar o museu como um elemento de desenvolvimento pressupõe fazer uma reflexão sobre os arranjos institucionais, tendo em mente a multiplicidade das formas de gestão dessas instituições. Os museus frequentemente não estão formalizados legalmente nos moldes do Estatuto de Museus. Por exemplo, espera-se que os museus tutelados pelo Estado, geralmente vistos como representantes e responsáveis pela execução das políticas setoriais de museus, detenham uma maior consistência no funcionamento, com suas equipes técnicas especializadas e sua dotação orçamentária estabelecida no Plano Plurianual (PPA). Em contraste com essa aparente estabilidade, a maioria enfrenta dificuldades para manter ações básicas de manutenção, segurança e modernização. Soma-se a isso a ausência de equipes técnicas e de apoio estáveis, como resultado da descontinuidade das políticas, atreladas ao orçamento limitado e insuficiente. O financiamento cultural, por sua vez, é um terreno pouco explorado, além da difícil inserção para os museus que não conseguem ter capilaridade junto aos patrocinadores.

De acordo com dados do relatório *Museu em Números*, o país possui mais de 3 mil unidades museológicas, dentre essas 67,2% são geridas pela esfera pública, cerca de 5,7% encontram-se fechadas e somente 22,3% declaram possuir fonte de recursos próprios. Os museus com gestão da iniciativa privada, enquanto natureza jurídica, são configurados como associações, fundações e empresas. Nesse sentido, apresentam uma maior autonomia para celebração de parcerias. No entanto, poucos conseguem manter um orçamento fixo anual, a maioria é dependente do investimento público. Verificamos que existe um desequilíbrio entre o capital cultural sob guarda e produzido pelos museus e a capacidade de gerar receita a partir de seus serviços e obtenção de fundos externos estáveis.

Os museus produzem impactos econômicos e sociais diretos e indiretos para a sociedade. Eles desempenham funções sociais, exercendo papéis que possibilitam a promoção de ações visando o desenvolvimento e o empoderamento de comunidades com a inclusão de pautas relacionadas aos direitos humanos, cidadania e direitos fundamentais de grupos em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, em relação às funções econômicas, a sociedade e muitas vezes o poder público, ainda têm dificuldade de reconhecer que o museu é fator de desenvolvimento econômico sustentável. O conjunto de impactos diretos e indiretos podem ser expressos nas diversas funções econômicas associadas aos museus: empregador, comprador, vendedor, atração turística, instituição de ensino, consultoria especializada, instituição comunitária, consultorias, distribuidor internacional de artes e cultura.

Os museus geram para a região na qual estão inseridos, fluxo financeiro direto, contribuindo para o processo de valorização das áreas adjacentes e dinamização de diversos setores da Economia Criativa. De acordo com pesquisa “Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável”, produzida pelo Ibram (2017), os museus possuem um efeito multiplicador importante, que sob o olhar da economia da cultura, pode ser enquadrado na lista de impactos socioeconômicos. Assim, o capital social dos museus sob a ótica da economia da cultura é considerado como “externalidades positivas”, e que “podem ser definidas como o impacto gerado, pela interação entre dois agentes econômicos, que afeta um terceiro que não toma parte diretamente nessa interação” (IBRAM, 2014, p. 20). Como exemplo de externalidades dos museus temos o incremento do turismo e a apropriação das instituições museais entre as principais formas de lazer.

Figura 1 – Diagrama dos impactos gerados



Fonte: Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2014).

No diagrama dos impactos gerados, criado pelo Ibram, é possível visualizar os fluxos econômicos resultantes dos museus. A pesquisa do Ibram nos permite compreender que as

externalidades geradas pelos museus estão associadas a cinco valores, que são expressos da seguinte maneira:

- a) Valor de escolha (*Option value*): quando as pessoas valorizam a possibilidade de desfrutar das obras expostas nos museus em algum momento futuro;
- b) Valor de existência (*Existence value*): quando as pessoas se beneficiam por saber que um museu existe, mesmo que necessariamente não visitem museus, no momento presente ou futuro;
- c) Valor de legado (*Bequest value*): quando as pessoas têm satisfação em saber que, futuramente, seus descendentes e outros membros da comunidade estarão aptos a desfrutar dos museus se assim desejarem;
- d) Valor de prestígio (*Prestige value*): quando as pessoas gozam do prestígio que as suas cidades ou regiões auferem por possuírem um ou mais museus valorizados para além dos limites territoriais. Elas próprias necessariamente não gostam de museus ou mesmo os visitam;
- e) Valor de educação (*Education value*): quando as pessoas valorizam os museus ao terem a percepção e consciência da sua contribuição para o seu “senso de cultura” e da população em geral (IBRAM, 2014, p. 24).

Considerando que são valores que promovem o direito à educação e à cidadania, tais valores demonstram relação direta com o compromisso social dos museus e a relação destes com a economia do local onde estão inseridos, possibilitando reflexões quanto a constituição de suportes e/ou mecanismo adequados à sua sustentabilidade.

Antes de abordarmos as interconexões dos museus e economia criativa é importante registrar o que entendemos por sustentabilidade em museus. Uma compreensão que estará limitada à busca de uma noção de sustentabilidade que possa nos conduzir pelos caminhos que este trabalho se propõe a seguir. De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Economia Criativa é um conceito emergente que trata do envolvimento da criatividade, cultura, economia e tecnologia em um mundo dominado por imagens, sons, textos e símbolos. A Economia Criativa é dinâmica, proativa, fragmentada e flexível (UNCTAD, 2010).

As primeiras discussões sobre economia criativa surgiram nos anos 90 do século XX. O conceito de economia criativa aporta elementos que permitem uma melhor compreensão da inserção do fomento na dinâmica da política de museus. Paulo Miguez (2007, p. 96) desenvolve o conceito de economia criativa como um “conjunto distinto de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual”. Na classificação da Conferência das Nações Unidas Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os museus estão inseridos no subgrupo “locais culturais”,

dentro do grupo “Patrimônio Cultural” (UNCTAD, 2010). Ao consultarmos o Plano da Secretaria da Economia Criativa, identificamos a existência de demandas indicadas por profissionais dos setores criativos que dialogam com o objeto da pesquisa, a saber:

Criar Fundos Setoriais de Museus em âmbito federal, estadual, distrital e municipal para fomentar a relação museu- comunidade, produzindo novas perspectivas de geração de renda para comunidade e receita para os museus, pautadas em produtos e serviços que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres.

[...]

Ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando a diversidades regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos, estabelecendo o reconhecimento do “custo amazônico” (PSEC, 2011, p. 146).

O Plano também aponta a necessidade do desenvolvimento de estudos e ações sobre “a institucionalização e sustentabilidade dos pontos de memória” (PSEC, 2011, p. 61).

José Nascimento Jr. afirma que a economia criativa é também reflexo do processo de concentração do capitalismo cultural brasileiro, e, nesse sentido, não podemos olhar para todo sistema de incentivo sem percebermos como esse processo influencia as indústrias culturais nos contextos estruturantes de uma economia da cultura (NASCIMENTO JR, 2019, p. 136).

E onde ficam os museus nesse contexto? Podemos pensar em sustentabilidade em museus? E como seria essa sustentabilidade? O Ibram publicou uma pesquisa em 2011 sobre a dimensão econômica dos museus, na qual os museus “são caracterizados como bens culturais que produzem impactos econômicos e sociais diretos e indiretos para a sociedade” (IBRAM, 2011, p.19). Contudo, a nossa avaliação é a de que os museus não conseguem sobreviver na lógica do mercado, salvo raras exceções.

Os museus são dependentes de apoio, de recursos financeiros não importa qual seja a sua natureza jurídica. Ainda que os museus possam ser atores econômicos na sociedade e contribuir para atividades geradoras de renda, a Recomendação da UNESCO referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e sua Função Social, alerta que as preocupações com a sustentabilidade não devem sobrepor-se às funções primárias de preservação, pesquisa, comunicação e educação. E reforça a necessidade do reconhecimento destas funções primárias, que “por serem de extrema importância para a sociedade, não podem ser expressas em termos puramente financeiros” (UNESCO, 2015).

O Estado tem um papel fundamental para garantir ações de promoção da sustentabilidade destas instituições que não possuem apelo e visibilidade junto ao mercado. Por outro lado, existe uma necessidade de qualificação na área de gestão para o corpo técnico das instituições que trabalham com a preservação do patrimônio, em especial, as instituições museológicas.

O museu como uma instituição cultural, quando estruturado e institucionalizado possui em seu estatuto fins determinados, também deve reunir recursos para traduzir suas finalidades em programas e ações. São meios e recursos que não são preponderantemente econômicos ou de natureza financeira. Para seu funcionamento a instituição precisa de pessoas para realizar os fins e, complementarmente, estas pessoas precisam ser mantidas e remuneradas. Assim entendemos que quando falamos de sustentabilidade em museus, ela não é apenas econômico-financeira, ela é preponderantemente financeira.

Segundo dados publicados no *Museus em Números* (IBRAM, 2011b), 77,7% das instituições brasileiras não possuem orçamento próprio e dos 22,3% que possuem fontes próprias o maior percentual é de instituições de natureza administrativa municipal, seguidas pela instância federal e estadual. Já na Região Nordeste, apenas 20,8% das instituições contam com recursos próprios para manutenção de suas atividades. A partir destes dados, percebe-se que em relação às instituições privadas existe uma dependência do recurso público, porque ainda que as instituições tenham como reconhecido o seu valor cultural e histórico, elas não possuem condições de autossustentabilidade. Essa necessidade de aporte financeiro em maior ou menor grau é recorrente e um desafio para gestão museológica, sobretudo, pelo fato de a grande maioria das instituições não possuírem múltiplas fontes de recursos ou sequer disporem de alguma.

Para promover a utilização das noções de sustentabilidade, em museus ou seu uso no contexto do fomento setorial, apontamos três questões básicas que abordam três aspectos principais:

- Quais seriam as características essenciais para um museu para alcançar a sustentabilidade nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais?
- De que forma se concretiza a gestão desses espaços, como proceder com o monitoramento e implementar uma rotina de avaliações, para saber até que ponto os objetivos foram alcançados?

- Quando são planejadas suas ações continuadas, as dimensões da sustentabilidade estão inseridas?

São questões que permeiam a realidade dos museus brasileiros e com os baianos não seria diferente, estejam eles institucionalizados ou não, o entendimento e a abordagem da temática sustentabilidade serão influenciados pelo formato de gestão vigente.

2.4 O QUE NÃO É POLÍTICA CULTURAL

São diversos os desafios quando falamos de políticas públicas para cultura, um deles sem dúvida é a delimitação do que deve ser considerado como política cultural. Pois, uma linha tênue separa as ações cujo objetivo é o fazer cultural, daquelas que se utilizam da cultura apenas para atingir seus meios.

A relação entre cultura e política é antiga, escreveram sobre o assunto pesquisadores como Teixeira Coelho em seu *Dicionário crítico e política cultural* (1999); Cândido José Mendes Almeida na obra *A arte é capital: visão aplicada do marketing cultural* (1994) e Albino Rubim em *Marketing cultural* (2005). Os autores convergem ao citar como exemplo, a figura do político romano Caio Clínio Mecenas (Gaius Maccenas), que ganhou destaque durante o império de Otávio César, depois conhecido como Augusto (63 a.C. 14 d.C.). Mecenas era estrategista e compreendeu que o poder necessita da criação artística e do pensamento para sua legitimação.

Para Teixeira Coelho (1999), de forma hábil Mecenas influenciou o imperador a empreender uma política de apoio às artes; Horácio, Virgílio e Ovídio foram alguns dos nomes que receberam a proteção de Augusto a partir da articulação de Mecenas, que apoiou também a arquitetura, inspirada na arquitetura grega, estabelecendo uma relação de proximidade entre o governo e a cultura. Como ocorre muitas vezes nas políticas culturais, essa atuação de Mecenas como “protetor das artes” estabelece um círculo de influência que empresta credibilidade, ao tempo em que dissemina a política imperial. Conforme aponta Almeida (1994) Mecenas, ao instrumentalizar a cultura com ações de governo estabelece um dos mais sutis sistemas para legitimar o poder, que continuou a ser usado por outros governantes ao longo da história. Já Rubim (2005) demonstra que essa instrumentalização política e ideológica da cultura tem como exemplos emblemáticos o nazismo e o stalinismo.

Um segundo exemplo sobre tal distinção, tênue e nem sempre fácil de ser realizada, é o contexto das revoluções russas, que inclusive abre a possibilidade da inauguração das políticas culturais, segundo Rubim no artigo “A Revolução Russa e a criação das políticas culturais” (2018). No período que antecede e no pós-revolução existiu um intenso movimento cultural, cujos desdobramentos têm consequências sobre a economia, a política, a cultura, a arte e a ciência em nível mundial, quando ocorre uma série de iniciativas significativas de manifestações político-culturais, que poderiam apontar para o surgimento das políticas culturais naquele momento, a exemplo de iniciativas no campo do teatro, no campo do cinema, no campo da música e no campo do design na União Soviética, quando diversos museus foram criados nos antigos palácios. Depois desse momento inicial, verifica-se um segundo momento, no qual o Estado passa a interferir no campo da cultura, controlando e subordinado o campo cultural na lógica da política, ocorrendo, dessa forma, a instrumentalização da cultura. No caso soviético é criado o realismo socialista, o qual subordina a cultura à dinâmica da política, e anula a essência e finalidade das políticas culturais. Nessa perspectiva, as ações não visam o desenvolvimento da cultura, ou seja, usam a cultura como finalidade para outros fins não podem ser consideradas como políticas culturais.

Compreendemos, ainda, que é necessário uma análise apurada. Para chegarmos ao entendimento do que não é política cultural é indispensável um aprofundamento das práticas, tendo em vista que política cultural é usar a política para o desenvolvimento da cultura, e antes realizava-se o uso da cultura para desenvolvimento da política. Ainda que não esteja nitidamente delimitado, só existe política cultural quando a cultura passa a ser finalidade e a política passa a ser meio para a concretização da cultura.

3 O ESTADO E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

3.1 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Philippe Urfalino (2015, p. 12) considera que “A noção de política cultural tem como referente um momento de convergência e de coerência entre, de um lado, representações do papel que o Estado pode atribuir à arte e a ‘cultura’ no que diz respeito a sociedade e, do outro, a organização de uma ação pública”.

A gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (2003-2008) rompeu com a ideia de política cultural atrelada à identidade nacional. O projeto de governo para a cultura deu enfoque e acentuou o binômio entre diversidade e desigualdade, compreendendo a diversidade cultural como estruturante para o desenvolvimento humano, não apenas o econômico.

A diversidade cultural é enfatizada pelo então Ministro nas suas falas e discursos oficiais e esteve presente na construção dos programas e projetos. Para Gil a diversidade tem o papel de ajudar “a procurar caminhos e a reorganizar uma agenda de emancipação e realização humana” (2006). Assim, identificamos que a diversidade foi eleita como elemento chave para a elaboração de uma política cultural diferenciada.

Nesse período temos efetivamente o desenho de uma política cultural no sentido mais amplo, sobretudo, com a inserção das cidades na política cultural, a partir da instituição do Sistema Nacional de Cultura e, conseqüentemente, dos sistemas estaduais, municipais e setoriais de cultura, possibilitando a participação dos agentes culturais nos processos de tomada de decisão. Dessa forma, ocorre uma mudança no panorama institucional da cultura nas cidades, a partir do advento das conferências de cultura, quando são geradas demandas da população, de setores anteriormente excluídos e invisibilizados da vida pública.

No entanto, a pasta da cultura ainda enfrentava um orçamento muito aquém das suas reais necessidades para atender a multiplicidade cultural de um país continental. O sistema cultural brasileiro, em certa medida, ficou refém de um modelo de isenção fiscal, tendo o Estado transferido a responsabilidade para o setor privado. Questionamos por exemplo, a falta

de subsídios na conta de luz para museus e demais equipamentos culturais, que não possuem isenção como ocorre com o segmento de atividades rurais e de irrigação¹⁰.

Pensar em políticas culturais é pensar nos processos de produção, formação, difusão, no seu acesso e consumo, na preservação e no fomento. Esses elementos possibilitam um conjunto de referências de caráter simbólico, realizados nos âmbitos intelectual, artístico, social e recreativo como expressão criadora de um povo. Assim, compreendemos que a construção de políticas públicas de cultura é uma das condições para o processo de consolidação de uma democracia, pois esta requer a criação de agentes sociais autônomos, o respeito à diversidade cultural e às diferenças, que é precisamente o que a cultura promove para a sociedade como nenhuma outra área consegue realizar.

3.2 POLÍTICAS PARA MUSEUS: CENÁRIOS FEDERAL E ESTADUAL

Consideramos pertinente abordar um histórico, ainda que em reduzido aprofundamento, acerca do conceito de museu, a fim de tornar mais compreensível a abordagem da política museológica brasileira e baiana, aqui pretendida. O conceito de museu e o processo museológico passaram por alterações significativas ao longo do tempo. Se na sua origem eram considerados espaços vinculados ao poder, utilizados para demonstrar a riqueza e a dominação e centrados no objeto, na contemporaneidade desloca-se o olhar dos museus para uma ação centralizada na comunidade. Assim, prioriza-se a preservação dos acervos, em seu local original, com a ampliação do conceito de objeto museológico. Nesse sentido, temos uma Museologia que não atua exclusivamente na instituição “museu”.

No final do século XX, ocorreram transformações significativas nos museus e na Museologia. O Conselho Internacional de Museus (Icom) criou, em 1977, por iniciativa do tcheco Jan Jelinek, o Comitê Internacional de Museologia (Icofom), que assumiu um papel importante nessa nova configuração com a finalidade de estabelecer o campo da museologia enquanto disciplina científica.

¹⁰ Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), de R\$ 14,9 bilhões, 38% custearam energia para o segmento de atividades rurais e de irrigação, 24% foram para Tarifa Social e 23% ficaram com fontes alternativas. Entre os favorecidos do primeiro item, encontramos pessoas físicas que chegaram a receber R\$ 9 milhões, além de clínicas, motéis, igrejas, imobiliárias, empresas de envasamento de água, cursos preparatórios, comércio de produtos farmacêuticos, entre outros. Já o terceiro incluiu supermercados, shoppings e condomínios, que, individualmente, também obtiveram milhões em desconto.

Foi no âmbito do Icofom que profissionais da área realizaram discussões concomitantes à constituição de uma disciplina de caráter científico, delineando, assim, uma nova forma de pensar os museus e a Museologia. Cerávolo (2004, p. 239), citando Mensch, afirma que: “Jelinek argumentava que a museologia deveria ser estudada para se desenvolver e se adaptar às mudanças de seu tempo da mesma forma que outras atividades profissionais”.

Para Waldisa Rússio (2010 [1990]), a Museologia é entendida como uma disciplina científica, uma ciência em construção, que tem o “fato museal” ou museológico como objeto específico. Rússio conceitua o “fato museal” como a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade, que se dá num cenário institucionalizado ou fora dele (GUARNIERE, 2010 [1990], p. 204). Suely Cerávolo (2004, p. 240), citando MathildeBellaigue, apresenta a Museologia como uma relação mediadora entre homem e patrimônio. Tal definição se constituirá em novas formas de interpretação e aplicações da Museologia.

Observa-se em Peter Mensch, Piet e Frans (1990, p. 57), que assim como eles, Sola (1990), defende uma abordagem mais ampla da Museologia. Tais autores entendem que “A museologia abrange todo um complexo de teoria e práxis que envolve a conservação e o uso da herança cultural e natural”. Segundo Mensch, Piet e Frans, a Museologia tem uma visão holística do homem, que dialoga com diferentes campos científicos, tal qual a Antropologia, a História, a Sociologia e a Biologia.

Assim, é necessário o suporte desses referenciais históricos e conceituais da Museologia, que orientam a práxis nos museus para visualizar e entender as transformações ocorridas no campo dos museus, pois essas antecedem e influenciam a constituição da política museológica. Destacam-se, ainda, para compreensão do cenário, os documentos: *Seminário Regional da UNESCO*, Rio de Janeiro – 1958; *Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile* – 1972, sobre “O Papel do Museu na América Latina” que define o conceito de museu integral, o caráter social do museu e esse como um agente de desenvolvimento comunitário; a *Declaração de Quebec* – 1984, que tem como subtítulo “princípios de base de uma nova museologia”. A referência entre a Mesa Redonda de Santiago do Chile e o movimento da nova museologia, demonstra o posicionamento sociopolítico do Atelier do Québec, que reafirma a importância da função social do museu.

O documento aponta que a nova museologia envolve a “ecomuseologia, a museologia comunitária e todas as outras formas de museologia ativa”. Outro ponto importante é a

necessidade da integração das populações nas suas ações. O movimento foi formalizado no ano seguinte em Lisboa, com o nome de Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINON; a *Declaração de Caracas* – 1992, a qual define a missão atual do museu como agente de desenvolvimento integral e defende a inserção de políticas museológicas nos planos dos setores culturais; a *Declaração da cidade de Salvador* – 2007, com a finalidade de propor aos governos dos países da Ibero-América a adoção das diretrizes e estratégias para a implementação de políticas públicas para o campo dos museus e da Museologia; e, finalmente, a *Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade* – 2017.

Na América Latina, novas abordagens da cultura a partir dos museus e suas práticas se iniciaram na década de 70 do século XX, quando profissionais do setor se reuniram no Chile, ainda sob o governo de Salvador Allende, para discutir e avaliar, de forma crítica, a história dessas instituições e suas práticas preservacionistas. A partir desse encontro, o setor assume novos posicionamentos diante da memória e do patrimônio, ressaltando os museus como *locus* de construção de valores e sentidos e ainda a importância do desenvolvimento de práticas museais no mundo contemporâneo. A reunião recebeu o nome de Mesa-Redonda de Santiago do Chile e produziu um documento que introduziu dois novos conceitos: o de museu integral e o de museu como ação voltada para o desenvolvimento econômico e social, que mais tarde seriam as bases para os princípios da Nova Museologia ou Museologia Social expressos na *Declaração de Québec* de 1984.

A Nova Museologia preconiza que os museus desenvolvam ações museológicas considerando como ponto de partida a prática social e não as coleções. Observa-se a distinção entre uma Museologia então considerada “Tradicional” e a Nova Museologia, possibilitando uma reflexão crítica que considera a comunidade, o contexto social, cultural e econômico, e não apenas a preservação dos acervos.

Na Nova Museologia temos um alargamento dos critérios de seleção: o objeto museológico pode ser tangível ou intangível. No Brasil, nesse novo contexto, tanto o documento de Santiago quanto o Movimento da Nova Museologia, por seu caráter propositivo, serão as bases para o redimensionamento da função social do museu, do seu comprometimento com o ser humano e da construção de propostas mais eficazes de aproximação com a comunidade/público, possibilitando o olhar integral sobre o patrimônio, visando o desenvolvimento social. Assim, com o alargamento da noção de patrimônio e uma

nova conceituação do “objeto museológico”, o preservar é substituído pelo apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural.

É interessante ressaltar a introdução de novas ideias, entre elas: o compromisso com a participação da comunidade na definição e gestão dos processos museológicos; a preocupação com questões de interdisciplinaridade; a necessidade de utilização das novas tecnologias de informação; e a concepção de uma museografia dinâmica. Tais entendimentos são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas, configurando a construção de uma nova prática social, ou seja, uma museologia para além do processamento técnico das coleções (pesquisa, conservação, documentação, dinamização e difusão).

Dessa forma, é possível verificar que a Nova Museologia contribuiu para a reflexão sobre o campo de atuação dos museus e o papel destes como promotores de uma política de memória. Entretanto, como lidar com os desafios de uma política pública articulando Estado e Sociedade? De que modo os museus podem contribuir para a organização da sociedade e dos movimentos sociais? Numa fala proferida pela prof^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos, no dia 13/05/2019 durante aula na disciplina Teoria Museológica, no PPGMuseu/UFBA, conceituou-se o museu como “um fenômeno social, um espaço relacional e, como tal, resultado da ação dos atores sociais, que estão no interior da instituição e fora dela, reconstroem a cada dia”.

Ainda no intuito de auxiliar na compreensão da inserção dos museus em diferentes âmbitos, seja social, econômico ou político, visitamos a definição Icom, na qual o museu é definido da seguinte maneira:

O museu é uma instituição permanente, aberta ao público, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza, com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer. (ICOM, 2005)

O Ibram considera como museus, na instituição da Lei nº 11.904, de 11 de julho de 2009, em seu Artigo 1º:

[...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento [...]

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, 2009).

3.2.1 Cenário Federal

Uma questão que merece atenção é o debate sobre quais forças atuaram na construção do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Entender o que aconteceu naquele período possibilita a compreensão da importância da institucionalidade para o setor museológico, a qual o Ibram representa.

Durante a campanha para eleição presidencial de 2002, houve uma grande mobilização do setor museológico brasileiro, que elaborou na ocasião do 8º Fórum Estadual de Museus, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, a “Carta Rio Grande”. O documento foi entregue aos candidatos a presidente e aos futuros governadores. A Carta ficou conhecida como um instrumento de política, na qual eram apresentados os princípios e as reivindicações básicas do setor. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia (Cofem) elaborou e divulgou o documento denominado *Imaginação museal a serviço da cultura*, onde explicitava a necessidade da criação de um órgão que pudesse articular todo o setor museológico. Estes dois documentos serviram de subsídios para a formulação da Política Nacional de Museus.

O lançamento da Política Nacional de Museus (PNM), pelo Ministério da Cultura, ocorreu em maio de 2003 com a apresentação do caderno *Bases para a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*¹¹, retomando o debate em torno da constituição de um programa nacional de museus que vinha se desenvolvendo no país desde meados dos anos 70 do século XX. Percebe-se que naquele momento havia mobilização do setor museológico, no entanto, sua articulação não era expressiva. Essa falta de articulação comprometia o aprimoramento e a qualificação dos museus e como consequência criava fragilidades no campo museológico brasileiro. Uma das premissas adotadas pela PNM foi a criação de um eixo de articulação voltado para a formação de ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuiriam para construção e difusão da PNM.

¹¹ O documento apresenta como objetivo: “Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país.” (BRASIL, 2003, p. 8).

Em agosto de 2003, foi constituído o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com a missão de implantação e consolidação da Política Nacional de Museus. Destaca-se no período a reformulação do programa Museu: Memória e Cidadania¹², que era restrito, anteriormente, aos museus federais e, a partir de 2004, ganha capilaridade nacional, envolvendo todos os museus brasileiros, sejam públicos, privados ou mistos.

Do ponto de vista institucional, consideramos que a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi o ponto de partida de um processo que envolvia movimentos políticos, estratégias de ação, alianças de agentes, tanto do poder público quanto da sociedade civil¹³, cujos efeitos transbordaram na forma de oficinas, grupos de trabalhos e encontros reunindo diversos profissionais, estudantes e interessados no debate sobre instituições e políticas de museus. Acreditamos que o viés formativo que caracteriza a movimentação inicial da PNM possibilitou a formação de uma rede de interação e aprendizagem que possibilitou a formação da Rede de Educadores em Museus e, mais tarde, a política de educação museal.

Guardadas as proporções e as diferenças sociais/econômicas/históricas, consideramos que esse movimento que buscava legitimar a Política Nacional de Museus é análogo, em alguma medida, às concepções culturais da política cultural brasileira gestadas e produzidas no período de Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Na perspectiva do Demu/MinC era fundamental o estabelecimento de uma parceria entre o poder público e a sociedade civil, visando a gestão e configuração do setor museológico brasileiro. O trabalho do Departamento evidenciou o quanto é importante ter uma ação coordenada com os diretores junto com as equipes técnicas. A estratégia adotada pelo Demu possibilitou que a política fosse elaborada junto com o setor, conforme relatou José Nascimento Jr. na abertura do Seminário “Política Nacional de Museus: Balanço e Perspectivas”, no dia 17 de dezembro de 2009: “nós primeiro pensamos na política. Construimos a política e depois pensamos no órgão. Normalmente na área pública é o inverso, primeiro se constrói a estrutura”. O evento ocorreu no auditório do Museu Histórico Nacional, com objetivo de debater a Política Nacional de Museus, em seus aspectos relativos à democratização, fomento e institucionalização.

¹² O Programa Museu, Memória e Cidadania era chamado na época de Museu, Memória e Futuro. O programa é composto de recursos orçamentários oriundos do Tesouro Nacional e do Fundo Nacional de Cultura.

¹³ Cada vez mais a sociedade civil incumbe-se de ocupar lacunas no âmbito da Administração Pública, dada a incapacidade do Estado em atender as demandas de uma população diversa e multicultural.

O cenário das políticas públicas no período de criação do Demu está intimamente ligado com um projeto de governo voltado para a democratização da cultura e seu acesso. É o momento das políticas direcionadas aos Pontos de Cultura e Pontos de Memória, que são derivadas da Política Nacional de Museus cujo objetivo era:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003, p. 8).

Os objetivos da PNM nos remetem ao estudo sobre a organização social da cultura, a partir de instituições e formações de Raymond Williams:

A distinção de cultura no sentido mais amplo ou restrito, como um sistema de significações realizado, não só abre espaço para estudo de instituições, prática e obras significativas. As frágeis formas de conexões na vida dos seres humanos e das comunidades como um todo (WILLIAMS, 1992, p. 207-209).

Uma das premissas adotadas pela PNM foi a criação de um eixo de articulação voltado para a formação de ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuíram para construção e difusão da PNM. O Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), estabelecido em 2010, possui diretrizes gerais que visam estabelecer instrumentos para a implantação da política, assim elencadas:

1. Estimular a formação de sistemas e redes estaduais e municipais de museus que estejam integrados com o Sistema Brasileiro de Museus.
2. Fomentar, nos municípios, a criação de museus e centros culturais que atuem no campo da memória, com a finalidade de promover ações de preservação e dinamização dos bens patrimoniais locais.
3. Ampliar a capacidade de atendimento educacional dos museus e oferecer condições permanentes para que as comunidades reconheçam os bens culturais materiais e imateriais de sua região, visando disseminar noções de identidade e zelo.
4. Fomentar as atividades de pesquisa e documentação que levem ao aprofundamento do discurso crítico e reflexivo sobre os acervos de museus.

5. Fomentar os museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus locais e outros centros de preservação e difusão do patrimônio cultural, garantindo o direito de memória aos diferentes grupos e movimentos sociais.

3.2.1.1 Instrumentos de Gestão da Política Nacional de Museus

A Política Nacional de Museus apresenta sete eixos programáticos: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização de museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus; 7) aquisição e gerenciamento de acervos museológicos. Os eixos são compostos de metas específicas, previstas para serem implementadas em quatro anos. À luz dessa ação, foi estabelecida uma série de diretrizes que atuaram em três frentes: a primeira, relacionada às ações de institucionalização da política museológica; a segunda, voltada para a democratização, e depois o financiamento e fomento.

Nesse sentido, coube ao Sistema o papel articulador, pois com a instituição do Sistema Brasileiro de Museus¹⁴ o setor ganhou instrumentos para a gestão, organização e desenvolvimentos das instituições e processos museológicos, a saber: o Cadastro Nacional de Museus (CNM), que possibilita o diagnóstico e a priorização de ações para o setor. Como dispositivo de direito e com o objetivo de regulamentar o setor, o Estatuto de Museus define diretrizes (segurança, preservação, conservação e restauração dos bens culturais), além do dever do poder público no estabelecimento de mecanismos de fomento e incentivo do setor. Nele podem ser encontradas as diretrizes para criação, fusão e extinção de museus e a caracterização de museus públicos.

O Cadastro Nacional de Museus hoje é o principal instrumento para o mapeamento da diversidade museal brasileira e uma das mais importantes e consistentes bases de dados e informações sobre museus e processos museais.

O Estatuto Brasileiro de Museus é um marco regulatório instituído pela Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que estabelece instrumentos de preservação e difusão do patrimônio museológico. Além de definir o conceito oficial de museu, estabeleceu um

¹⁴ O SBM foi instituído por meio do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004.

conjunto inovador de princípios, delineou conceitos básicos, criou dispositivos que regulamentam os processos museológicos e sua aplicação uniforme e, acima de tudo, instituiu um sistema legal de proteção e defesa dos museus. Destaca-se no Estatuto a obrigatoriedade dos museus de elaborarem e implementarem seus planos museológicos.

Como dispositivo de institucionalização, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)¹⁵, autarquia com autonomia administrativa e financeira, vinculada originalmente ao Ministério da Cultura, hoje ao Ministério do Turismo, ao qual caberá a formulação de política cultural para todos os museus brasileiros (públicos e privados) promovendo a articulação entre museus e instituições da área. Para a criação do Ibram tomou-se como referência experiências de países como França, Espanha e Portugal, com os quais o Brasil se aproxima na gestão do patrimônio museológico. A criação do Ibram tem importância histórica, social e política fundamental para o setor museológico no país. Um ano após a sua criação, o Ibram realizou seu primeiro concurso para formação de seu quadro de servidores.

Cabe destacar como uma das metas do eixo “Democratização e Acesso aos Bens Culturais” o estímulo à criação de museus e memoriais comunitários em áreas de risco social, a exemplo do Museu de Favela (MUF) com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). No campo da democratização ocorreram, ainda, os fóruns, seminários e os editais, que são instrumentos de fomento, mas também incidem no processo de democratização do setor.

O Eixo “Formação e Capacitação de Recursos Humanos” teve como primeira ação o Projeto-Piloto do Programa de Qualificação em Museologia, cujas ações ocorreram em 2003 na Bahia, com os “Encontros Museológicos”, na capital baiana, envolvendo instituições públicas e privadas. Como desdobramento do Projeto e espelhando as ações do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) foi realizado um diagnóstico dos espaços museais da capital e interior da Bahia. Outra ação iniciada no período foi a elaboração do projeto do Mestrado em Museologia da Universidade Federal da Bahia.

Com o objetivo de criação de políticas voltadas para o desenvolvimento de sistemas informatizados para gestão e documentação de acervos, o Eixo “Informatização de Museus” possibilitou a criação da base de dados do Cadastro Nacional de Museus, a formação da base

¹⁵ Lei Federal nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, instituiu o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), no âmbito do Ministério da Cultura.

de dados do Observatório de Museus e Centros Culturais e informatização de acervos museológicos em desenvolvimento.

Para atender a demanda de Modernização de Infraestruturas Museológicas foram criados Editais específicos de apoio a projetos para aquisição de acervos museológicos, equipamentos e material permanente, de informática, segurança, iluminação, comunicação, mobiliários para exposição de longa duração e reservas técnicas, além do apoio à criação de museus para municípios com até 50.000 habitantes.

A criação de mecanismos de apoio financeiro para os museus brasileiros visou o estabelecimento de parcerias entre o poder público e o privado com vistas à promoção e à valorização do patrimônio cultural musealizado. Além disso, a PNM previa que a distribuição dos recursos públicos fosse feita de forma democrática.

O Eixo “Aquisição e Gerenciamento de Acervos Museológicos” possuiu como meta a criação de políticas integradas de permuta, aquisição, restauração, difusão de acervos, conservação nos níveis municipal, estadual e federal.

Ao analisarmos as condições de criação do Demu e o perfil dos agentes envolvidos no processo nos remetemos a Mariza Santos (1996), que trabalha a ideia do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ter se consolidado enquanto uma academia, sendo ainda a criação do Conselho Consultivo uma estratégia utilizada pelo grupo da Academia Sphan para firmar sua legitimidade social como grupo detentor de conhecimento sobre patrimônio e questões nacionais. Nesse sentido, questionamos se o discurso construído pelos agentes que atuaram na PNM, não seria uma forma de criação de uma “academia” que daria legitimidade à própria política de museus? O museu como instrumento de direito à memória serve para todas as outras políticas.

3.2.2 Mnemósine com Dendê – o cenário baiano

A cultura possibilita aos grupos o compartilhamento de valores humanos, a criação de formas de entender a sociedade e explorar possibilidades e soluções para o futuro. Se museu passar a ser entendido como um parceiro da comunidade, cujo espaço encontra-se sempre em construção, aberto a novas memórias, um lugar que inspira, então, a configuração de uma política museológica deve ser investigada, discutida e continuamente explorada e expressa,

com o objetivo de mantê-la atualizada e estruturada com a dinâmica do mundo, não apenas para definir, mas também para gerenciar políticas que mantenham vigentes os valores dos museus como atores vivos da sociedade e sua contribuição nas áreas de educação e desenvolvimento social.

Constitui-se um desafio a compreensão do cenário institucional que influenciou a dinâmica das políticas culturais para o campo museal baiano. Contraditoriamente, no estado com primazia na história da museologia brasileira, detentor de um legado cultural¹⁶ e patrimônio museológico significativo, a política de museus sofre com a descontinuidade das ações. O curso de Museologia da UFBA detém o marco de ter sido o primeiro do país a ser reconhecido e criado numa universidade federal (1969), quando o curso do RJ ainda estava vinculado ao Museu Histórico Nacional.

No âmbito estadual o setor não acompanhou o mesmo ritmo do cenário nacional. Observa-se um descompasso, mesmo após a implantação do projeto piloto do Programa de Formação e Capacitação em Museologia em 2003 e da realização do Fórum Estadual de Museus (2005) para criação das bases de um Sistema Estadual de Museus.

O estudo da estruturação e organização do setor museológico baiano, a partir de instituições e formações de redes de articulação, nos remete ao que Raymond Williams denominava como organização social em torno das práticas culturais: “Assim, a organização social da cultura, como um sistema de significações realizado, está embutida em uma série completa de atividades, relações e instituições, das quais apenas algumas são manifestamente “culturais” (1992, p. 208).

Dessa forma, tomamos ainda como referência o artigo de Albino Rubim, sobre Políticas culturais do governo Lula, quando ele aponta “tristes tradições no campo das políticas culturais nacionais: ausência, autoritarismo e instabilidade” (2010, p. 11). Identificamos que historicamente o campo museológico baiano conviveu, além das tristes tradições, com a descontinuidade e inexistência de políticas públicas.

Para compreendermos o processo de construção da política museológica na Bahia, precisamos conhecer os antecedentes históricos da Secretaria de Cultura, o órgão responsável

¹⁶ O estado possui 177 bens tombados e 9 bens registrados pelo Estado e 190 bens tombados e 5 registrados pela União. O detalhamento dos bens patrimonializados está disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Pol-territ%C3%B3rio-de-identidade-e-por-munic%C3%ADpio-conforme-%C3%A2mbito-de-prote%C3%A7%C3%A3o.pdf>

pela formulação das políticas de cultura, cuja estrutura atual é formada por instituições que, antes de sua criação, promoviam ações culturais, como a Fundação Cultural do Estado (Funceb), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado (Ipac), o Instituto de Rádio Difusão (Irdeb) e a Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa).

No primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1971-1975) ocorre a extinção da Fundação dos Museus do Estado e criação da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), que fica responsável pelas políticas culturais do estado. O Museu de Arte da Bahia, o Museu de Arte Moderna e o Teatro Castro Alves foram incorporados à Fundação. A Funceb efetivamente só inicia suas atividades em 1974, depois da conclusão do estatuto que segundo Canedo (2008, p.62) tinha como objetivos: “preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural”. No campo dos museus verifica-se uma atenção para ações educativas por meio do projeto “A Escola vai ao Museu”, atendendo escolas de 1º e 2º grau das redes municipais, estaduais e privadas de ensino (BAHIA, 2004).

Durante o governo de Roberto Santos verifica-se uma evidência da instabilidade que caracteriza a política cultura brasileira. Nesse período, a Fundação Cultural teve três diretores: Luiz M. Monteiro da Costa (17/06/1974 - 25/11/1975), Fernando da Rocha Peres (25/11/1975 - 19/04/1977) e Valentin Calderón (22/04/1977 -19/04/1979) (UCHOA, 2006, p. 13).

No governo de João Durval Carneiro (1983-1986), o Instituto de Radiodifusão da Bahia (Irdeb), criado em 1969, ganha status de fundação, adquirindo assim, personalidade jurídica de direito privado. No ano de 1986 é autorizada a criação da Fundação Pedro Calmon (FPC), com a missão de preservar os documentos e promover ações formativas sobre a história baiana, mas que só foi efetivamente implantada no governo seguinte, em 1987.

No governo de Waldir Pires, a partir de uma reforma administrativa, é criada a primeira secretaria para cuidar especificamente da cultura, por meio da Lei nº 4.697, de 15 de julho de 1987. O poeta e compositor José Carlos Capinam foi o primeiro dirigente do órgão, que tinha o objetivo de “preservar a memória e a tradição do Estado, fomentar as ações culturais dos segmentos da sociedade e fornecer condições para o livre desenvolvimento das ações culturais”. Neste período são criados o Departamento de Bibliotecas (Depab), o Departamento de Museus (Depam), o Departamento de Intercâmbio e Ações Regionalizadas (Diar), responsável pela regionalização da política estadual de cultura e a Superintendência de

Apoio às Ações Culturais (SAAC), responsável pelas iniciativas de apoio às ações culturais, gestão de equipamentos e realização de estudos e pesquisas, conforme aponta Canedo (2008).

A gestão dos museus estava diretamente subordinada ao Gabinete do Secretário, gozando de um ambiente relativamente favorável. Além de manter as autarquias e fundações criadas anteriormente: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (Ipac), a Fundação Pedro Calmon (FPC), o Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb) e a Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb). Com o afastamento do governador Waldir Pires para integrar a chapa do PMDB à presidência liderada por Ulisses Guimarães, assume seu vice-governador, Nilo Coelho. A gestão de Nilo Coelho (1989-1991) é caracterizada pela descontinuidade das ações e a saída voluntária de muitos gestores em decorrência do enfraquecimento da Secretaria.

O terceiro mandato de governador de Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) tem como marca a instabilidade na gestão das políticas culturais. A Secretaria de Cultura foi extinta pela reforma administrativa, por meio da Lei nº 6.074, de 22 de maio de 1991, dando início à política cultural que associava cultura ao turismo. Os antigos órgãos e atribuições da Secretaria são incorporados pela Secretaria de Educação, que passa a se chamar, de 1991 a 1994, Secretaria de Educação e Cultura. A Fundação das Artes volta a se chamar Fundação Cultural do Estado da Bahia.

Neste contexto de alternâncias entre avanços e retrocessos, a Diretoria de Museus atualmente subordinada ao Ipac, passou por diversas alterações na sua estrutura administrativa, bem como na sua nomenclatura. Inicialmente chamada de Departamento de Museus e Artes Plásticas (Demap), o qual foi instituído em 26 de dezembro de 1972, juntamente com a criação da Funceb, ambos vinculados à Secretaria da Educação e Cultura. Em 03 de outubro de 1989, por meio de Decreto, passou a se denominar Departamento de Museus (Depam), vinculado à Secretaria da Cultura e em 1991 recebeu a atual denominação de Diretoria de Museus (Dimus), passando a vincular-se à Funceb. A partir de 20 de dezembro de 2002, por meio da Lei nº 8.538, a Dimus e suas unidades museais (Museus Abelardo Rodrigues, do Recolhimento dos Humildes (Santo Amaro-Ba), do Recôncavo Wanderlei Pinho (Candeias-BA), Tempostal, Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica, Palácio da Aclamação-Casa de Cerimonial e Museu, Parque Histórico Castro Alves (Cabaceiras do Paraguaçu) e Galeria Solar Ferrão passaram a integrar a estrutura do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac).

Percebe-se que esse movimento de transferência dos museus da Funceb para o Ipac não foi planejado, pois não ocorreu incremento no orçamento dos museus que estavam vinculados à Dimus, e, sobretudo, quando são criados os Núcleos de Dinamização, Documentação e Pesquisa, Educativo, Informática, Museográfico e de Projetos. Conforme podemos verificar no Relatório (2003-2004) os núcleos têm por objetivo:

[...] centralizar o planejamento, organização e execução das principais atividades técnicas para os museus permitindo, assim, a apresentação de resultados mais significativos junto às comunidades nas quais encontram-se inseridos, como também, disponibilizar tempo para que os técnicos lotados nas unidades possam desenvolver suas ações, além da economia com energia, telefone e equipamentos, uma vez que um grupo realiza atividades para as oito unidades (BAHIA, 2004).

Em relação ao fomento, nesse período identificamos no Relatório de Atividades (BAHIA, 2004) que a Dimus, para suprir a deficiência orçamentária e atender à demanda de modernização, restauração e a realização de exposições nos museus vinculados, recorria ao patrocínio nas seguintes instituições: Fundação Vitae, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Correios, Iphan e Fazcultura,

Importa registrar, do ponto de vista das políticas de preservação, que durante um curto período a gestão do Ipac esteve a cargo da museóloga Heloísa Helena Gonçalves da Costa, que promoveu a patrimonialização do Terreiro São Jorge Filho da Goméia, cujo processo foi aberto em 1989. Outro avanço foi a Lei nº 8.8999, de 18 de dezembro de 2003, formulada na gestão de Heloísa Helena Costa, em parceria com Armindo Bião, diretor da Funceb no período. A lei assegurava o registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres do Estado da Bahia. Na área da museologia, ocorreram dois encontros internacionais: o XI Encontro Regional do ICOFOM-LAM e o Fórum Unesco – Os Desafios de uma cidade patrimônio: conciliação entre tradição e desenvolvimento. Com a saída prematura de Heloísa Helena, mais uma vez notamos a fragilidade na condução da gestão dos órgãos de preservação, que ficam subordinados aos interesses políticos.

O antropólogo Júlio Santana Braga assume a direção do Ipac até 2006, desenvolvendo ações de preservação, priorizando o patrimônio imaterial como os tombamentos de terreiros de candomblé. Para os museus do estado vinculados ao Ipac não havia planejamento visando a dinamização definido pela Secretaria.

Será na gestão de Júlio Braga que acontecerá a primeira ação da PNM na Bahia, após o lançamento, em 2003, teremos o Projeto-Piloto para formação de profissionais do campo dos museus e da museologia no Brasil. O Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos estava sob a coordenação da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos. Enquanto o MinC era estruturado para atender as demandas, Célia apresenta para a classe museológica baiana o trabalho desenvolvido e propõe a realização de um diagnóstico dos museus do Estado.

O Diagnóstico levantou dados importantes do Eixo de Formação: Quais os recursos humanos a serem capacitados? As prioridades de curso e treinamento individual; a modalidade dos cursos. Com duração de um ano e meio, as atividades foram realizadas a partir de parcerias estabelecidas entre o MinC/Demu/Iphan, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia, o Museu de Arte Sacra, o Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, a Dimus, a Associação de Museólogos da Bahia (AMB) e a Fundação Gregório de Mattos.

Como resultado da ação foi produzido o perfil dos museus baianos. Percebe-se que o projeto é o primeiro movimento para mobilização da comunidade museológica baiana na construção da política museológica local. Nesse sentido, podemos fazer uma analogia da PNM ao processo ocorrido com o Sphan, que foi um grande espaço de formação.

Vale lembrar que durante a vigência das ações do Projeto Piloto, não existia alinhamento entre a política estadual e a federal. Entretanto, a Dimus, tendo como gestora a museóloga Eliene Bina, aportou apoio técnico nas ações participando efetivamente do projeto.

Como resultado das ações da Política Nacional de Museus, após a implantação do Sistema Brasileiro de Museus em 2005, na gestão do governador Paulo Souto (2003 – 2007), a Secretaria de Cultura e Turismo, por meio da Dimus, deu início ao processo de elaboração de uma política de museus para o Estado, em especial, a implantação do Sistema Estadual de Museus.

A primeira ação no estado foi a realização do Fórum Estadual de Museus, nos dias 17 e 18 de outubro de 2005, na Sala Walter da Silveira e no auditório da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. O encontro constituiu-se em uma atividade pré-requisito para a implantação do Sistema Estadual de Museus. Ao Fórum Estadual de Museus coube congregar profissionais da área cultural, representantes de Prefeituras Municipais e de instituições

museológicas. O Fórum contou com a presença de 311 participantes, organizado no formato de palestras e grupos de trabalho, cujos temas debatidos, dentre outros assuntos, focaram na valorização, formação e capacitação de recursos humanos da área. Consideramos que o elevado público participante é resultado das ações anteriormente desenvolvidas pelo Projeto-Piloto, que reverberaram nos debates dos grupos de trabalho. O documento final do Fórum indicava seis eixos programáticos: 1) Estruturação do Sistema Estadual; 2) Modernização da infraestrutura museológica; 3) Formação, capacitação e qualificação de Recursos Humanos; 4) Democratização do acesso aos bens culturais; 5) Financiamento e fomento aos Museus e 6) Ampliação e preservação de acervos. Dessa forma, o encontro estabeleceu as bases e diretrizes a serem definidas para a implantação do Sistema Estadual de Museus em articulação com o delineamento do Sistema Brasileiro de Museus.

A proposta de criação de um Sistema Nacional¹⁷ de Museus já havia sido discutida na década de 80 do século XX. Ressalta-se que, mais uma vez, a proposta de implantação do Sistema Estadual, apesar de discutida e aprovada em plenária, não avançou, sendo uma clara evidência da descontinuidade das ações para o setor. Percebe-se que a relevância dada aos museus e patrimônio cultural é restrita ao nível simbólico, pois o compromisso com a implantação dessa política e na sua difusão não é pautado de forma estável nas agendas políticas.

Com a eleição de Jacques Wagner, em 2006, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), temos um novo cenário. Cria-se a Secretaria de Cultura (Secult), que segundo o então Secretário da pasta, Márcio Meirelles¹⁸, deveria ampliar a atuação do Estado para garantir o acesso democrático à cultura, à preservação da diversidade, à descentralização regional, com a construção de políticas públicas culturais de forma participativa e compartilhada. Assim, ao propor a sistematização da política de Estado voltada para os museus baianos, a Secult promoveu uma série de ações visando o debate sobre políticas culturais e, dentro dessas, políticas de gestão de acervos, formação, acessibilidade, fomento, difusão, comunicação e modernização com setor museológico e os segmentos culturais que trabalham com o patrimônio cultural, estabelecendo, dessa forma, o diálogo entre sociedade civil e o poder público.

¹⁷ O Sistema foi criado em 1986, sendo reativado em 2003 no primeiro Governo de Luís Inácio Lula da Silva, na gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil.

¹⁸ MEIRELLES, Márcio. Fala do Secretário Márcio Meirelles durante o II Ciclo de Debates de Políticas Culturais. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas, ROHDE, Bruno Faria (orgs). **Políticas culturais na Bahia: Governo Jaques Wagner - 2007**. Salvador: EDUFBA, 2008. Cadernos CULT I. p. 9 e 13.

O Ipac entre 2007 e 2013 terá na direção o arquiteto Frederico Mendonça, que nomeia para diretora de museus a museóloga Ana Liberato (2007-2008), que nos anos de 1988 a 1991 já havia passado pela direção da Diretoria de Museus. Em seu curto período de gestão é realizado o Projeto Político Pedagógico, sob a coordenação da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos (BAHIA, 2014). É uma gestão marcada pelas ações socioculturais e educativas. Percebe-se também o alinhamento com as ações do Demu/MinC, sobretudo, com os eixos “Formação, capacitação e qualificação de Recursos Humanos” e “Democratização do acesso aos bens culturais”, potencializando a participação dos museus vinculados na Semana Nacional de Museus. Entretanto, em 2008 é articulada a mudança na condução dos museus vinculados ao Ipac, seguindo o direcionamento da política cultural da Secult, quando ocorre a exoneração de Ana Liberato e nomeação do produtor cultural e curador Daniel Rangel (2008 a 2011), que até então, ocupava o cargo de assessor de direção do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA).

Com a responsabilidade de dinamizar os museus do Estado, Rangel tinha como experiência a produção de mostras nacionais e internacionais, como por exemplo, a exposição *Quiet in the Land* (2000), uma parceria entre o MoMA de Nova Iorque, o MAM-BA e o Projeto Axé, em Salvador. Na sua trajetória profissional também trazia a experiência como assistente do artista Tunga, entre os anos de 1998 e 2001. Rangel, não foi o primeiro não museólogo a assumir a gestão dos museus vinculados ao Estado, pois quando a Dimus era o Departamento de Museus e Artes Plásticas (Demap), o artista plástico Zivé Giudice foi nomeado seu gestor no período de 1983 a 1987.

Podemos ver que o modelo de gestão proposto por Rangel é baseado em núcleos multidisciplinares (Diretoria, Núcleo de Museologia, Núcleo do Sistema de Museus, Núcleo de Arte e Educação, Núcleo de Comunicação, Núcleo de Administrativo, Núcleo de Produção e Núcleo de Montagem) articulados em torno de ações e projetos. Os coordenadores dos Núcleos integravam o Comitê Gestor e em conjunto com a direção deliberavam sobre a Dimus. Segundo Rangel, sua missão na Dimus era replicar o modelo de gestão multidisciplinar “como uma estratégia para alcançar resultados diversos, tanto visando uma maior institucionalização deste órgão, com o conseqüente desenvolvimento político do setor”¹⁹, além das ações voltadas para a dinamização dos espaços e acervos, contribuindo

¹⁹ Quando da sua saída da Dimus, em abril de 2011, Daniel Rangel emitiu uma carta intitulada “Novos Desafios”, na qual descreve do seu ponto de vista as principais ações realizadas durante sua gestão na Diretoria de Museus.

para a sua salvaguarda, visibilidade e para estreitar a relação dos museus públicos com a sociedade.

Figura 2 - Organograma Dimus (2008 - 2011)



Fonte: Relatório de Atividades: Dimus 2008 - 2010

O modelo de gestão proposto por Rangel causou incômodo, sendo considerado como um “modelo centralizador” por profissionais de museus que assinam o abaixo-assinado eletrônico “Manifesto em prol do Patrimônio Museológico Baiano”, lançado em janeiro de 2011. Segundo o documento que contava com assinatura de 139 pessoas, o modelo de gestão vigente da “Diretoria de Museus (Dimus) do Ipac optou por um modelo centralizador de gestão que enfraqueceu os museus a partir da desarticulação das equipes técnicas e eliminação dos diretores de unidades, habilitados a atuar nas especificidades de cada instituição”.

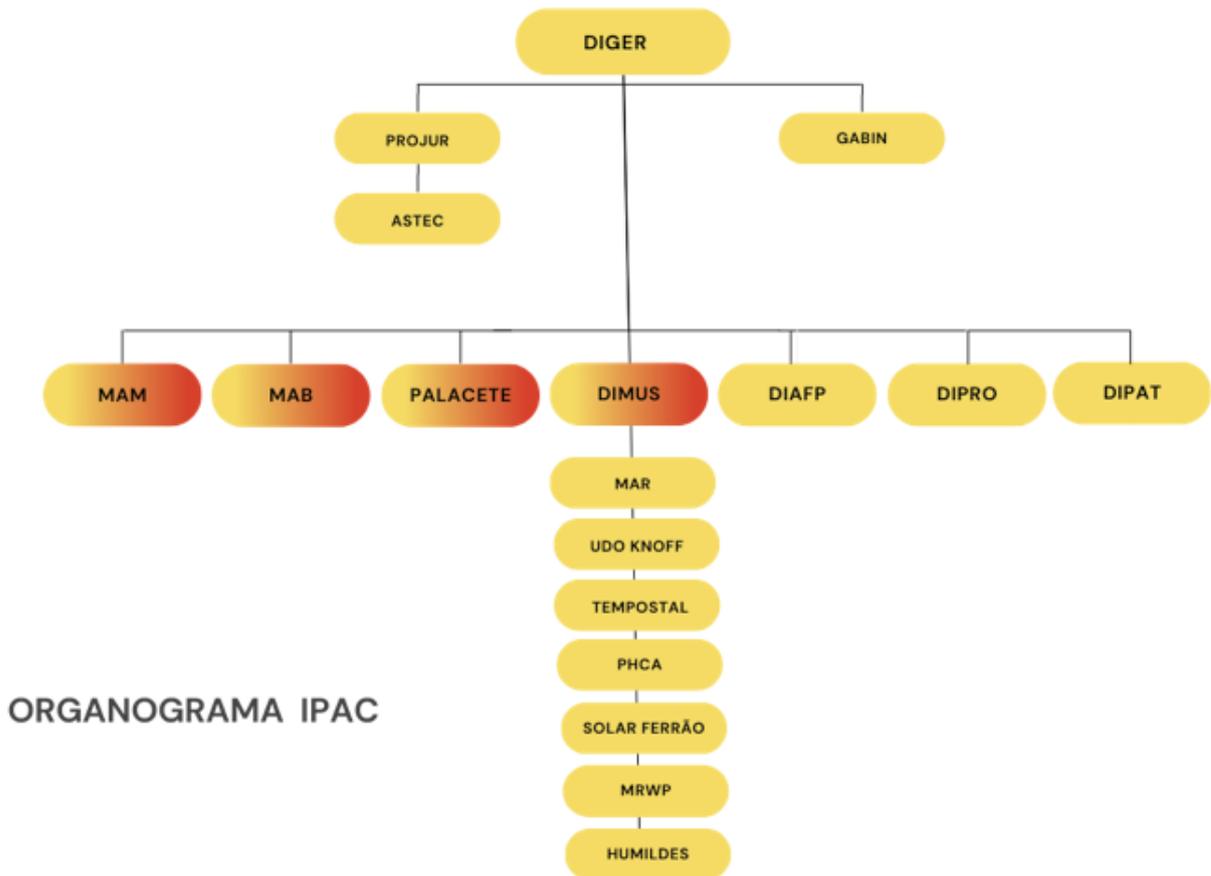
O documento faz menção ao artigo 23 da Lei nº 11.904/2009: Estatuto de Museus, demonstrando a preocupação com a situação dos acervos “em estado precário de armazenamento, dispostos em locais inapropriados, o que compromete a preservação, a conservação e a segurança do nosso patrimônio”. Registra ainda, a ausência da construção de planos museológicos para as unidades museais vinculadas à Secult.

Em contraponto ao documento, observa-se que no período três importantes coleções foram disponibilizadas para a visita pública, sendo duas do Estado: a Coleção de Arte Popular Lina Bo Bardi, que esteve fechada ao acesso público desde a ditadura, por quatro décadas, e a Coleção de Arte Africana Claudio Masella, doada em 2004 pelo colecionador italiano ao Governo do Estado da Bahia e desde então nunca tendo sido exposta. Ressalta-se ainda a Coleção de Plásticas Sonoras e Instrumentos de Walter Smetak, de posse da família do músico, em processo de aquisição pelo Estado que esperava há quase dois anos, também dentro de caixas, seu novo destino.

Percebe-se que expor essas coleções foi uma ação para contribuir com a salvaguarda desses acervos, considerando as dificuldades para manter o acondicionamento destes, pois com exceção do Palacete das Artes, que possui reserva técnica destinada a atender as obras do Museu Rodin, e do MAM e do MAB, que possuem reservas subdimensionadas para a realidade dos acervos sob guarda, os demais enfrentavam problemas para seguirem os protocolos e manterem os acervos acondicionados, uma situação derivada da ausência de investimentos na modernização das estruturas físicas que abrigam as coleções.

Observa-se que mudanças organizacionais promovidas na Dimus desestabilizaram as estruturas mantidas pelos cargos de direção, ocupados pelos mesmos profissionais por décadas, sem conseguirem atuar plenamente na cadeia operatória da museologia. Os museus vinculados contavam apenas com um profissional museólogo por unidade, com cargo de Diretor, que por sua vez acumulava as funções administrativas e técnicas com poucos funcionários de nível superior e médio, com contratos terceirizados e sem qualificação profissional específica para as demandas, sejam essas museológicas, administrativas, educativas ou de dinamização. Não existia alinhamento institucional do ponto de vista do encadeamento de uma política museológica, apenas ações pontuais em eventos comemorativos, por exemplo, a Semana de Museus. Outro ponto era a ausência de autonomia dos museus vinculados e o tratamento diferenciado dado ao MAM, MAB e Palacete que estão com status de diretoria, no mesmo nível da Dimus, conforme é possível verificar no organograma do Ipac abaixo:

Figura 3 - Organograma do Ipac



Fonte: Elaboração própria a partir do Regimento do Ipac

Rangel, com aval do Secretário de Cultura, equipara a Dimus ao Ipac e passa a despachar diretamente com o Secretário, buscando o alinhamento das ações dos museus vinculados aos Ipac, incluindo MAM, MAB e Palacete das Artes, anteriormente ligados diretamente ao gabinete do Ipac, um status diferenciado em relação aos museus ligados à Dimus. A museóloga Magaly Nunesmaya era a responsável pela coordenação geral dos núcleos técnicos, além de atuar com os museus que não estavam ligados ao Estado. Não temos pretensão de avaliar isoladamente a gestão de Rangel, apenas apresentar pontos que entendemos impactar no lançamento dos primeiros editais de museus na Bahia e nas futuras participações de instituições e profissionais do setor como proponentes. Com isso, verificamos que a missão da Dimus apresentada no Encontro Setorial de Museus já sinalizava a preocupação com ação sistêmica e o desenvolvimento do setor e não apenas da Dimus.

Salvaguardar acervos e dinamizar espaços sob sua responsabilidade, realizando projetos que possam servir de base e proposição para a construção

participativa e articulada de uma política pública estadual para a área de museus, de forma sistêmica, buscando identificar os atributos e carências para potencializar o desenvolvimento do setor museal no estado da Bahia (BAHIA, 2009, p.10).

Dessa forma, após 40 anos de criação do Departamento de Museus e Artes Plásticas (Demap), atual Dimus, ganhou visibilidade e consolidou-se como um órgão importante, reconhecido, tornando-se uma referência quando se trata da gestão pública dos museus. Os museus passaram a ocupar um lugar nas agendas de formulação de políticas de Estado para a cultura, com a realização de encontros com a participação de agentes culturais que atuavam nas instituições museológicas e no entorno dessas na capital e interior do estado. Nessa perspectiva, tais ações aproximam-se da noção abrangente de políticas culturais de Canclini trabalhada nos capítulos anteriores, considerando aspectos como: a existência de múltiplos agentes como promotores de políticas e o seu papel no desenvolvimento do campo cultural.

Compreendemos que as iniciativas oriundas de instituições civis e dos grupos comunitários também são reconhecidas como políticas culturais. Dessa forma, não cabe apenas ao Estado o papel de formulação e implementação das políticas culturais, as políticas são o resultado da interação da sociedade civil organizada e do poder público. O novo enfoque dado ao delineamento da política de museus, a partir de 2008, é resultado da reestruturação interna da Dimus, com o objetivo de propor a formulação de uma política voltada para os museus baianos, tendo como base a descentralização regional, resultante da territorialização da cultura estadual e construção de redes espelhada nas ações do Demu para a sistematização de uma política de museus participativa e compartilhada.

Tratar desse histórico de ações para institucionalização do setor museológico na Bahia é levar em conta essas múltiplas frentes que culminaram com a elaboração da minuta o Instituto Baiano de Museus e da Política Setorial de Museus da Bahia. As primeiras iniciativas foram atuações de mapeamento e identificação das instituições existentes e atendimento técnico, sobretudo, atendendo demandas do interior do estado. No processo de planejamento de uma política pública é necessário o conhecimento da realidade do setor que será beneficiado.

O mapeamento realizado na época evidencia um acréscimo em relação aos dados da base do Cadastro Nacional de Museus. O Relatório de Gestão da Dimus (2008 – 2010)

registra que das 144 instituições cadastradas em 2008 no Cadastro Nacional de Museus (CNM), a Dimus identificou 64 novas instituições museais totalizando 208 instituições, sendo 84 na capital e 124 no interior. Esse levantamento produziu publicação intitulada *Guia de Museus da Bahia*. Outro dado, que o relatório aponta é a baixa adesão ao Cadastro Nacional de Museus no período. Os museus da própria Dimus não estavam na sua totalidade cadastrados no CNM.

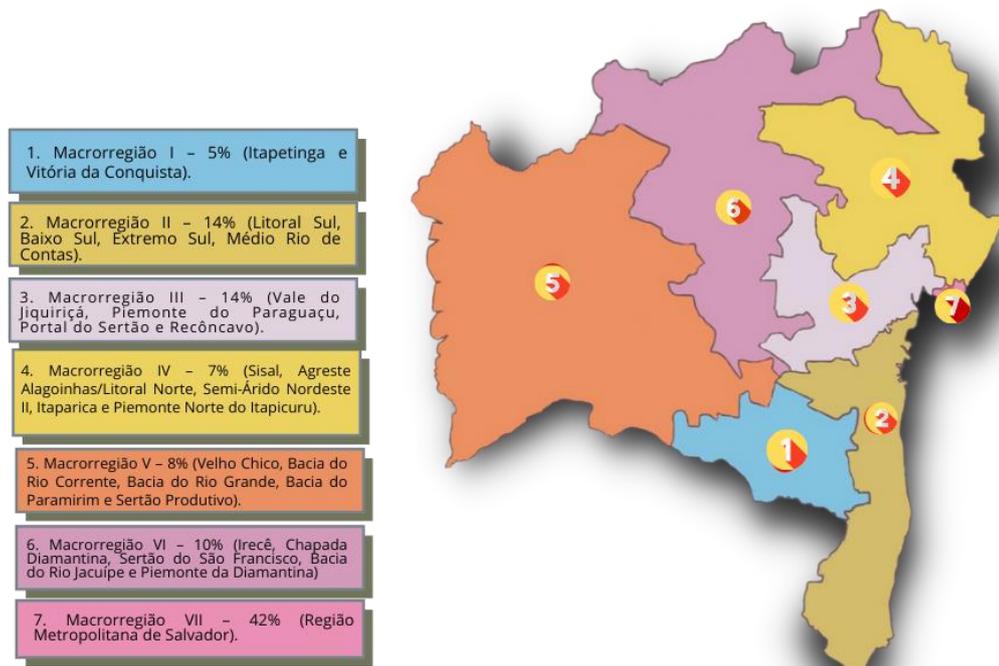
Em janeiro de 2009, na estrutura da Dimus, foi criado o Núcleo Sistema de Museus com o objetivo de realizar a “articulação entre todas as unidades museais do estado sendo o responsável pelas ações estruturais para o desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus” (BAHIA, 2011, p. 5). O núcleo focou nos eixos: Institucionalização – Democratização e Fomento. Percebe-se como diferencial nas ações do Núcleo do Sistema a participação de atores sociais em caráter voluntário, que atuavam na mobilização das instituições em sete macrorregiões museais²⁰, a saber:

- 1- Extremo Sul, Itapetinga, Vitória da Conquista Macrorregião;
- 2 - Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Baixo Sul; Macrorregião;
- 3- Recôncavo, Vale do Jequiçá, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão;
- 4 - Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Sisal, Semi-Árido, Nordeste II, Piemonte Norte do Itapicuru, Itaparica; Macrorregião;
- 5 - Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Velho Chico, Bacia do Rio Corrente, Oeste Baiano; Macrorregião;
- 6 - Chapada Diamantina, Irecê, Sertão do São Francisco, Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe; Macrorregião; e
- 7- Região Metropolitana de Salvador

Na Figura 04 é possível verificar a distribuição espacial das macrorregiões. Cabe registrar a concentração de museus na Região Metropolitana de Salvador, que apresenta 90 museus mapeados, seguida da macrorregião 2 com 33 museus.

²⁰ Durante o Encontro Baiano de Museus em julho de 2009 os participantes do Grupo de Trabalho III – Sistema Estadual de Museus discutiram formas de representação dos museus (tipologias de acervos, natureza jurídica das instituições, ou por divisão regional) para a sistemática de atuação do Sistema. Nesse sentido, após apresentação na plenária foi proposta a divisão a partir do agrupamento dos territórios de identidade em sete macrorregiões.

Figura 4 - Macrorregiões Museais



Fonte: Elaboração própria a partir do livreto da exposição “Museus da Bahia: Identidade e Territórios” (BAHIA, 2011).

No âmbito da Secult até aquele momento não havia um trabalho sistematizado visando à institucionalização e fortalecimento do setor museológico baiano. Identifica-se uma tentativa de constituir mecanismos de difusão da política de museus espelhada nas ações do Demu, a partir dos fóruns, a semana nacional, a primavera dos museus e as conferências setoriais, que possibilitam a capilaridade que a política estadual de museus necessitava para sua estruturação.

Decorrente disso ocorreram as reuniões regionais no período de 2009 a 2010, como desdobramento da territorialização e democratização das ações no setor. As reuniões regionais nos Territórios de Identidade, com participação efetiva dos agentes locais, tiveram como principais objetivos a criação de redes e consolidação das propostas de políticas públicas para implementação da Política Estadual de Museus. Terry Eagleton (2003) chama atenção para o fato de que Cultura, não sendo o mesmo que civilização, é uma forma de poder que depende da sociedade, devendo ser promovida pelo Estado para que a sociedade civil seja harmoniosa e responsável. Essa é uma discussão importante para a reflexão dos debates produzidos no período.

Figura 5 - Oficina de elaboração de Projetos em Alagoinhas – 2010



Fonte: Fotografia da autora.

Destaca-se a criação da Rede de Museus e Pontos de Memória do Sul da Bahia na Macrorregião II, que compreende os Territórios de Identidade: Litoral Sul, Médio Rio de Contas e Baixo Sul. A Rede pode ser considerada como reflexo da primeira ação diferencial da atuação do Estado em relação aos museus. É necessária a reflexão sobre a importância de se construir redes, pois elas propiciam um aumento do espaço público e da intensidade das relações e de oportunidade de participação.

Ademais, verifica-se nas ações desenvolvidas pela Dimus os efeitos do caráter sistemático e continuado das iniciativas de Formação e Capacitação de Recursos Humanos empreendidas no plano federal, realizadas pelo Demu, e que integra um dos eixos programáticos da Política Nacional de Museus, denominado Formação e Capacitação de Recursos Humanos, cuja missão é, dentre outras, desenvolver cursos técnicos, extensão e oficinas, nas diversas áreas de atuação dos museus.

Assim, em atendimento a essa finalidade, aDimus, no plano estadual, no período de 2009 a 2010, realizou 21 oficinas: Documentação, Ação Cultural e Educativa em Museus e Elaboração de Projetos, ministradas por técnicos do Núcleo de Museologia e Sistema de Museus nos municípios de Cachoeira (Macrorregião III), Vitória da Conquista (Macrorregião I), Ilhéus (Macrorregião II), Mucugê (Macrorregião IV) e Alagoinhas (Macrorregião VI), totalizando um público de 132 inscrites, representantes de museus, estudantes, servidores

públicos e lideranças comunitárias. A realização das oficinas contou com o apoio dos articuladores do GT Sistema de Museus em cada Macrorregião (BAHIA, 2010, p. 5-11).

Os efeitos da movimentação no setor repercutiram na Conferência Setorial de Museus, realizada pela Secretaria Estadual de Cultura, por meio da Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia com a eleição de propostas para II Conferência Estadual de Cultura e de 04 delegados representantes do setor museal: 03 da sociedade civil e 01 do poder público, sendo 03 dos representantes integrantes do GT do Sistema de Museus. Das propostas apresentadas foram priorizadas as seguintes diretrizes: reformulação das políticas para os centros antigos, dinamização e atualização das políticas de museus e salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais. A temática da sustentabilidade foi tema do 2º Encontro Baiano de Museus (2010), aprofundando as propostas apresentadas no ano anterior. A necessidade de implementação da política estadual de museus é reafirmada e a proposta do Instituto Baiano de Museus (Ibam) ganha corpo. No entanto, o alinhamento existente com a PNM, o apoio da alta gestão da Secretaria de Cultura e a mobilização dos articuladores em seus Territórios de Identidade não foi capaz de garantir a implantação do Sistema Estadual de Museus e andamento da proposta do Ibam.

Cabe, todavia, uma análise detalhada da iniciativa para uma melhor compreensão, pois em qualquer processo de gestão é fundamental planejamento, diretrizes, execução e acompanhamento de resultados. Um dos grandes desafios da gestão pública da cultura é a avaliação das ações e políticas implantadas e em processo.

Figura 6 - 2º Encontro Baiano de Museus



Fonte: Fotografia da autora.

3.2.3 A ideia de democratização do campo museológico na Bahia

Um dos pontos marcantes do processo de democratização e territorialização da política de museus foi a organização das Reuniões Regionais do GT de implantação do Sistema Estadual de Museus. A pauta era voltada para discussões temáticas entre os articuladores das instituições museais em interlocução com a Diretoria de Museus e incentivou o desenvolvimento de ações regionais integradas, em consonância com os objetivos do Sistema Estadual de Museus, que estava em fase de institucionalização. Com a criação de museus de território, os movimentos sociais e comunidades passaram a se apropriar efetivamente dos processos museológicos. O território na pesquisa é compreendido a partir da reflexão de Porto-Gonçalves:

O território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 46).

Parte-se do pressuposto de que as opções realizadas, no que concerne ao modo de configuração e de gestão dos museus, nesse período, aproximam-se da Museologia Social com participação da comunidade e não apenas de técnicos e gestores de museus. Nesse sentido, identificamos no período de 2008 a 2010 a retomada com foco nos eixos: Institucionalização – Democratização; Fomento e Dinamização, da formulação de propostas e diretrizes para a área dos museus no Estado, com os diferentes atores da área, articulando os diversos museus do estado.

O importante é perceber que há um grupo de pessoas que se mobiliza em torno de um projeto de museu, de um projeto de memória. As políticas de preservação representam um projeto de nação pautado na ideia de diversidade cultural. Não é um projeto brasileiro, não é um projeto que nasce aqui. É um projeto de escala mundial: a comunidade também está discutindo, porque ela também é diversa e nesse processo a necessidade de diversificar e ampliar o financiamento de ações e projetos passa a integrar a pauta das discussões. Outra questão que necessita de uma reflexão é o alargamento geográfico das ações desenvolvidas no período, a partir das Reuniões Regionais, e suas implicações na organização e na reconfiguração dos espaços de memória musealizados.

Figura 7 -Reunião dos Articuladores e a Dimus – 2011



Fonte: Fotografia da autora.

Ainda como marca da instabilidade da política cultural no segundo mandato do governo Jaques Wagner (2006-2014), tendo como secretário de cultura o professor universitário e pesquisador Albino Rubim (2011-2014), a direção da Dimus sofrerá mudanças com a saída de Daniel Rangel e a nomeação da professora e museóloga Maria Célia Moura Santos, profissional com currículo e atuação no campo museológicos inquestionáveis, que contribuiu para a estruturação da PNM como coordenadora do Eixo 3 da Política Nacional de Museus. Em encontro realizado no auditório do Conselho Estadual de Cultura o Secretário de Cultura, Albino Rubim, esteve presente e ressaltou como uma das missões da nova diretora a continuidade do processo de criação do Instituto Baiano de Museus (Ibam), como uma autarquia vinculada à Secretaria de Cultura (Secult), dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Na gestão de Maria Célia os museus são entendidos como “dispositivos estratégicos de aprimoramento dos processos democráticos, de inclusão sociocultural, de educação e de desenvolvimento local” (SANTOS, 2014, p. 101). Essa concepção de museu influenciou a construção da política setorial de museus, a partir dela a direção da DIMUS estabeleceu como ações prioritárias, a reestruturação e requalificação das edificações que abrigavam os museus e de suas coleções, além do debate sobre a política de arrecadação dos museus por meio da bilheteria, tendo em vista que o orçamento destinados aos museus da DIMUS não era suficiente e não existia orçamento próprio para gestão dos espaços.

As ações de capacitação e qualificação técnica dos profissionais do setor são intensificadas com a continuidade de ações preexistentes. A terceira edição do Encontro Baiano de Museus é realizada na cidade de Ilhéus, no período de 21 a 23 de setembro de 2011, tendo a discussão sobre o Ibam como principal temática, pois a Bahia seria o primeiro estado a propor um instituto de museus, uma autarquia com o objetivo de formular políticas e oferecer apoio técnico de gestão administrativa aos museus vinculados ao Estado, além daqueles presentes nos Territórios de Identidade. Mantendo a marca da instabilidade das políticas culturais, após um ano e nove meses sem conseguir implantar o Ibam, Maria Célia deixa a direção da Dimus.

Percebemos que seguindo o modelo adotado, a partir da gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC, a Dimus no período de (2008-2012) investiu nas consultas públicas com intuito de promover e intensificar a articulação entre governo e sociedade, quando ocorreram a formulação, reelaboração e definição de políticas públicas. Consideramos que, ainda que possuam linhas distintas de condução de suas gestões, é justamente durante a passagem de Daniel Rangel e Maria Célia Moura Santos que identificamos avanços no que diz respeito à gestão museológica e à constituição de uma política pública para museus.

Sob essa perspectiva, destacamos as seguintes ações: a) a territorialização do debate sobre a política de museus, a realização das conferências setoriais, territoriais e estadual de cultural, além do Encontro Baiano de Museus que contou com quatro edições; b) a elaboração das minutas dos documentos (Política Setorial de Museus, Instituto Baiano de Museus e Sistema Estadual e Museus), cujo processo de escuta foi iniciado na gestão Daniel Rangel e ampliado e finalizado na gestão Maria Célia Moura Santos, cujo legado de sua gestão é a concretização do documento e marco regulatório da Política Setorial de Museus da Bahia; c) lançamentos dos primeiros editais exclusivos para museus em 2009 – 2010, quando a seleção ocorria por categorias e o primeiro edital setorial de museus em 2012, quando o objeto do edital é ampliando.

3.3 OS MARCOS REGULATÓRIOS

Dentre os marcos regulatórios com alcance no setor museológico do estado da Bahia, temos aqueles de abrangência nacional e aqueles específicos para o Estado, a saber: Plano Nacional de Cultura; Sistema Brasileiro de Museus; Plano Nacional Setorial de Museus

(2010-2020); Estatuto de Museus – Lei Federal nº 11.904/2009; o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta as Leis nº 11.904/2009 e nº 11.906/2009, de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); a Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia – Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011 e a Política Setorial de Museus da Bahia.

O Sistema Brasileiro de Museus (SBM) tem a finalidade de promover o diálogo entre museus e instituições afins, visando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Outra atribuição do SBM é a de propiciar o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. Ressalta-se a composição do Comitê Gestor do SBM, que agrega representantes do setor governamental e da sociedade civil, ligados à área museológica. O Comitê Gestor do SBM tem o papel de propor as diretrizes e as ações para o setor museológico. Importa lembrar que em 1986, com objetivo de articular e apoiar financeiramente projetos museológicos, foi criado dentro da Fundação Pró-Memória, um Sistema Brasileiro de Museus, sendo extinto pelo governo Collor.

O Plano Nacional Setorial de Museus: PNSM expressa o amadurecimento do setor museológico, a sua capacidade de articulação e planejamento em conjunto. O PNSM é o resultado de um conjunto de reuniões setoriais que aconteceram desde 2003, especialmente da I Pré-Conferência de Museus e Memórias, do Plano Nacional de Cultura e da II Conferência Nacional de Cultura. Em 2010 ocorreu o IV Fórum Nacional de Museus, que consolidou a trajetória de construção do Plano, definindo suas diretrizes, estratégias, ações e metas. No âmbito federal o PNSM é parte integrante do Plano Nacional de Cultura, estabelecido pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

O Plano Nacional Setorial de Museus está organizado em dois tipos de eixos: estruturante e transversal. O PNSM tem em sua composição 131 diretrizes desdobradas em 169 estratégias e 560 ações a serem implementadas entre os anos de 2010 e 2020. O eixo estruturante segue a organização da II CNC e está dividido em: (1) Produção simbólica e diversidade cultural; (2) Cultura, cidade e cidadania; (3) Cultura e desenvolvimento sustentável; (4) Cultura e economia criativa; e (5) Gestão e institucionalidade da cultura. Cada um desses eixos é composto por diretrizes, estratégias, ações e metas.

Destaca-se em relação ao SBM as diretrizes: (1) Fortalecer o Sistema Brasileiro de Museus, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública

para museus, integrado ao Sistema Nacional de Cultura; (2) Incentivar o desenvolvimento de projetos e estruturas que contribuam para a sustentabilidade dos museus, de modo a promover a geração de emprego e renda; (3) Realizar ações de formação e capacitação de indivíduos e agentes culturais de diferentes grupos detentores de conhecimentos tradicionais nos locais de prática; (4) Fortalecer as políticas públicas para museus em âmbito municipal, estadual e distrital. Já o eixo de temas transversais está subdividido em: (1) Gestão museal; (2) Preservação, aquisição e democratização de acervos; (3) Formação e capacitação; (4) Educação e ação social; (5) Modernização e segurança; (6) Economia dos museus; (7) Acessibilidade e sustentabilidade ambiental; (8) Comunicação e exposição; (9) Pesquisa e inovação.

Cada um desses subeixos indica diretriz, estratégia, ações e metas para os seguintes tipos de museus: de arte; história; culturas militares; ciências e tecnologia; etnográficos; arqueológicos; comunitários e ecomuseus; da imagem e do som e de novas tecnologias; Arquivos e bibliotecas de museus. O Plano Nacional Setorial de Museus esteve em vigência no período de 2010 a 2020, em nove áreas: (1) Gestão museal; (2) Preservação, aquisição e democratização de acervos; (3) Formação e capacitação; (4) Educação e ação social; (5) Modernização e segurança; (6) Economia dos museus; (7) Acessibilidade e sustentabilidade ambiental; (8) Comunicação e exposições; e (9) Pesquisa e inovação.

A Lei nº 11.906 cria o Ibram (BRASIL, 2009) e transfere para a sua estrutura quase todos os museus que eram vinculados ao Iphan. O Ibram é o órgão gestor da política de museus, responsável pela formulação das diretrizes para os museus brasileiros, tendo como recorte de sua atuação ações direcionadas ao patrimônio cultural brasileiro musealizado, ou seja, somente os bens culturais que estão sob a guarda dos museus.

O Estatuto de Museus (BRASIL, 2009d), instituído pela Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, é o um instrumento de ordenamento jurídico regulador e nasce da necessidade de formalizar um conjunto de ações da Política Pública de Museus. O Estatuto de Museus estabelece os princípios fundamentais para os museus brasileiros, relacionados a seguir:

- I. A valorização da dignidade humana;
- II. A promoção da cidadania;
- III. O cumprimento da função social;

IV. A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI. O intercâmbio institucional.

O Estatuto é a primeira Lei Federal criada com intenção de estabelecer e consolidar políticas públicas no campo dos museus, visando à democratização das instituições e organização dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais. Além de definir o conceito de museu, estabelece um conjunto inovador de princípios, delinea conceitos básicos, cria dispositivos que regulamentam os processos museológicos e sua aplicação uniforme e, acima de tudo, institui um sistema legal de proteção e defesa dos museus. Destaca-se no Estatuto a obrigatoriedade dos museus de elaborarem e implementarem seus planos museológicos²¹

O Estatuto é uma referência de legislação feita para os museus. Segundo Nascimento Jr, os marcos regulatórios normativos de países como a Espanha com a Lei de Museus da Catalunha, em 1990; a França com a Lei de Museus de 2002; e Portugal com a Lei Quadro dos Museus, de 2004, serviram de subsídios para a criação de um conjunto de referências jurídicas (NASCIMENTO JR, 2019, p. 101),

A estrutura de seus artigos possibilita a leitura do funcionamento das instituições museológicas. Destacamos duas premissas importantes no Estatuto de Museus e seu Decreto de regulamentação: o estabelecimento de ações com as três instâncias federativas que denota a característica participativa do instrumento. O compartilhamento de responsabilidade das principais questões, por meio dos sistemas estaduais e municipais de museus. Desta forma, os sistemas assumem um papel na cadeia operatória para o alcance das regulações presentes no marco regulatório.

A importância do regimento interno é contemplada no art. 18 da Lei e art. 22 do Decreto, nos quais estão descritos sua estrutura organizacional e funcionamento, além de sinalizar as instalações adequadas à realização de suas atividades e ao bem-estar de seus usuários e funcionários (art. 19 da Lei). Competirá à direção da instituição assegurar o seu

²¹ A Portaria Normativa do Iphan nº 1, de 05/07/06, dentro de uma nova perspectiva institucional, norteadas pela Política Nacional de Museus instituiu parâmetros gerais sobre a organização e gestão das instituições museológicas do Iphan. “Compreendendo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento”.

bom funcionamento e o cumprimento do plano museológico, assim como conceber e coordenar a execução do plano anual de atividades (art. 20 da Lei).

Consideramos o Plano Museológico como principal ferramenta para organização e planejamento das instituições museológicas. O Estatuto e Decreto que regulamentam, listam os diversos itens que podem estar presentes na estrutura do plano museológico, que vão da identificação de espaços ao detalhamento de seus setores internos. O Plano deve, preferencialmente, de forma participativa ser avaliado e revisado com periodicidade (art. 46 da Lei e art. 23 do Decreto). O Ibram visando monitorar os Planos Museológicos, por meio da Portaria nº 345/2019, instituiu Grupo de Trabalho responsável por elaborar um instrumento que possibilite esse monitoramento.

Entretanto, efetivamente após regulamentação da Lei nº 11.904/2009, verifica-se que as ações de suporte advindas do Instituto Brasileiro de Museus não conseguem atender a demanda e realidade, sobretudo, com o desmonte que o Ibram vem sofrendo nos últimos anos.

Um marco regulatório no processo de institucionalização no âmbito estadual é a Lei Orgânica de Cultura do Estado da Bahia, que é o mecanismo que garante a institucionalização e o desenvolvimento da cultura da Bahia. Um dos destaques do projeto de Lei é a proposta de criação do Plano Estadual de Cultura. A Lei instituiu o Sistema Estadual de Cultura e democratizou o Conselho Estadual de Cultura com a introdução de uma representação territorial na sua composição, em reconhecimento aos territórios enquanto elementos fundamentais para a cultura. Em relação ao fomento, a sua criação viabiliza mecanismos que promovem uma maior articulação entre diferentes entes de governos, como a possibilidade de repasses de recursos fundo a fundo para os municípios.

Cabe registrar o papel dos museus na mobilização para aprovação Lei Orgânica da Cultura, quando os participantes da Oficina de Documentação, promovida pela Diretoria de Museus, realizada no Palácio das Artes, nos dias 16, 17 e 18 (2011), com representantes dos municípios de Santa Maria da Vitória, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Catolândia, Buritirama e Wanderlei emitiram uma Moção de Apoio pela aprovação da Lei Orgânica de Cultura. Desta forma, verifica-se uma atuação sistêmica do setor museológico baiano, ainda que o Sistema Estadual de Museus não tivesse alcançado a sua institucionalidade.

O projeto de Lei Orgânica da Cultura é essencial para o desenvolvimento da cultura no estado e naquele momento veio corroborar uma Política de Estado para a Cultura e a definição de um Plano Estadual, pactuando com o esforço do Ministério da Cultura para a efetivação de um Sistema Nacional que comprometesse os entes federados com a institucionalidade da cultura e facilitasse a canalização de recursos para o setor.

A Política Setorial de Museus teve sua construção com a participação de muitos atores. No âmbito da Dimus foi realizado um seminário interno, do qual participaram os gestores e o corpo técnico de todos os museus vinculados e conveniados, ocorreu a elaboração da primeira versão desse documento. Durante o 3º Encontro Baiano de Museus, o documento acrescido das colaborações das instituições museológicas foi apresentado na plenária. O texto da política apresenta a importância do fortalecimento do papel ativo do Estado democrático e plural, a partir da constante interlocução entre o poder público e a sociedade civil.

Composta de 11 Diretrizes, destacamos: “9. Incentivar a criação e a promoção de ações que visem à sustentabilidade dos museus do Estado da Bahia” e a “10. Promover o fortalecimento da economia criativa nas instituições museológicas”. Relativamente aos Eixos Programáticos temos a Configuração e Gestão do Campo Museológico: “Ações estratégicas que visem ao planejamento, à aplicação de ações museológicas e administrativas elaboradas com a finalidade de promover o gerenciamento, a integração e o fortalecimento das instituições museológicas” (BAHIA, 2014, p. 39-51).

4 O FOMENTO A MUSEUS NA BAHIA

Conhecer as políticas federais de financiamento e fomento à cultura nos auxilia na compreensão das dinâmicas de distribuição do recurso público promovidas pelos Estados e, de que modo, eles são influenciados pelo modelo federal vigente, uma vez que o sistema de financiamento tem uma relação íntima com as políticas culturais implementadas no país, nos estados ou nos municípios. O campo cultural é diverso e complexo e para atender suas necessidades não podemos ter um sistema de financiamento que não seja complexo. Para o alcance do atendimento das demandas dos setores culturais é necessário pensarmos num modelo de financiamento que tenha a possibilidade de acessar diferentes fontes. Percebemos que não pode haver apenas uma fonte, um único mecanismo de financiamento à cultura.

A Constituição Federal de 1988, no texto do § 3º do art. 216 diz que “a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais”. O financiamento público à cultura no Brasil estava fortemente concentrado nos Estados e na União até os anos 1980. O apoio se dava por meio do aporte direto, a fundo perdido. As exceções a essa realidade eram a Embrafilme, que conseguia atuar na lógica do mercado com linhas de crédito a juros baixos, adiantamento sobre a distribuição e investimentos na forma de coprodução (JOHNSON, 1993).

Não existia uma legislação específica para o financiamento ao campo cultural, com exceção do cinema brasileiro. A liberação do apoio não seguia critérios transparentes, não havia chamamento e critérios públicos gerais. No contexto de ausência das políticas de financiamento os artistas buscam, eles mesmos, viabilizar suas criações, muitas vezes recorrendo ao apoio público por meio de relações pessoais. Tais apoios diretos se davam partindo exclusivamente da decisão do gestor, no que se popularizou chamar de “política de balcão” (BARBALHO, 1998; NETO PAIVA, 2017).

Em decorrência do falecimento de Tancredo Neves poucos dias antes da posse, em 21 de abril de 1985, José Sarney (1985 – 1990), torna-se o primeiro presidente civil após o período da ditadura civil-militar. Sarney, em 1985, cria o Ministério da Cultura, a partir de um projeto de Tancredo Neves. Importa notar que a ideia da criação de uma pasta exclusiva para cultura é considerada pela comunidade cultural como resultado do esforço pela redemocratização do país. No entanto, a ideia foi refutada por Aloísio Magalhães, pois “no momento seria prematuro pensar na criação de um Ministério da Cultura porque, agora, ele

seria forçosamente um ministério fraco, não só do ponto de vista financeiro, mas do próprio ponto de vista conceitual” (MAGALHÃES *apud* BOTELHO, 2019, p. 61).

O Estado, em termos gerais, financiava a cultura tendo um Ministério da Cultura com orçamento insuficiente para atender ao funcionamento da própria estrutura interna. Em 02 de julho de 1986, é promulgada a Lei nº 7.505. Sarney já havia apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado (PLS) em 1972, mas só conseguiu aprovação definitiva em 1986. A Lei “dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico”. A Lei Sarney apresentava uma nova modelagem na relação do incentivo à cultura. Seria uma tentativa de ampliar os incentivos, conforme disposto no art. 1º.

O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta ou deduzir, com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive, despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica (BRASIL, 1986).

Segundo Rubin (2012), a criação da Lei Sarney caracterizou um movimento paradoxal, pois, ao mesmo tempo que diversos órgãos eram criados para centralizar a administração da produção cultural, a lei propunha o financiamento indireto da área para atender a política vigente do estado mínimo, com a redução dos investimentos nas áreas sociais, atingindo, principalmente, o campo cultural como consequência da onda neoliberal surgida a partir da década de 80. Desta forma, Sarney transfere ao privado a política cultural do país, por meio da lei de renúncia fiscal.

Yacoffs Sarkovaso (2003) aponta que o financiamento à cultura “provém de quatro fontes distintas e complementares: o Estado, o investimento social privado, o patrocínio empresarial e o mercado consumidor”. A falta de entendimento dessas fontes levou aos equívocos estratégicos no campo do financiamento cultural como explica Yacoffs Sarkovaso (2003):

Mais grave do que a falta de recursos é a falta de visão estratégica do papel do Estado na cultura de uma sociedade inserida no mundo globalizado. Não há diretrizes nem planos de ação cultural para os diversos segmentos artísticos, populacionais, geográficos etc. Não há estratégias públicas para formação, pesquisa, criação, produção, circulação, fruição, intercâmbio, preservação.

Percebe-se que a característica marcante da Lei Sarney em relação ao modelo de financiamento estabelecido posteriormente no Brasil é o fato de que os recursos não eram destinados para a execução dos projetos, mas a instituições com e sem fins lucrativos. A Lei Sarney cria um Fundo de Promoção Cultural do Ministério da Cultura, destinado a “[...] fundações culturais, ou para instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados ao aperfeiçoamento, especialização ou formação de pessoal em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos” (BRASIL, 1986).

Estima-se que o montante de recursos gastos com a Lei Sarney seria de US\$ 450 milhões, dos quais US\$ 112 milhões correspondem ao incentivo fiscal e o restante à contrapartida dos patrocinadores. No entanto, a distribuição desses recursos não foi publicizada, uma evidência da falta de transparência no processo. A Lei Sarney sofreu diversas críticas, como o abatimento integral do imposto sem exigir o aporte de recursos próprios, pois além de poder abater o imposto de renda, a empresa poderia registrar os aportes às entidades culturais como despesa operacional, ausência de aprovação técnica prévia de projetos culturais. Ademais, conforme aponta a pesquisadora Rafaela Caroline Noronha Almeida, a principal crítica foi “o pouco controle do poder público”, além de ser acusada de vulnerabilidade e de facilitar a sonegação e a evasão fiscal (ALMEIDA, 2018, p. 53).

Com ausência da Lei Sarney e sem uma legislação específica para incentivos fiscais até a regulamentação da Lei Rouanet (de abril de 1990 a fevereiro de 1992), pontualmente alguns estados e municípios criaram incentivos:

Quadro 1 - Legislação de Incentivo

Entes federativos	Legislação
Município de São Paulo	Lei nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990
Distrito Federal	Lei nº 158, de 29 de julho de 1991
Estado do Mato Grosso	Lei nº 5.893–A, de 12 de dezembro de 1991
Estado do Rio de Janeiro	Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, que revoga a Lei nº 1708 de 17 de setembro de 1990
Estado de São Paulo	Lei nº 8.819 de 10 de junho de 1994

Fonte: (PAIVA NETO, RUBIM 2017)

A criação desses mecanismos é um indicativo e consequência da penetração da Lei Sarney nessas regiões. Dessa forma, elas rapidamente assimilaram a lógica do incentivo fiscal no campo cultural.

A gestão de Fernando Collor (1990-1992) não considerou a estrutura administrativa e as competências das áreas do Ministério da Cultura, evidenciando o autoritarismo no trato das questões culturais. Logo após a sua posse e sem realizar um diagnóstico prévio, extinguiu o MinC, seus programas, os projetos e seus órgãos culturais. É criada por Collor a Secretaria da Cultura ligada diretamente à presidência, que foi assumida pelo cineasta Ipojuca Pontes. O Sphan/Pró-Memória é substituído pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). No âmbito do incentivo fiscal, Collor adotou uma postura neoliberal extremada e revogou a Lei Sarney, sendo substituída pela Lei nº 8.313, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), sendo mais conhecida por Lei Rouanet, nome do seu idealizador, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) é considerado como um aperfeiçoamento da extinta Lei Sarney, pois como aprimoramento, ele introduz avaliação técnica com a aprovação prévia de projetos por parte de uma comissão com representantes do governo e de entidades culturais. Percebe-se que a nova legislação sinalizava a configuração de um “Sistema de Fomento à Cultura”. Com o Pronac são criados três mecanismos de apoio (NETO PAIVA, 2017; DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997):

- a. O Fundo Nacional de Cultura (FNC), importante instrumento de estímulo à atuação interestadual, com apoio a preservação do patrimônio cultural e histórico e apoio a iniciativas de caráter e com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios. O FNC destina recursos diretamente a projetos culturais através de empréstimos reembolsáveis ou cessão a fundo perdido a pessoas físicas, a pessoas jurídicas sem fins lucrativos e a órgãos culturais públicos;
- b. Os Fundos de Investimento Cultural e Artístico FICARTs proporcionando benefícios aos investidores de forma a capitalizar o setor cultural de natureza comercial e industrial. Os FICARTs são disciplinados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e organizam formas de investimento em projetos; e
- c. Incentivo a Projetos Culturais, mecanismo de financiamento que cria benefícios fiscais para os contribuintes do Imposto sobre a Renda que apoiarem projetos culturais sob forma de doação ou patrocínio. O Ministério da Fazenda autoriza que anualmente que seja designado para o ano seguinte todo o montante dos recursos captados por meio da renúncia fiscal. Desta forma, o MinC não repassa recursos diretos, “é o proponente que, após aprovação da sua proposta pelo MinC, vai buscar recursos para execução de seus projetos. Nesse momento surgem as figuras do doador e do patrocinador, pessoas físicas e jurídicas que apoiam por meio de doações ou patrocínio os projetos selecionados (ALMEIDA, 2018, p. 70).

Percebe-se que o FNC é o mesmo Fundo de Promoção Cultural criado na Lei Sarney, que tem sua nomenclatura alterada e passa a ter maior relevância na nova legislação. São agregadas diversas fontes de recursos: o orçamento do FNC que provém do Tesouro Nacional, de doações e legados, da arrecadação de concursos e loterias federais. Segundo PAIVA NETO (2017), algumas dessas fontes de recursos eram inéditas para o setor, como por exemplo, a que previa um percentual dos concursos das loterias federais e similares para custeio do FNC. A gestão do FNC estava centrada na figura do ministro, que contava com o assessorado dos órgãos técnicos no processo de análise e emissão de pareceres, além do monitoramento e avaliação dos projetos apoiados.

O FNC foi criado com intuito de facilitar o acesso às fontes de recursos e assim possibilitar a todos o pleno exercício dos direitos culturais. A pessoa física ou jurídica que incentiva um projeto cultura aprovado pelo MinC abate o valor investido no Imposto de Renda (IR), dentro do limite legal de 6% para pessoa física e 4% para pessoa jurídica. O projeto pode ser enquadrado nos artigos 18 ou 26 da Lei nº 8.313/91. Cabe ressaltar, que o enquadramento de um projeto não é realizado pelo proponente.

A Lei nº 8.313/91 sofreu regulamentações, sua consolidação deu-se no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que investiu no slogan “Cultura é um bom negócio”, tendo inclusive, em 1995, distribuído uma cartilha com esse título, visando aproximação do setor empresarial com os mecanismos de renúncia fiscal.

Essa movimentação empreendida no governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo Francisco Weffort à frente do Ministério da Cultura, é também uma consequência, do reconhecimento da centralidade da cultura para o desenvolvimento do país. Importa lembrar que foi um compromisso assumido pelo presidente da República antes da formação do governo e resultou numa reforma da Lei em 1995, cujo objetivo era de ampliar o limite de desconto para as empresas patrocinadoras, desburocratizar os procedimentos para agilizar a obtenção dos recursos e estimular a formação de um mercado de captação, reconhecendo a atividade de intermediação para o profissional empenhado na captação dos recursos, o que deu impulso à profissionalização do produtor cultural (MOISÉS, 1988).

Destacamos que no art. 4, V, da lei encontramos um dos principais objetivos do Pronac. Nele consta que o FNC deve priorizar os projetos em áreas artísticas e culturais com menor possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios. A Lei Rouanet foi inserida no cotidiano de artistas e produtores culturais, possibilitando a configuração de um mercado

cultural e de projetos financiados sob o prisma do marketing cultural. O pensamento neoliberal do governo seguiu trabalhando pela ideia de um Estado mínimo e transferindo para a iniciativa privada, por meio da Lei Rouanet, a responsabilidade. Percebemos, assim que o Pronac/Lei Rouanet se configura como uma política pública de incentivo à cultura, que na ausência das políticas culturais, assumiu o seu lugar.

O FNC é um mecanismo que associado aos fundos estaduais pode contribuir para dinamização do setor cultural, no entanto, ele utilizou poucos recursos na prática. Outro problema foi o aumento do incentivo fiscal para o mecenato com a retirada do incentivo fiscal para o FICARTs, que resultou na inviabilização deste, que não saiu do papel.

Uma das críticas a Lei Rouanet incide na concentração regional, um reflexo do sistema de mercado, que no caso brasileiro opera numa estrutura econômica, social e regional tão desigual. Segundo levantamento de Paiva Neto, há concentração em poucos proponentes:

[...] os 33 maiores captadores de 2015 (1,4% do total dos proponentes que captaram) respondem por 24,9% de toda a captação de recursos daquele ano. Os 99 maiores captadores em sequência captaram 25,2% dos recursos, de forma que 50,1% de toda movimentação do incentivo fiscal da Lei Rouanet foi concentrada em 132 proponentes, 5,6% do total de proponentes que captaram (PAIVA NETO, 2017, p. 39).

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), temos a nomeação de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura. Com uma visão crítica ao modelo estabelecido, Gil deixa claro como seria dada a condução da gestão da política cultural pelo governo federal. Em seus discursos, inclusive, apontando três grandes desafios, sendo um desses relacionado ao fomento:

[...] retomar nosso papel constitucional de órgão formulador e executor de uma política cultural para o país, o que vai exigir a deflagração de um amplo processo participativo capaz de subsidiar a construção dessa política. Segundo, fazer a nossa reforma administrativa e a nossa correspondente capacitação institucional para operar tal política. Terceiro, obter os recursos financeiros indispensáveis à implementação desta política, inclusive avançando propostas nas áreas de fomento e crédito às atividades de produção de bens e serviços culturais, instrumentos necessários a um verdadeiro desenvolvimento cultural (GIL, 2013, 2003, p. 51).

O MinC promoveu algumas mudanças na regulamentação da Lei Rouanet e introduziu os editais de cultura para benefícios com o Pronac. Esse movimento repercutirá nos governos

estaduais. Na gestão de Gilberto Gil, a criação do programa Cultura Viva, realizado com recursos do FNC, é resultado das mudanças promovidas.

Relativamente ao acesso dos museus ao incentivo fiscal, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2011, a partir do censo realizado pelo modelo federal de financiamento e fomento à cultura aponta que menos de 3% dos 3.025 museus cadastrados pelo Ibram obtiveram captação de recursos com o incentivo fiscal federal. Em pesquisa sobre o “Fomento para a área do patrimônio museológico brasileiro: o incentivo fiscal, a Lei Rouanet e os museus da região Nordeste”, a museóloga Rafaela Caroline Noronha Almeida (2018), demonstra o impacto do Incentivo Fiscal via Lei Rouanet na salvaguarda do patrimônio museológico brasileiro, entre os anos de 1991 e 2016, que corresponde a 25 anos da Lei Rouanet, expondo, em meio a outros aspectos, como ocorreram as ações de financiamento e as distorções existentes em relação à distribuição dos recursos.

A partir da implementação da PNM, os recursos em museus que possuem origem em investimentos diretos (FNC ou Tesouro Nacional), apresentam indicativos de crescimento. Os investimentos captados por meio da lei de incentivo, do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), na modalidade do mecenato, apontam para um crescimento de mais de 200%, nos anos de 2003 e 2004 em relação aos dois anos anteriores, 500%, se comparado aos mesmos anos e contínua progressão até 2006 (ALMEIDA, 2018).

4.1 A CONFIGURAÇÃO DE UM SISTEMA DE FOMENTO NA BAHIA

Como precedente da organização de um sistema de fomento à cultura na Bahia teremos inicialmente no município de Salvador a Lei nº 4.280, de 28 de dezembro de 1990, de incentivo fiscal incidente sobre os tributos municipais (ISS) pela Câmara de Salvador. A lei de autoria do vereador Javier Alfaya, do PCdoB, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) tinha como referencial a Lei Sarney. A Lei Alfaya criava incentivos fiscais para empresas que investissem em “projetos de produção cultural nas áreas de música, teatro, cinema, vídeo, circo, poesia, literatura, pesquisa e documentação, dança, artes plásticas e artesanais” (SALVADOR, 1990). Seguindo a tendência neoliberal, o município se isentava, deixando “política cultural” a cargo da iniciativa privada. A Prefeitura a os recursos advindos da lei para ações de conservação e recuperação do patrimônio histórico. A lei não chegou a ser regulamentada, pois foi revogada na gestão do prefeito Imbassay.

Durante o ciclo carlista na gestão governo do estadual, se configuraram as primeiras iniciativas de criação de mecanismos de fomento à cultura. Em 1995, no primeiro governo Paulo Souto é criada a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Nesse momento a cultura era entendida como um vetor econômico e importante para atividade turística. “O investimento em cultura se traduzia em provimento de infraestrutura, de equipamentos culturais, que deveriam atender à demanda do turismo” (FERNANDES, 2008, p. 37).

Na experiência baiana encontramos a incidência de leis de incentivo fiscal que determinavam ao poder executivo estadual incluir, anualmente, na proposta orçamentária do estado, dotação especificamente destinada a apoiar as atividades de algumas instituições culturais não estatais. Quais sejam, o Museu Carlos Costa Pinto (Lei nº 6.672, de 05/09/94), além da Fundação Casa de Jorge Amado (Lei Estadual nº 6.574, de 30/03/94), o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Lei nº 6.575 de 30/03/94), a Academia de Letras da Bahia (Lei nº 6.576, de 30/03/94) (PAIVA NETO, 2017). Em que pese a inegável importância dessas instituições, tal formalização não considerava a realidade das instituições do estado, caracterizando a ausência de uma política republicana para gestão o campo cultural baiano.

De acordo com a Lei Orgânica da Cultura da Bahia, o Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura tem como objetivo incentivar a criação, a pesquisa, a produção, a circulação, a fruição, a memória, a proteção, a valorização, a dinamização, a formação, a gestão, a cooperação e o intercâmbio nacional e internacional de propostas e atividades culturais. Entre os mecanismos de fomento previstos pela Lei, destinados a projetos e atividades culturais realizados por pessoas físicas e jurídicas de direito privado no estado da Bahia, destacam-se o Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) e o Fazcultura.

4.2 MECANISMOS DE FOMENTO

4.2.1 Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura

O primeiro mecanismo de fomento criado na Bahia foi o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – Fazcultura, instituído pela Lei nº 7.015, de 09 de dezembro de 1996, ainda na existência da Secretaria da Cultura e Turismo. O Fazcultura é executado pela Secretaria de Cultura (Secult) em parceria com a Secretaria da Fazenda (Sefaz), como objetivo de promover o “incentivo à pesquisa, ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais”, através de ações de patrocínio tendo como base renúncia de

recebimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – (ICMS) pelo Estado, em favor da aplicação direta em projetos e atividades culturais.

Além de aportar o valor autorizado do ICMS que seria pago, a empresa deve investir um percentual de recursos próprios. Por meio desse Programa, as empresas patrocinadoras podem receber benefícios fiscais com o abatimento de até 5% do ICMS, no limite de até 80% sobre o valor total do projeto patrocinado, abatidos do imposto. A empresa patrocinadora para ter direito ao abatimento deverá contribuir com recursos próprios: no mínimo, 20% dos recursos totais transferidos ao proponente. A proposta passa pela análise da Comissão Gerenciadora do Programa e após a pré-seleção o proponente deve buscar uma empresa apoiadora que receberá abatimento no imposto. Ressalta-se o aspecto inovador é a distribuição de recursos nas seguintes áreas culturais:

- a) artes cênicas, plásticas e gráficas;
- b) cinema e vídeo;
- c) fotografia;
- d) literatura;
- e) música;
- f) artesanato, folclore e tradições populares;
- g) museus; e
- h) bibliotecas e arquivos.

II: a aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural.

III: a promoção de campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais.

IV: a instituição de prêmios em diversas categorias, nas áreas indicadas no inciso I deste artigo (Lei nº 7.015/96).

O Fazcultura estava inserido numa na ideia que cabe ao Estado atrair recursos para dar visão ao potencial turístico e cultural do estado. Uma visão que privilegiava o turismo intrinsecamente ligada à origem da SCT. Neste período um dos motivos para a criação de uma secretaria unindo cultura e turismo, era a possibilidade de facilitar a captação de recursos internacionais (FERNANDES, 2008).

Cabe registrar a diferença do que ocorreu nos estados do Ceará, Distrito Federal e Pernambuco, que estabeleceu nos moldes da lei federal um fundo de cultura, na mesma lei que criava os incentivos fiscais. A Bahia, ao constituir incentivo fiscal, não criou ao mesmo tempo seu fundo estadual de cultura (PAIVA NETO, 2017).

Com a recriação da Secretaria de Cultura (2007), o programa passou por avaliações e teve o seu regulamento modificado, entre as quais merecem destaque: a) a introdução de critérios de distribuição dos recursos por área geográfica; b) alteração na distribuição dos recursos por área cultural; c) limitação do número de projetos realizados por um único proponente, por exercício fiscal; d) aumento do limite de captação por proponente.

Durante a gestão de Jaques Wagner do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo o artista e produtor teatral Márcio Meirelles como Secretário de Cultura são criados programas de financiamento, que constituirão o Sistema de Fomento Estadual, composto de mecanismos de apoio direto: o Fundo de Cultura, o Carnaval Ouro Negro, o Carnaval Pipoca, Editais Funceb, o Calendário das Artes e o Programa de Fomento às Filarmônicas; mecanismo de patrocínio por meio de incentivos fiscais, representado pelo Fazcultura e mecanismos de empréstimos reembolsáveis, do qual fazem parte o Credifácil Cultura e o Credibahia Cultural (PEDRA, 2013).

Conforme apuramos no Relatório de Atividades da Secult (2007 – 2009), o Fazcultura foi parcialmente reformulado visando sua adequação à nova política adotada para a produção cultural no estado. Importar registrar, que as mudanças efetivadas visaram minimizar as possibilidades de fraude e possibilitar a distribuição democrática dos recursos entre os Territórios de Identidade da Bahia. As principais mudanças são ainda em decorrência dos apontamentos da Procuradoria Geral do Estado – PGE e do Ministério Público. Segundo esses órgãos, por exemplo, o repasse de verbas para as entidades carnavalescas beneficiadas pelo programa Carnaval Ouro Negro, apresentava problemas com a prestação de contas dos projetos.

Dados levantados na pesquisa *Democracia e fomento à cultura: uma análise do Fundo de Cultura da Bahia*, de Layno Sampaio Pedra (2013), relativamente ao Fazcultura demonstram que no ano de “2008 foram repassados R\$ 3,6 milhões a 104 entidades carnavalescas que participaram do primeiro ano do programa. As faixas de financiamento foram de R\$ 8 mil a R\$ 100 mil”. Já no ano de 2012, quando são iniciados os editais, o valor o apoio chegou a R\$ 5,3 milhões e foram beneficiadas 126 entidades (PEDRA, 2013, p. 67).

Com a criação do Fundo de Cultura a procura pelo Fazcultura diminuiu. Em 2009, registra-se aumento na demanda que está concentrada nas áreas com maior capilaridade e apelo para o mercado: música e artes cênicas, que juntas equivalem a 70% do total de projetos inscritos. No período foram aprovados 117 projetos, que totalizaram R\$ 25 milhões em incentivo cultural (BAHIA, 2009). Entre os anos de 2015 a 2018, foram executados mais de R\$ 40 milhões, dos R\$ 60 milhões disponibilizados²².

Percebemos que esse movimento da Secult é também uma consequência dos reflexos do caminho já percorrido pelo Ministério da Cultura, com regras de financiamento claras e públicas, cujo processo participativo se deu no diálogo com a comunidade cultural. Conforme apuramos nos relatórios de gestão, o Fazcultura foi o principal mecanismo de fomento à cultura no Estado até o surgimento do Fundo de Cultura da Bahia, que somente ocorreu no segundo mandato de Paulo Souto. Sobre o FCBA abordaremos com mais detalhe no próximo item.

4.2.2 O Fundo de Cultura da Bahia

Os fundos são instrumentos orçamentários e financeiros que vinculam receitas a determinados setores da administração pública, possibilitando realização de programas que necessitam da garantia destes recursos para o cumprimento de suas finalidades. Na história brasileira os primeiros fundos criados são: o Fundo de Amortização dos Empréstimos Internos: Decreto nº 4.382, de 8 de abril de 1902, que trata-se de um fundo contábil, com objetivo de acumular recursos para a amortização da dívida interna; o Fundo Naval: Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, um fundo destinado ao reequipamento, para a aquisição de embarcações, equipamentos e meios de sinalização naval; e o Fundo Especial de Educação e Saúde: Decreto nº 21335, de 29 de abril de 1932, sendo esse considerado como o mais antigo fundo programático do Brasil, o primeiro vinculado a um setor e fundado num tributo especialmente criado. Somente no texto da constituição de 1934 ocorrerá a referência a esse tipo de vinculação de receitas.

Como instrumentos para agilizar a execução orçamentária e financeira os fundos se constituem em um valioso recurso. Sanches (2002) aponta que a criação de fundo teria os

²² Dados obtidos no Relatório de Gestão da Secult. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/relatorios/Relatorio_Gestao_SecultBA_2015_2018.pdf. Acesso em: 20 set 2020.

possíveis benefícios: a) garantir a destinação de receitas a um setor, entidade ou área geográfica; b) descentralizar a execução de um programa com a correspondente descentralização das responsabilidades pela execução dos gastos; c) viabilizar o monitoramento e avaliação dos resultados obtidos com a execução dos programas; d) possibilitar um controle mais sistemático e efetivo, pois quando os recursos são vinculados a um fundo ocorre uma maior atenção por parte dos gestores; e e) assegurar que os recursos não usados num exercício sejam preservados para uso no exercício seguinte.

Por outro lado, problemas podem ocorrer na gestão dos fundos, entre eles temos: a) as vinculações de receitas a fundos representam uma limitação às decisões sobre o conteúdo da lei orçamentária anual, bem como à definição de prioridades na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); b) risco de centralização de poder, no caso de nomeação do gestor do fundo por indicação política; c) elevação dos custos operacionais da administração pública; d) ensejar duplicidade de intervenção sobre um mesmo problema, que ocorre quando temos dotações genéricas.

Em termos gerais os recursos dos fundos existentes no setor público no Brasil são oriundos de dotações derivadas da arrecadação de vinculações de impostos, de taxas, contribuições e outras receitas públicas; daquelas consignadas nas leis orçamentárias anuais por ato de programação; de doações de pessoas físicas, jurídicas e em alguns casos de organismos internacionais.

O primeiro fundo nacional direcionado à cultura foi criado através da Lei nº 5.988/1973, o Fundo de Direito Autoral, no qual um dos beneficiados era o Museu do Conselho Nacional do Direito Autoral. Em 1975 temos a criação do primeiro fundo estadual, o Fundo de Promoção Cultural do Estado de Sergipe, que surge antes mesmo do Fundo de Promoção Cultural, criado em 1986. O fundo estadual para cultura na Bahia será criado somente em 2005, instituído pela Lei nº 9.431, de 11 de fevereiro de 2005– Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), em cumprimento ao termo de adesão²³ do Governo da Bahia ao Sistema Nacional de Cultura, durante a gestão de Gil Gilberto no Ministério da Cultura. Para adesão ao Sistema Nacional de Cultura, os estados e municípios deveriam criar seus fundos de

²³ Para adesão ao Sistema Nacional de Cultura é necessário que o ente administrativo assine o Protocolo de Intenções, que tem como objetivos: criar órgão gestor específico para a cultura; implantar sistema de financiamento; elaborar plano de cultura pactuado com a sociedade; estabelecer conselho de cultura; organizar a Conferência Nacional de Cultura, a partir das conferências municipais ou intermunicipais e estaduais de cultura; implantar os princípios e metodologias de gestão, planejamento e acompanhamento das ações culturais; implantar leis ou instrumentos normativos que assegurem o desenvolvimento desse novo modelo de gestão (BRASIL, 2009).

cultura, um dos componentes do SNC, tendo vista a implantação do repasse fundo a fundo previsto no SNC para acesso a recursos do Ministério da Cultura.

Na Bahia observa-se que o investimento de público no campo da cultura se dá principalmente por meio da seleção de projetos via editais do Fundo Estadual de Cultura. O Fundo de Cultura é o instrumento legal, classificado como fundo de natureza contábil, que garante que uma parcela da arrecadação do ICMS do Estado será investida na área cultural. O FCBA tem por finalidade dentre outras: apoiar as manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão; promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais; apoiar ações de manutenção, conservação, ampliação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do Estado; incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento sobre cultura e linguagens artísticas e valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade (BAHIA, 2005a).

Cabe registrar que a lei baiana possui como diferencial em relação à lei federal, que criou o FNC, os seguintes aspectos: a) os investimentos do fundo baiano são feitos, exclusivamente, por apoio não reembolsável, enquanto a lei federal também permite que sejam feitos empréstimos reembolsáveis; b) o FCBA custeia sem reembolso, total ou parcialmente, projetos e atividades estritamente culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, enquanto no FNC o apoio tem um limite de até 80% do valor. (PEDRA, 2013).

A gestão do FCBA é realizada pela Secretaria de Cultura, no âmbito da Superintendência de Promoção Cultural (Suprocult) em articulação com a Secretaria da Fazenda (Sefaz). Na configuração do FCBA inicialmente existia a Comissão Gerenciadora e uma Comissão Especial, essa última dedicada apenas a análise dos projetos culturais oriundos de órgãos ou entidades da administração pública. As comissões eram responsáveis pela análise e pré-seleção de projetos, cabendo a decisão final ao Secretário.

Os recursos do FCBA são oriundos do tesouro estadual, por meio da antecipação do pagamento de ICMS pelas empresas mantenedoras (pessoas jurídicas estabelecidas no estado da Bahia, a exemplo da empresa de telecomunicações Oi e a distribuidora de energia do estado, Coelba – contribuintes do ICMS, inscritas no regime normal. Para custeio da administração do programa, como o pagamento dos membros das comissões avaliadoras, é possível o uso de até 5% do total dos recursos repassados conforme a legislação do FCBA.

No ano de sua regulamentação (2005), o orçamento executado do FCBA foi de R\$ 7,6 milhões. O processo de inscrição dos projetos que concorriam ao financiamento do Fundo até 2006 era por meio de demanda espontânea, centralizado na Secretaria de Cultura e Turismo. Inicialmente o FCBA não provocou mudanças no cenário do fomento à cultura, sobretudo, pelas distorções em seus objetivos, pois verifica-se que grande parte de seu orçamento foi comprometido com apoio a projetos dos órgãos da administração indireta da Secult (Ipac, Funceb, FPC), além da destinação de recursos para manutenção de instituições culturais tradicionalmente apoiada pelo Estado.

No governo Wagner, durante a gestão de Márcio Meirelles, na recém-criada Secretaria, o FCBA passou por reformulações visando sua adequação à legislação e saneamento das distorções nas finalidades do programa. A Alta Gestão da Secult foi advertida pela Auditoria Geral do Estado sobre “episódios da gestão anterior, que poderiam representar condutas irregulares dos antecessores administradores públicos na aprovação de projetos culturais, a exemplo da participação de servidores públicos na gestão de entidades beneficiadas com recursos do fundo” (BRITTO; SANTOS, 2009, p. 2).

A Procuradoria Geral do Estado (PGE)emitiu pareceres apontando as incongruências na gestão do FCBA, sobretudo, com o direcionamento de recursos para apoiar atividades do próprio Governo do Estado, uma vez que até 2007 existiam convênios entre a Secretaria e as suas unidades vinculadas. Ademais, o número de projetos apoiados era limitado, apenas 24 instituições privadas (PEDRA, 2013).

Em 2007 a seleção dos projetos sofre alteração e passa a ocorrer por meio de chamadas públicas, que eram direcionadas para situações específicas: projetos culturais de intercâmbio, projetos culturais de manutenção de grupos artísticos e projetos culturais de pequenos valores. As chamadas públicas estavam inseridas no contexto da demanda espontânea. Em 2008, ficou estabelecido pelo Decreto nº 10.992/2008 que somente pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado poderiam inscrever projetos.

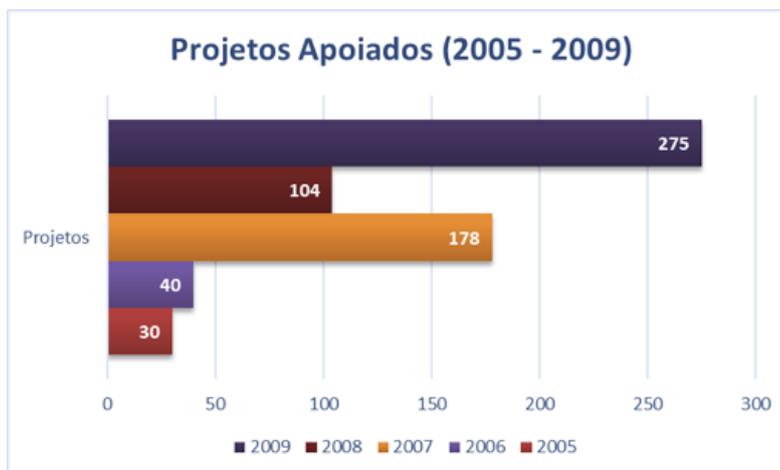
Por determinação constitucional e legal, a partir de 2008 coube aos municípios o percentual de 25% do produto da arrecadação do Fundo de Cultura da Bahia seguindo os mesmos critérios adotados na distribuição do ICMS. Cabe registrar que em 2010 tivemos no plano nacional o Projeto de Lei nº 6.722/2010, que estabeleceu o Procultura – Programa de Fomento e Incentivo à Cultura, que prevê que os recursos para os estados e municípios

deverão ser transferidos fundo a fundo. Desta forma, o repasse do FCBA de certa maneira antecipa a lógica do Sistema Nacional de Cultura.

A Secult aprofundou a reformulação o FCBA com objetivo de descentralizar os recursos para assegurar uma maior transparência, controle e democratização do acesso aos recursos e maior diversidade em sua aplicação. Em 2009 ocorreu a aprovação do novo Regulamento (Portaria nº 51/2009) que implanta critérios pontuados para a análise das propostas, possibilitando transparência e objetividade no processo seletivo. Também é criada a Central de Atendimento, estabelecendo uma comunicação oficial com a comunidade cultural sobre os mecanismos de fomento. Como consequência dos apontamentos dos órgãos de controle, a Secult promoveu a uniformização dos procedimentos administrativos permitindo maior celeridade e segurança na análise dos projetos. De acordo com a Ordem de Serviço nº 01/2009 da PGE, os projetos do FCBA abaixo de R\$ 100 mil, estão dispensados de encaminhamento para a análise jurídica na PGE. Essa normativa possibilitou maior agilidade na tramitação dos processos (BAHIA, 2010).

Segundo dados da Secult, entre 2005 e 2009 o fundo apoiou 627 projetos. A execução orçamentária no período ficou no montante de 69.514.357,65, dos quais um terço foi para instituições públicas. Essa distorção foi corrigida na Portaria nº 069/2008, que estabeleceu que as instituições públicas não poderiam mais inscrever projetos no programa.

Figura 8 - Projetos Apoiados (2005 - 2009)



Fonte: Elaboração própria, a partir do Relatório Secult (2007 - 2009)

Figura 9 – Execução Orçamentária (2005 – 2009)

Fonte: Elaboração própria, a partir do Relatório Secult.

Conforme foi possível observar, as principais mudanças ocorridas no FCBA aconteceram a partir de 2007, na gestão de Márcio Meirelles, quando identificamos o processo de descentralização das políticas e ações culturais para o interior, pois inicialmente mais de 80% dos recursos do Estado para a cultura estavam concentrados na capital. Importa lembrar que até 2007, instituições culturais privadas, como teatros, museus e centros culturais recebiam apoio para as despesas de manutenção que não estava vinculado às suas atividades finalísticas.

Após reuniões com a PGE, com o público em potencial e as entidades já atendidas, foi proposto um novo modelo de apoio. Inicialmente, o processo de transição manteve o apoio para aquelas 14 instituições culturais que já eram beneficiadas pelo Fundo de Cultura. Destas ressaltamos a presença de três museus: Museu Carlos Costa Pinto, Museu da Misericórdia, e Museu Hansen Bahia, além do Núcleo de Incentivo Cultural de Santo Amaro e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que possuem acervo museológico. Temos ainda a Academia de Letras da Bahia, Fundação Anísio Teixeira, Fundação Casa de Jorge Amado, Fundação Pierre Verger, Teatro Gamboa Nova, Teatro Miguel Santana (Balé Folclórico da Bahia), Teatro Popular de Ilhéus, Teatro Vila Velha e Theatro XVIII. A partir de 2010, o processo de seleção deu-se por chamamento público possibilitando o acesso de novas instituições.

Em 2012 o Fundo de Cultura passa a atender a demanda de uma ação de fomento mais democrática, passa por nova reformulação e são criados os Editais Setoriais, voltados

para diferentes segmentos da cultura e das linguagens artísticas, não sendo mais orientados por demandas específicas. Em 2013 a Secult abriu consulta pública visando subsidiar a reformulação da legislação do Fundo de Cultura (FCBA). O discurso governamental defendia a necessidade de assegurar em lei os procedimentos democráticos e republicanos que eram realizados no Fundo de Cultura da Bahia. Carlos Paiva, Superintendente de Promoção Cultural (2009 - 2014) fala da importância da inclusão de demandas da sociedade para a política de fomento e financiamento à cultura. “Avançamos nos últimos anos na simplificação e aperfeiçoamento do FCBA, porém muitas das demandas de mudança solicitadas diziam respeito a dispositivos da Lei. Esta é a oportunidade de equacionarmos estas demandas” (BAHIA, 2013, p. 36).

Com a política de editais setoriais o processo de distribuição do recurso público ganha transparência, permitindo o acesso de qualquer projeto cultural desde que inscrito dentro dos critérios previstos nos editais, que estão relacionados com a sua respectiva política setorial. Essa mudança foi um avanço diante da “política de balcão” anteriormente adotada. O formato setorial previa seleções anuais com a possibilidade de reunir todas as naturezas de projeto em uma mesma chamada pública. Com isso, o setor cultural poderia apresentar projetos com natureza específica: criação, circulação, formação, produção, memória e preservação.

A adoção das seleções públicas para executar a política de fomento à cultura está lastreada em três princípios fundamentais: a democratização do acesso, oportunizando a participação para um maior número de pessoas; a valorização da diversidade cultural e a territorialização da cultura, com estabelecimento de percentuais de participação para proponentes da capital e interior. Conforme verificamos no portal virtual da Secretaria da Cultura, na atualidade o FCBA está estruturado em quatro linhas de apoio²⁴, a saber:

²⁴ Em função do objeto de pesquisa, darei uma atenção especial à modalidade de Seleções Públicas via Editais Setoriais.

Figura 10 - Linha de apoio do FCBA



Fonte: Elaboração própria.

O Programa de Apoio a Ações Continuadas de Instituições Culturais: linha de apoio plurianual do FCBA. Tem por objetivo garantir por três anos consecutivos, a realização de atividades desenvolvidas por instituições culturais privadas sem fins lucrativos no estado da Bahia. A concessão desse apoio cultural está condicionada ao cumprimento de projeto ou plano de ação escolhido em seleção pública e à observância da Política Estadual de Cultura. Visa garantir a estabilidade das ações desenvolvidas em importantes espaços culturais do estado, por meio da concessão de apoio financeiro plurianual.

O apoio não é destinado apenas à instituição em si, mas considerando o que ela contribui para a sociedade a partir de um plano de ação plurianual. Outra característica desse apoio é o fato da instituição não ser, necessariamente, o proponente, mas “uma organização ou espaço com objetivos exclusivamente artístico-culturais dotados de história, identidade conceitual, valor socialmente reconhecido e atuação sistemática através de bens de cultura, equipamentos, produtos e/ou serviços culturais públicos”²⁵. Nessa modalidade já foi contemplado o Museu do Processo, que fica no distrito de Valentim, município de Boa Nova. Atualmente, ou seja no momento de escrita desta dissertação, três instituições museológicas possuem convênio: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, Museu da Misericórdia e Fundação

²⁵Guia de Avaliação de Desempenho. Disponível em Clique Fomento.

Hansen Bahia²⁶. O recurso financeiro é concedido à instituição por meio de 02 (duas) modalidades de repasses: a) 80% Repasse Direto e b) 20% Repasse Vinculado. Esse último está relacionado como desempenho da instituição, ou seja, o recurso é liberado proporcionalmente ao cumprimento das metas pactuadas no plano de trabalho. Ambos repasses são realizados mediante depósito em conta corrente específica do proponente.

Eventos Culturais Calendarizados: trata-se de apoio plurianual com objetivo incentivar a realização de projetos e atividades culturais periodicamente promovidos na Bahia, conferindo estabilidade à realização de eventos consolidados, com vistas à formação de calendário cultural que contemple diversos segmentos da cultura e diferentes regiões do estado. Pretende conferir estabilidade à realização de eventos consolidados, com vistas à formação de calendário cultural que contemple diversos segmentos da cultura e diferentes regiões do estado. Segundo Carlos Paiva, o modelo plurianual confere maior previsibilidade e, conseqüentemente, condições de planejamento para os beneficiados, ao tempo em que permite ao Estado otimizar os recursos, uma vez que o perfil dos projetos, proponentes contemplados tendiam a ser os mesmos (PAIVA NETO, 2017).

Mobilidade Cultural: modalidade de apoio inspirada em iniciativa similar ao Ministério da Cultura, com múltiplas chamadas ao ano. A experiência baiana possibilita a realização de propostas de residência artística e cultural, circulação, promoção e difusão, intercâmbio e cooperação cultural, além de formação em artes e cultura, para pessoas, grupos ou produções. Dessa forma, busca contribuir para o desenvolvimento e inserção nacional e internacional do setor cultural do estado e para a circulação de artistas e propostas culturais. A modalidade é pouco conhecida e acessada pela comunidade museológica. A burocracia torna-se um empecilho aos proponentes, pois é necessário apresentar determinadas documentações para efetivação do apoio, tendo um prazo relativamente curto. Com isso, na fase de assinatura do convênio é que ocorrem as desclassificações.

Fomento Setorial: linha de apoio que surgiu a partir das demandas das Conferências de Cultura. Cada edital dessa linha de fomento tem como objeto de apoio um segmento, área ou tema específico do campo da cultura. A linha setorial mobiliza cerca de 70% dos recursos do FCBA, que são aplicados no apoio a propostas nas áreas correspondentes aos segmentos e setores culturais: Música, Teatro, Dança, Circo, Artes Visuais, Audiovisual, Livro e Leitura,

²⁶ Considerando a complexidade que envolve este mecanismo, a participação dos museus precisa ser tratada num segundo momento.

Bibliotecas, Patrimônio, Museus, Cultura Digital, Culturas Populares e Identitárias, Cultura Negra e LGBT, dentre outras. Conforme verificamos no Clique Fomento²⁷, são propostas voltadas para pesquisa, formação, produção, difusão, circulação e preservação, nos mais diversos formatos e categorias.

Por meio do histórico das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) do estado da Bahia, disponível no portal virtual da Secretaria de Planejamento (Seplan)²⁸, utilizado como referência para coleta de dados para esta pesquisa, é possível perceber a centralidade que o Fundo de Cultura passou a ter, como resultado das mudanças na gestão da política cultural e na organização da programação orçamentária do Estado.

Tabela 1 –Fomento pelo FCBA – Evolução 2005 / 2017

Ano	Orçamento Inicial	Orçamento Final*	Valores Empenhados	Valores Pagos**	Restos a Pagar 2017 Quitados
2005	0,00	11.250.000,00	7.596.203,27	6.597.148,01	
2006	11.250.000,00	29.438.468,00	22.082.206,03	19.468.880,68	275.811,39
2007	22.500.000,00	23.527.919,00	11.549.617,54	10.470.504,01	1.689.634,81
2008	23.645.000,00	35.895.770,00	16.072.381,65	13.052.816,08	2.041,20
2009	25.397.250,00	30.397.250,00	20.024.894,42	19.421.298,01	227.904,52
2010	25.581.000,00	39.753.000,00	23.099.974,78	19.685.245,86	319.037,96
2011	31.971.173,00	31.971.173,00	24.122.956,20	18.610.609,49	3.134.926,13
2012	35.168.250,00	35.168.250,00	30.067.954,86	15.295.174,09	3.492.187,85
2013	38.685.750,00	44.740.327,00	31.195.868,49	27.974.482,77	10.371.273,24
2014	32.595.000,00	43.091.500,00	33.419.028,45	30.657.973,23	2.943.169,77
2015	35.591.250,00	40.591.250,00	31.941.302,09	31.043.423,26	1.513.035,26
2016	38.487.750,00	34.589.150,00	31.162.193,00	29.957.612,64	649.009,83
2017	44.892.000,00	53.174.881,00	24.989.915,86	24.949.210,86	1.112.012,18
Total	365.764.423,00	453.588.938,00	307.324.496,64	267.184.378,99	25.730.044,14

Fonte: Suprocult /Seplan: Execução Orçamentária

Importante citar que diferente do que ocorre no sistema de financiamento nacional, que é concentrado nas leis de incentivo, o Fundo de Cultura da Bahia apresentou uma execução orçamentária de R\$ 11,25 milhões em 2005, atingindo R\$ 35,1 milhões em 2012 e R\$ 53,17 milhões em 2017, evidenciando uma expansão real, com um aumento histórico das despesas em cultura. Verifica-se, de acordo com dados da Suprocult e Seplan, que o Fundo

²⁷O Clique Fomento é um módulo dentro da plataforma Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – SIIC destinado à inscrição e acompanhamento das propostas culturais apoiadas no âmbito do FCBA e Fazcultura. Para acessá-lo: <https://siic.cultura.ba.gov.br/>.

²⁸ 1. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=94>. Acessado em outubro de 2021. 2. Orçamento final apresentado nas tabelas leva em consideração as suplementações de crédito. 3. As diferenças entre os valores pagos são decorrentes de devolução de recursos pelos proponentes.

Estadual de Cultura apresenta valores superiores ao orçamento destinado ao incentivo fiscal estadual captado pelo Fazcultura, conforme é possível observar nas Tabelas 01 e 01. Sobre essa questão, veremos na pesquisa *Panorama do fomento público à cultura no Nordeste* de Alberto Freire e Luana Vilitis, que segundo os pesquisadores, na Bahia o desenho da política de fomento e financiamento à cultura representa uma inovação em relação ao modelo federal, sendo uma demonstração do protagonismo e relevância central do Fundo de Cultura da Bahia. (FREIRE; VILUTIS, 2017).

Tabela 2 – FCBA X FAZCULTURA

Ano	Fazcultura	FCBA	Percentual
2009	15.000.000,00	30.397.250,00	103%
2010	15.000.000,00	39.753.000,00	165%
2011	15.000.000,00	31.971.173,00	113%
2012	15.000.000,00	35.168.250,00	134%
2013	15.000.000,00	44.740.327,00	198%
2014	15.000.000,00	43.091.500,00	187%
2015	15.000.000,00	40.591.250,00	171%
2016	15.000.000,00	34.589.150,00	131%
2017	15.000.000,00	53.174.881,00	254%
Total	135.000.000,00	353.476.781,00	162%

Fonte: Suprocul / Seplan: Execução Orçamentária. Elaboração própria.

Tal crescimento orçamentário acontece no mesmo período de realização de uma série de Conferências de Cultura, cujo objetivo era de implantar uma gestão participativa para o campo cultural. Esses encontros resultaram em propostas que deram forma para a política cultural baiana, a exemplo da Lei Orgânica de Cultura e a Política Setorial de Museus. Assim, a evolução orçamentária do FCBA é um indicativo do reconhecimento das políticas implementadas nesse período. Por outro lado, compreendemos que os recursos destinados para projetos pontuais são insuficientes para atender a complexidade e diversidade da comunidade cultural dos 417 municípios, divididos em 27 Territórios de Identidade, da Bahia. Neste contexto, o fomento setorial é a porta de entrada para os museus acessarem recursos diretos do Estado, como veremos a seguir.

4.3 A inserção dos museus na política de fomento

Quando do lançamento das bases norteadoras da PNM, em 2003, início do primeiro mandato do governo Lula, a questão do financiamento e fomento aos museus foi contemplada nos eixos programáticos (Gestão e Configuração do Campo Museológico, Democratização e Acesso aos Bens Culturais, Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Informatização de Museus, Modernização de Estruturas Museológicas, Financiamento e Fomento para Museus e Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais). No eixo Financiamento e Fomento para Museus estão descritas, entre outras, a necessidade de criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais. Destacamos, ainda, a inclusão da temática da sustentabilidade, quando o documento propõe o “estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado” (BRASIL, 2003).

José Carlos Garcia Durand (1997) descreve que no moderno patrocínio corporativo é a empresa o agente da ação e não o empresário ou sua família. As doações e o patrocínio são decididos em função de uma estratégia corporativa e não do caráter individual familiar. Ele argumenta ainda, que “no Brasil esse grau de institucionalização ainda é muito frágil e que a mudança de nomes na composição das diretorias das empresas afeta enormemente a continuidade de sua ação cultural” (DURAND; GOUVEIA; BERMAN, 1997, p. 39).

Percebemos que esse cenário pouco mudou, as decisões sobre quem acessa o incentivo fiscal priorizam o retorno para imagem das empresas, centralizando o incentivo numa parcela privilegiada, tornando praticamente impossível a captação para projetos elaborados por instituições museológicas e profissionais de museus. Pesquisas²⁹ do próprio Ibram demonstram as dificuldades em acessar o financiamento federal e estadual via leis de incentivo. Como resultado, a gestão do museu tem que recorrer a profissionais especializados para obterem a formatação de seus projetos, os adequando ao interesse empresarial. Contudo, essa não é a realidade da maioria das 219³⁰ instituições museais, entre museus, núcleos de memória e coleções visitáveis mapeadas no estado da Bahia, que contam prioritariamente com o apoio

²⁹ Além da publicação **Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável (2014)**, o Ibram realizou, em 2020, um diagnóstico sobre a gestão e o financiamento dos museus brasileiros, no qual identifica as fontes e formas de financiamento dos museus brasileiros a partir dos desafios da gestão institucional. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/fomento-e-financiamento/gestao-e-financiamento-de-museus/gestao-e-financiamento-dos-museus-brasileiros>. Acesso em: 15 out 2021

³⁰ Conforme mapeamento realizado pelo Núcleo Sistema de Museus da Diretoria de Museus entre 2009 e 2011.

financeiro do Fundo de Cultura da Bahia, instrumento legal de fomento mais acessado pelo setor museológico baiano.

Analisando os relatórios de gestão da Secretaria de Cultura da Bahia e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, é possível identificar que o surgimento no âmbito estadual das primeiras seleções públicas para apoio aos museus, ocorrerá justamente no período de grandes mudanças na área museológica no plano nacional (2003-2010). Entre 2009 e 2010, antecedendo aos primeiros Editais Setoriais de Museus, teremos três editais para apoio a atividades nos museus, dois em 2009: Edital nº 01/2009 - Preservação, Dinamização e Difusão de Acervos Pertencentes a Instituições Museais Privadas e Comunitárias no Estado da Bahia e Edital nº 02/2009 - Apoio a Propostas de Formação Artística e/ou Qualificação Técnica na Área Museológica e Patrimonial. Para esses editais foram inscritos 64 projetos, sendo que a maior parte foi de proponentes da Região Metropolitana de Salvador, perfazendo um total de 80% das propostas aprovadas.

Verifica-se que em 2009 o certame destinou R\$ 1.130.000,00 para o setor. No entanto, apenas R\$ 630.929,76, conforme projetos listados nos quadros, foram efetivamente executados. Segundo aponta o Relatório de Editais Ipac: 2009/2010, 74,41% do apoio se manteve concentrado na RMS. No ano seguinte para o setor de museus foi lançado o Edital nº 15/2010 - Apoio a Preservação, Dinamização e Difusão de Acervos Pertencentes a Instituições Museais Privadas e Comunitárias no Estado da Bahia, cujo apoio previsto era de R\$500.000,00.

Quadro 2 – Edital 01/2009 - Preservação, Dinamização e Difusão de Acervos Pertencentes a Instituições Museais Privadas e Comunitárias no Estado da Bahia

Projeto	Proponente	Valor Total
Tramas, Tramas e Tramas	Castro's Assessoria Empresarial Ltda	R\$ 100.000,00
Memorial da Irmandade da Boa Morte	Doc-Expõe Gestão Museológica e Documental	R\$ 99.949,80
Restauração da Coroa de Xangô do Terreiro da Casa Branca	Associação São Jorge do Engenho Velho	R\$ 27.684,00
Memorial Adonias Filho	Associação Brasileira de apoio aos Recursos Ambientais: ABARA	R\$ 76.425,10
Projeto de Preservação, Dinamização e Difusão do Acervo Histórico da Fundação Joaquim Dias Guimarães	Fundação Joaquim Dias Guimarães	R\$ 30.000,00

Total		R\$ 334.058,90
--------------	--	-----------------------

Fonte: Ipac, ano 2010

Quadro 3 – Propostas Edital n° 02/2009 – Apoio a Propostas de Formação Artística e/ou Qualificação Técnica na Área Museológica e Patrimonial.

Projeto	Proponente	Valor Total
Qualificação em Técnicas Interpretativas	Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisa das Tartarugas Marinhas	R\$ 7.508,00
Capacitação para Conservação e Restauração Documental	Convento Nossa Senhora da Piedade	R\$ 9.634,60
1 min. e 1/2 de instantes Poéticos: Laboratório de Investigação em vídeo-dança e intervenção no Palacete das Artes Rodin Bahia	Genilson Conceição da Silva	R\$ 9.960,00
Oficina de Escultura: Teoria e Prática	Antonio Luiz M. Andrade	R\$ 2.325,00
Gestores em Museus: Desenvolvimento Econômico, Turismo e Interpretação do Patrimônio	Manuela Scaldaferrri Franklin	R\$ 9.288,00
Curso: Oficina Universo das Artes Visuais	Rener José Ramos Anselmo	R\$ 2.445,00
O Corpo, a Roupas e a Linguagem Plástica Contemporânea	Marijara Souza Queiroz	R\$ 4.670,00
A Rota Afro-Íbero-Americana: uma Zona mal Iluminada	Iara KastrupSchlaepfer	R\$ 9.600,00
Arte, Técnica e Cotidiano: Os Saberes dos Ceramistas Baianos	Amélia Augusta Maciel Cabral Miranda	R\$ 8.457,00
Curso de Litogravura	Renato Ferreira Fonseca Filho	R\$ 9.744,08
Encontro: Ressignificação dos Museus	Luciano Robatto de Ramalho Sampaio	R\$ 10.000,00
Oralidade Coreográfica: Curso de Técnica Silvestre, as Danças Tradicionais de Origem Portuguesa e as Danças Étnicas do Índio Brasileiro	Deise Gabriele de Souza Santos	R\$ 6.123,00
A Gravura em Metal	Evandro Sybine	R\$ 9.979,92
Projeto GCUCA: Colhendo Idéias com as mãos	Marinalva Xavier de Souza	R\$ 10.000,00
Programa de Educação Patrimonial para a Preservação e Gestão de Sítios de Arte Rupestre da Chapada Diamantina	Carlos Alberto Etchevarne	R\$ 49.995,00
Os Bichos do Museu vão à Escola: Ano Internacional da Biodiversidade 2010	Yukari Figueroa Mise	R\$ 49.650,00
Curso de Qualificação de Monitores do Parque Histórico Municipal do Descobrimento: PHMD	Rita de Cássia Xavier Chebabe	R\$ 45.004,76
Oficinas de Processos Criativos	Vauluizo Bezerra Rodrigues	R\$ 42.486,50
Total		R\$ 296.870,86

Fonte: Ipac, 2010

Quadro 4 – Propostas Edital nº 15/2010: Apoio a Preservação, Dinamização e Difusão de Acervos Pertencentes a Instituições Museais Privadas e Comunitárias do Estado da Bahia

Projeto	Proponente	Valor Total
A Gravura: Contemporaneidade e tradição	Maria do Carmo Alvarino Mayan	R\$ 37.964,73
Memória Histórica do Tropeirismo em Vitória a Conquista/BA	Ebeilde Araújo Pedreira Goulart	R\$ 49.435,30
Total		R\$ 87.400,03

Fonte: Ipac, 2010

É possível observar que apenas 20% do recurso disponibilizado no Edital nº 15/2010 foi conveniado (Quadro 4), tendo em vista que somente dois proponentes assinaram o Termo de Acordo e Compromisso. O saldo disponível é um reflexo dos problemas enfrentados pelos proponentes quando iniciam o processo de inscrição das propostas. São muitos os relatos apresentados durante as Conferências de Cultura sobre a falta de acesso no período de abertura do ato convocatório, da necessidade de ações de orientação com oficinas sobre elaboração de projetos, da dificuldade em apresentar a documentação. Ressaltamos o período de realização desses editais (2009-2010), pois aqui indicamos algumas das causas do número reduzido de projetos inscritos, evidenciando que de forma introdutória apresentamos os primeiros editais exclusivos para museus na Bahia.

Será na gestão do Secretário Albino Rubim (2011-2014), como desdobramento das escutas promovidas nas Conferências de Cultura e no próprio Conselho Estadual de Cultura (CEC) que o modelo de seleção do Fundo de Cultura é aprimorado e passa a ocorrer pelo sistema de editais setoriais e temáticos. Como diferencial identificamos a simplificação na exigência dos documentos obrigatórios no momento da inscrição, sendo seu envio obrigatório apenas no momento da assinatura do Termo de Acordo e Compromisso (TAC). No final de 2012 será introduzido o processo de inscrição eletrônica com o Clique Fomento. Tais mudanças buscam o aprofundamento da territorialização da cultura, ao possibilitar ampliação dos mecanismos de fomento, além de contribuir com o acesso direto entre o FCBA e a comunidade cultural.

4.4 Os Editais Setoriais: porque o Estado lança mão desses mecanismos?

Até 2007, conforme foi dito anteriormente, o FCBA era gerido com pouca transparência, destinando a maior parte dos recursos para atender, principalmente, ao próprio Estado por meio dos órgãos da administração indireta, que resultou em apontamentos dos órgãos de controle. Esse processo foi alterado quando a Secult promoveu a primeira reestruturação do FCBA, que ensejou no lançamento das primeiras seleções públicas consoantes com as linhas de ações estabelecidas pelo MinC a partir de 2003, as quais preconizam a realização de editais dentro dos princípios da transparência, regras claras e ampla publicidade. Dessa forma, de 2007 a 2010 foram abertas 55 chamadas públicas, cujos recursos somaram R\$ 45,15 milhões. Desse montante, como foi possível aferir, apenas R\$ 1,63 milhões seriam destinados à área de museus.

Com orçamento limitado para a cultura, um dos principais obstáculos para acessar o recurso público via editais são os aspectos legais e formais, que devido à sua complexidade muitas vezes induz a concentração do recuso para aqueles setores e/ou profissionais que detêm o conhecimento na elaboração de propostas culturais com objetivo de captação de recursos. Dessa forma, a descentralização do apoio, sobretudo, para aquelas áreas com pouca capilaridade para acessar as fontes de financiamento, além de possibilitar a ampliação aos serviços culturais tem sido a justificativa defendida no discurso governamental sobre o formato dos editais setoriais.

A possibilidade de proposição do objeto no modelo setorial não é restritiva como ocorre em seleções cuja concorrência dos projetos é dada por categorias, nas quais o proponente, muitas vezes, precisa “encaixar” seu projeto para atender aos critérios de seleção. Já no modelo setorial percebe-se que o proponente tem a possibilidade de ampliar o objeto da proposta, pois é permitido o apoio a qualquer iniciativa em determinada área.

Cabe registrar, que o proponente tem a possibilidade de apresentar o mesmo projeto em mais de um edital setorial, tendo seu critério de análise diferenciado de acordo com setor cultural. Por exemplo, proponente pode apresentar um projeto de um documentário sobre a Coleção de Instrumentos Tradicionais Emília Biancardi, que concorra no edital de museus, de audiovisual e de culturas identitárias. No primeiro, seria avaliada a contribuição para a preservação do patrimônio museológico da Bahia, já no segundo seria visto o impacto enquanto produto audiovisual, e no terceiro, qual a importância para o fortalecimento da memória dos povos tradicionais.

No caso da experiência baiana, percebemos que em certa medida as propostas apoiadas espelham as ações e os programas do Plano Plurianual da Secult. A confecção do teor da minuta do edital é realizada pelas Unidades da Secult (Ipac, FPC Funceb, CCPI, Sudecult, Suprocult), que moldam os atos convocatórios para atender aos anseios dos setores culturais. Além de contarem com o suporte da PGE. Os primeiros editais setoriais com investimento de R\$18,3 milhões foram lançados em 2012, nas seguintes áreas: Artes Visuais; Audiovisual; Circo; Culturas Digitais; Culturas Identitárias; Culturas Populares; Dança; Economia Criativa; Formação e Qualificação; Literatura; Museus; Música; Patrimônio, Arquitetura e Urbanismo; Projetos Estratégicos; Publicação de Livros por Editoras Baianas. Teatro; e Territórios Culturais.

A organização dos atos convocatórios por setores culturais possibilitou a inclusão de dos segmentos e áreas da cultura, previstos na Lei Orgânica de Cultura. Dessa forma, o recurso público ganha capilaridade, podendo apoiar projetos em todos os Territórios de Identidade do estado. Tal descentralização do mecanismo de fomento, a simplificação do processo de inscrição e as comissões de seleção estão previstas no artigo 21 da Lei Orgânica de Cultura:

Art. 21: Os mecanismos de fomento previstos no art. 20 devem orientar-se pelos princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei, observando os seguintes critérios:

I: publicidade da seleção;

II: adequação às especificidades do objeto do fomento;

III: análise fundamentada no mérito, na qualidade técnica e na viabilidade econômica dos projetos;

IV: prioridade para ações estruturadoras de processos culturais e da cadeia produtiva e de valores da cultura, ou que beneficiem populações com menor acesso a bens e a

serviços culturais;

V: descentralização das oportunidades, inclusive entre zonas urbanas e rurais;

VI: compatibilidade com o Plano Estadual de Cultura, com os planos territoriais e setoriais de cultura. (BAHIA, 2011)

De 2012 até 2016 a Secult lançou 93 editais no formato setorial, tendo, por exemplo, liberado 30,17 milhões para área do audiovisual. Já o setor de patrimônio cultural foi apoiado com 5,22 milhões. Para área das artes cênicas, o valor global do apoio foi de 9,8 milhões destinados ao setorial de teatro. O valor global de recursos do Fundo de Cultura destinando ao fomento setorial é de R\$ 140,88 milhões em apoio a projetos culturais. Desse montante,

apenas R\$ 4,43 milhões seriam destinados à área de museus, conforme resumo apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3 – Série histórica Edital Setorial de Museus

SETORIAL DE MUSEUS		2012 - 2016	
Descrição	Valor do Edital	Valor pré-selecionado	Valor conveniado
Ato Convocatório: 2012	R\$ 700.000,00	R\$ 646.957,71	R\$ 646.957,71
Ato Convocatório: 2013	R\$ 1.000.000,00	R\$ 989.647,06	R\$ 697.796,00
Ato Convocatório: 2014	R\$ 1.000.000,00	R\$ 913.671,32	R\$ 913.671,32
Ato Convocatório: 2016	R\$ 1.000.000,00	R\$ 987.194,14	R\$ 987.194,92
Suplentes 2016		R\$ 896.083,92	R\$ 896.083,92
Total	R\$ 3.700.000,00	R\$ 4.433.554,15	R\$ 4.141.703,87

Fonte: Clique Fomento: Portal Transparência Bahia

Nota-se que os recursos orçamentários destinados à execução do ato convocatório com o passar dos anos mantém-se estável em R\$1.000.000,00; o aumento mais significativo ocorreu após 2016 com a convocação de todas as propostas suplentes. O Fomento Setorial, do FCBA, atualmente é uma linha de apoio que tem conseguido manter a continuidade nos lançamentos, com certa estabilidade³¹ e abrangência, conforme explicitado na Tabela 4:

Tabela 4 – Série histórica - FCBA

RECURSOS DO FCBA: VALORES TOTAIS POR EDITAL(2012 a 2016)					
EDITAL	2012 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Acervos privados	0,0	200.000,00	300.000,00	0,0	0,0
Agitação Cultural	0,0	0,0	0,0	15.000.000,00	0,0
Apoio a Grupos e Coletivos Culturais	0,0	0,0	1.950.000,00	0,0	4.520.000,00
Arquivos– Restauração e Digitalização de Acervos Privados	0,0	0,0	0,0	0,0	300.000,00
Audiovisual: Produção de Longas-Metragens, Telefilmes e Obras Seriadas	0,0	0,0	0,0	0,0	3.800.000,00

³¹ Com exceção 2015, no primeiro ano da gestão do governo Rui Costa 2015, quando por questões de doação orçamentária foi priorizado pela Secult, o uso dos recursos do FCBA para o pagamento dos desembolsos pactuados com propostas já selecionadas até 2014.

Artes Visuais	750.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0	1.961.278,81
Audiovisual: Distribuição	0,0	0,0	0,0	0,0	200.000,00
Audiovisual	4.500.000,00	6.500.000,00	6.500.000,00	0,0	0,0
Audiovisual: Desenvolvimento e Difusão	0,0	0,0	0,0	0,0	3.968.574,00
Bibliotecas: Apoio às Bibliotecas Comunitárias	0,0	0,0	0,0	0,0	200.000,00
Circo	500.000,00	700.000,00	700.000,00	0,0	916.695,00
Culturas Digitais	R\$ 500.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0	1.073.461,00
Culturas Identitárias	600.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0	1.527.672,06
Culturas Populares: Capoeira	0,0	0,0	0,0	0,0	849.627,78
Culturas Populares: Versão Simplificada	0,0	0,0	500.000,00	0,0	500.000,00
Culturas Populares	400.000,00	700.000,00	1.000.000,00	0,0	594.304,16
Dança	1.250.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0	3.207.816,00
Demanda Espontânea	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0	0,0
Dinamização de Espaços Culturais	0,0	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0	0,0
Economia Criativa	400.000,00	600.000,00	600.000,00	0,0	1.664.092,00
Eventos Culturais Calendarizados		3.000.000,00	0,0	0,0	0,0
Formação e Qualificação	1.000.000,00	1.800.000,00	2.000.000,00	0,0	2.649.675,00
Leitura 2: Incentivo à Formação de Leitores e Mediadores	0,0	0,0	0,0	0,0	256.538,80
Literatura	500.000,00	700.000,00	700.000,00	0,0	1.207.252,10
Livro– Apoio à Publicação por Editoras Baianas	0,0	0,0	0,0	0,0	300.000,00
Museus	700.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,0	1.812.222,42
Mobilidade Artística e Cultural	0,0	500.000,00	1.050.000,00	500.000,00	250.000,00
Música	1.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0	2.704.243,74
Patrimônio, Arquitetura e Urbanismo	1.000.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	0,0	1.829.151,42

Projetos Estratégicos	1.200.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	0,0	0,0
Publicação de Livros por Editoras Baianas	300.000,00	400.000,00	700.000,00	0,0	0,0
Restauração e Digitalização de Acervos Arquivísticos Privados		200.000,00	300.000,00	0,0	0,0
Teatro	1.500.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,0	3.582.217,64
Territórios Culturais	1.200.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,0	3.206.299,68
TOTAIS	18.300.000,00	31.500.000,00	32.500.000,00	15.500.000,00	43.081.121,61

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados extraídos do Clique Fomento/Secult

5 O ALCANCE E OS LIMITES DA POLÍTICA DE FOMENTO NOS ANOS 2012-2016: UM BALANÇO

A partir desse ponto, buscaremos percorrer o caminho que instituições e profissionais de museus realizam para acessarem o apoio via fomento direto do FCBA. A fim de qualificar as informações e de acordo com os dados acessados, foram acrescentados à análise aspectos como: montantes destinados por editais, quantidade de projetos contemplados, dentre outras. O parâmetro dos recursos mobilizados pelos Editais Setoriais de Museus toma os seguintes aspectos para sua composição: a) orçamento previsto para no Fundo de Cultura (2012 e 2016); b) despesa empenhada pelo Fundo de Cultura (2012 e 2016) e c) recursos previstos por edital de museus (2012 e 2016).

Como vimos anteriormente, ao longo dos últimos anos, o investimento por meio da lei estadual de incentivo à cultura tem evoluído. Com isso, entre os anos de 2005 e 2017, são investidos 453,58 milhões no setor cultural baiano. No período, verifica-se a criação de mecanismos de fomento à cultura para apoiar a realização de projetos culturais no estado, entre os quais destacamos o Fomento Setorial, foco desta pesquisa.

A avaliação de eficiência das políticas setoriais no âmbito da Secretaria de Cultura da Bahia é de responsabilidade das Unidades Executoras (UE), pois o Sistema Estadual de Fomento não está devidamente estruturado. No caso do fomento aos museus na Bahia existem duas estruturas: uma é a organizacional, responsável pela gestão das políticas setoriais de preservação, que é o Ipac; na outra ponta temos a gestão financeira do apoio a cargo da Suprocult. Nesse contexto, percebemos que o direcionamento da estruturação dos editais setoriais é orientado pela legislação do Fundo de Cultura, que vai influenciar na lógica de aplicação do recurso.

Ainda que Secult divulgue balanços sobre esse e outros programas, mostrando o número de projetos atendidos e o valor dos recursos aplicados, não identificamos a existência de avaliações sobre os reais efeitos dessa política pública no setor museológico baiano — não só para os beneficiários dos programas, mas também para toda a sociedade, a partir de uma análise referenciada nas diretrizes da política de museus.

Quando não existe um processo de planejamento estruturado as políticas setoriais não conseguem ser suficientemente claras ao ponto de termos metas e objetivos específicos a atingir. Assim, fica mais difícil enxergarmos o alcance e influência dessa política de fomento.

Ademais, identificar a amplitude dessa política setorial é necessário para medir se o apoio favoreceu seu alcance.

Isso fica mais complicado quanto mais frágil for o processo de planejamento. Os planos setoriais são genéricos e quanto mais gerais forem, maiores serão as dificuldades para sua execução. É nesse sentido que a pesquisa busca avaliar se as propostas apoiadas são capazes de influenciar positivamente o alcance das políticas públicas setoriais que estão estabelecidas para o setor museológico. No Quadro 5 está elencado as normativas que regem o FCBA e sua execução.

Cabe ressaltar que no recorte temporal da pesquisa não havia sido elaborado o plano setorial estadual de museus, sendo que os planos setoriais de cultura estão previstos na Lei Orgânica de Cultura da Bahia, tendo sob a competência da Secretaria de Cultura, a coordenação e a elaboração dos planos setoriais de cultura, em articulação com o Conselho Estadual de Cultura.

Quadro 5 - Legislação relacionada ao edital Setorial de Museus - FCBA

Regramento	Descrição
Decreto nº 9.266 de 14 de dezembro de 2004	Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos: Sicon
Lei nº 9431 de 11 de fevereiro de 2005	Cria o Fundo de Cultura, com o objetivo de incentivar e estimular a produção artístico-cultural baiana, custeando total ou parcialmente projetos estritamente culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado
Lei nº 9.433 de 01 de março de 2005	Dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências.
Resolução nº 003/2005	Dispõe sobre as Normas para Preenchimento e Encaminhamento da Prestação de Contas de Recursos Recebidos Para Aplicação, Desenvolvimento e Execução de Projeto Cultural Aprovado no Âmbito do Fundo de Cultura da Bahia e dá outras providências.
Decreto nº 9.683/2005	Dispõe sobre celebração de convênios e dá outras providências.
Lei nº 9.846 de 28 de dezembro de 2005	Altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Cultura e Turismo, bem como dispositivos das Leis nºs 7.015, de 09 de dezembro de 1996, e 9.431, de 11 de fevereiro de 2005, e dá outras providências.

Lei nº 12.365 de 30 de novembro de 2011	Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências.
Portaria nº 231 de 27 de agosto de 2012	Portaria da Celeridade, regulamenta remanejamento de recursos, ficha técnica e local de realização: Importante instrumento para execução dos projetos.
Decreto nº 14.845 de 28 de novembro de 2013	Regulamentação do FCBA
Decreto nº 17.523 de 23 de março de 2017	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional.

Compreende-se que os editais são mecanismos legais para distribuição de recursos públicos de forma democrática e transparente. Nesse sentido, alinhado às Diretrizes e item 1.9 “Implementar políticas públicas de fomento e financiamento específicos para os museus do Estado da Bahia, bem como, estimular iniciativas que possibilitem a parceria público-privada”, do Eixo 1- Configuração e Gestão do Campo Museológico da Política Setorial de Museus, foi formulado o Edital Setorial de Museus, visando o desenvolvimento e fortalecimento do setor museológico baiano.

O formato de seleções envolvendo fomento setorial é de certa maneira uma resposta às demandas da comunidade cultural, que surgiram durante as conferências de cultura. O Edital Setorial de Museus apresenta como diferencial a forma de apresentação das propostas, pois o proponente tem a possibilidade de trabalhar com ações de difusão, dinamização e preservação no mesmo projeto. É possível realizar um comparativo da evolução entre os atos convocatórios disponibilizados para o setor museológico baiano, a partir do quadro apresentado a seguir.

Quadro 6 – Objeto de apoio dos editais de museus

Edital	Objeto
01/2009	<p>Constitui objeto do presente Edital a seleção e a concessão de apoio a pelo menos 14 (quatorze) projetos de preservação, dinamização e difusão de acervos museológicos no Estado da Bahia, nas categorias a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) CATEGORIA 1: Preservação e Difusão de Acervos Museológicos: pelo menos 06 (seis) projetos no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada; b) CATEGORIA 2: Modernização de Museus: pelo menos 04 (quatro) projetos no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada; c) CATEGORIA 3: Montagem de Exposição de Longa Duração: pelo menos 04 (quatro) projetos no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada.
02/2009	<p>Constitui objeto do presente Edital a seleção e a concessão de apoio a pelo menos 23 (vinte e três) projetos de cursos, mini-cursos, oficinas e ciclo de palestras de formação artística e/ou qualificação técnica na área museológica e patrimonial no Estado da Bahia, nas categorias a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) CATEGORIA 01 – Ações educativas pontuais – Pelo menos 20 (vinte) projetos de cursos, mini-cursos, oficinas e ciclo de palestras de formação artística e/ou qualificação técnica na área museológica e patrimonial de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas; b) CATEGORIA 02 – Ações educativas continuadas – Pelo menos 03 (três) projetos de cursos, mini-cursos, oficinas e ciclo de palestras de formação artística técnica na área museológica e patrimonial de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas.
Setoriais	<p>Objetivo desta seleção: Inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais dos museus; estudos e pesquisas que fundamentem as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências; ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para o acesso da sociedade ao patrimônio museológico; procedimentos de preservação, conservação e restauração que possibilitem a conservação e a segurança dos seus acervos museológicos; ações de comunicação que constituam formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público; elaboração de plano museológico participativo compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade; e outros formatos de proposições aqui não especificadas.</p>

O primeiro passo para participar do processo seletivo é o envio das propostas. O primeiro edital de museus no formato setorial foi o 09/2012 - Setorial de Museus, lançado em maio de 2012. Seu o processo de inscrição foi similar ao ocorrido nas chamadas públicas por

categorias de 2009/2010. O proponente realizava a inscrição da proposta por meio físico via Correios, por meio de formulário devidamente preenchido com seus anexos, em envelope lacrado com identificação do destinatário, nome do edital e nome da proposta. O processo de inscrição em meio físico ampliava a possibilidade de equívocos no preenchimento dos formulários e na ausência da documentação obrigatória que implicando na desclassificação das propostas.

No final de 2012 novas seleções foram abertas para execução de projetos em 2013, a inscrição no edital deveria ser realizada on-line, utilizando-se o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – Clique Fomento (SIIC/Clique Fomento), no endereço: www.siic.cultura.ba.gov.br. Na figura abaixo temo a página de acesso ao SIIC. Vale lembrar que a Lei Orgânica da Cultura já estabelecia o SIIC como um impositivo legal. A partir de 2012, a Secult disponibilizou dois módulos do SIIC, a saber: o Clique Fomento para inscrições on-line e gerenciamento da execução das propostas e o Cadastro Cultural. Para o registro da proposta no SIIC/Clique Fomento.

Figura 11 - Clique Fomento (SIIC)



Com burocracia reduzida, a inscrição é realizada em duas etapas: cadastro de usuário no sistema, preenchendo e-mail, nome completo, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e senha. Cadastro da proposta no ato convocatório com a inserção dos anexos obrigatórios. A inscrição possibilita a participação de proponentes de diferentes Territórios de Identidade do estado. No entanto, cabe ressaltar que a estrutura de acesso à internet é um complicador para os agentes culturais que estão afastados dos grandes centros. O ato convocatório possui um ciclo processual (Figura5), que é iniciado a partir da abertura do processo seletivo com sua publicação no Diário Oficial e nos sites oficiais da Secult.

Figura 12 - Cadeia operatória do edital

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

Após finalizar o prazo para envio de propostas, é iniciada a etapa de Análise Prévia, de caráter eliminatório, cujo objetivo é verificar a admissibilidade das propostas apresentadas, conforme as normas estabelecidas na legislação aplicável e nos atos convocatórios. Entre os principais motivos de não inscrição das propostas temos: ausência de RG/CPF; falta da comprovação do endereço de residência; ausência do currículo do proponente. O resultado da Análise Prévia é publicado no Diário Oficial. Uma vez aptas na inscrição, as propostas passam pelas etapas de Análise de Mérito e Viabilidade técnica-financeira, antes de efetivar a assinatura do Termo de Acordo e Compromisso (TAC).

A avaliação de mérito e seleção é realizada por uma comissão mista. As Comissões Temáticas são constituídas por membros da sociedade civil e do poder público estadual, mantendo-se como princípio o número ímpar e maioria de membros da sociedade civil. Os especialistas que integram as Comissões Temáticas podem ser de qualquer estado brasileiro, desde que contemplem todos os requisitos constantes nos atos convocatórios. Eles atuam com o objetivo de examinar o conteúdo dos projetos de acordo com os seguintes critérios, estabelecidos no edital setorial de museus:

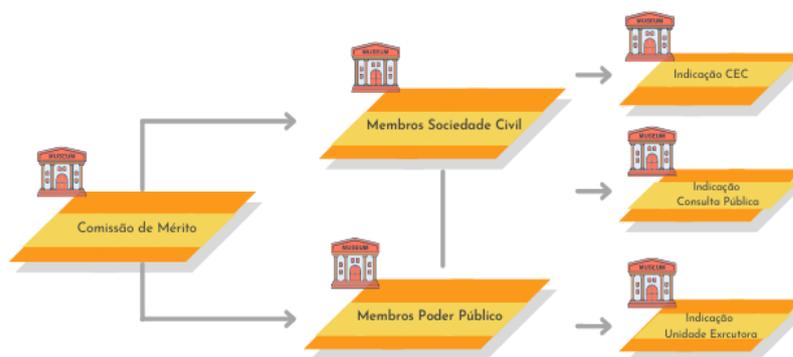
- a) Conteúdo, fins e contexto da proposta, priorizando-se: Singularidade; Relevância no contexto sociocultural de sua realização; Estímulo à diversidade cultural; e Valorização do patrimônio museológico.

b) Consonância com as políticas estaduais de cultura, priorizando-se: Harmonia com a Lei Orgânica da Cultura (Lei nº 12.365/2011) e o Plano Estadual de Cultura (Lei nº 13.193/2014); Capacidade estruturante e efeito multiplicador, incluindo articulações e/ou parcerias integrantes da proposta; e Estratégias de democratização de acesso e acessibilidade, entendendo-se: estratégia de acessibilidade como ação que possibilite a fruição dos produtos culturais a pessoas com deficiência, a exemplo de tradução em Libras, legendagem descritiva, audiodescrição, e outros; e democratização de acesso como ações e/ou atividades que promovam os meios para garantir o acesso do cidadão aos bens e serviços artísticos e culturais, a exemplo de desconcentração espacial / descentralização, disponibilidade de áreas e/ou recursos especiais para inclusão de pessoas idosas, realização gratuita de atividades paralelas, tais como ensaios abertos, estágios, cursos, treinamentos, palestras e oficinas etc.

c) Viabilidade técnica, priorizando-se: Clareza, consistência das informações e coerência na composição da proposta; Coerência e razoabilidade dos itens de despesas e seus valores, bem como relação custo / benefício; e Capacidade do proponente e/ou equipe técnica para execução satisfatória da proposta.

A seleção das propostas ocorre de acordo com a regulamentação do Fundo de Cultura da Bahia – FCBA (Decreto nº 14.845/2013), na qual consta que as comissões de concurso organizadas como colegiados são responsáveis pela pré-seleção de projetos cujos critérios são previamente estabelecidos por meio de atos convocatórios publicados em meios de divulgação de amplo conhecimento. As comissões são designadas pelo dirigente máximo da Secretaria de Cultura, por meio de Portaria, a partir das indicações da consulta pública, das Unidades Executoras e do Conselho Estadual de Cultura.

Na composição das comissões de seleção, verificamos a presença de especialistas do setor público e da sociedade civil, não só da capital, mas também do interior do estado e de outras cidades do país com destacada atuação na museologia. Em 2012 – 2013, a Comissão de Seleção foi composta de três membros. Em 2015, o Ipac promoveu a unificação da coordenação dos Editais Setoriais de Museus e Patrimônio, com o intuito de uniformizar a gestão da execução dos projetos, tendo como base a experiência do monitoramento realizado pela Dimus. Com isso, as seleções foram unificadas e as comissões passaram a ser compostas por cinco especialistas. Como exemplo, a comissão do ato convocatório de 2016 foi composta por 05 membros, tendo a seguinte composição:

Figura 13 - Comissão de Mérito

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento.

Compreendemos que a gestão do FCBA deve ser societal, com amplo diálogo entre o Estado e o cidadão. Assim, percebemos que as comissões de seleção atuam como instâncias de decisão, tanto no que se refere à escolha de propostas para celebração do apoio que exprimem as demandas do setor, bem como no julgamento de recursos interpostos pelos proponentes. Com isso, temos a distribuição dos recursos a partir de uma gestão do Fundo de Cultura voltada para o fortalecimento da democracia participativa e do cidadão atual. (BRITTO; SANTOS, 2009).

Com a conclusão da etapa de avaliação, as propostas pré-selecionadas pela Comissão Temática seguem com o processamento do fluxograma no SIIC/Clique Fomento, que prevê uma etapa de Análise Técnica para verificação da viabilidade técnica-financeira das propostas pré-selecionadas, que é realizada por profissionais especializados na área. Depois da conclusão da etapa de análise técnica são emitidos comunicados aos proponentes para ajustes na proposta e apresentação dos documentos obrigatórios para homologação da seleção e assinatura de TAC.

No lançamento primeiro edital Setorial de Museus em 2012 aconteceram reuniões prévias com profissionais de museus, oriundos de diferentes Territórios de Identidade para apresentação do edital e qualificação técnica na elaboração de propostas nos termos do edital. Essa ação foi desenvolvida pelos técnicos do Núcleo de Editais e Projetos, criado na gestão de Profa. Maria Célia Teixeira Moura Santos. Dessa forma, percebemos com base nos relatórios da Dimus, que a gestão da professora Maria Célia de forma articulada e participativa, atuou na capacitação dos gestores e profissionais de museus com a finalidade de desenvolver uma

base de conhecimentos sobre estruturação de projetos e editais para o setor museológico baiano. Segundo dados aferidos no relatório “Perfil as Propostas” (BAHIA, 2012), dos 48 participantes da Oficina de Elaboração de Projetos Culturais, 29% dos participantes apresentaram propostas no edital 09/2012 - Setorial de Museus, sendo que 25% das propostas inscritas e 10% das propostas convocadas tinham como proponentes os participantes da oficina de elaboração de projetos realizada em Salvador no Palácio da Aclamação.

5.1 ANÁLISE DOS EDITAIS SETORIAIS DE MUSEUS (2012- 2016)

No período de análise da pesquisa, as ações da política de museus e a agenda pública da Secult tinham um ponto em comum: a necessidade de interiorização para institucionalização das políticas culturais. Assim, para atendimento dessa agenda a Secult adotou uma divisão administrativa para os municípios baianos baseada na noção de Territórios de Identidade. Essa divisão em Territórios de Identidade repercutiu na formatação dos editais setoriais, pois em alguns atos convocatórios foi estabelecido como critério “a regra da territorialidade” como uma tentativa para evitar a concentração de recursos com grupos privilegiados de produtores culturais que predominantemente estavam na região metropolitana de Salvador. Dessa forma, os editais possibilitariam uma distribuição dos recursos públicos do FCBA mais transparente e republicana. Por exemplo, o Edital 09/2012 - Setorial de Museus tem a regra com a seguinte redação:

Regra de Territorialização: (a) Serão contemplados, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de propostas de proponentes de um mesmo Macroterritório ou da capital (que para efeito deste edital terá o mesmo status de Macroterritório), salvo se não houver propostas inscritas de outros Macroterritórios. A relação dos municípios que compõem cada Macroterritório encontra-se no site indicado no preâmbulo deste Edital (BAHIA, 2016).

Tabela 5 – Mapeamento Museus x Projetos apoiados

Macrorregião	Território de Identidade	Qtde de Museus por Território	Qtde de Propostas por Território	Qtde de Museus por Macrorregião	Territórios Participantes	Nº de Municípios	População Estimada
Macrorregião I	MÉDIO SUDESTE	3	3	10	2	37	942.206
	SUDESTE BAIANO	7	1				
Macrorregião II	EXTREMO SUL	4		33	5	78	2.258.797
	LITORAL SUL	14	2				
	BAIXO SUL	4	1				
	MÉDIO RIO DE CONTAS	4					
	COSTA DO DESCOBRIMENTO	7					
Macrorregião III	VALE DO JIJUEIRIÇÁ	2		31	4	72	2.058.163
	PIEMONTE DO PARAGUAÇU	4					
	PORTAL DO SERTÃO	7					
	RECÔNCAVO	18	7				
Macrorregião IV	SISAL	6	1	17	5	75	2.07.451
	LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	5					
	SEMIÁRIDO NORDESTE II	2					
	ITAPARICA	1	1				
	PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	3					
Macrorregião V	VELHO CHICO	0		14	5	69	1.576.954
	BACIA DO RIO CORRENTE	3					
	BACIA DO RIO GRANDE	4	2				
	BACIA DO PARAMIRIM	2					
	SERTÃO PRODUTIVO	5	3				
Macrorregião VI	IRECÉ	4		20	5	76	1.698.191
	CHAPADA DIAMANTINA	11					
	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	4	3				
	BACIA DO RIO JACUIPE	0					
	PIEMONTE DA DIAMANTINA	1					
Macrorregião VII	REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	90	32	90	1	10	3.439.670
TOTAL		215		215	27	417	14.021.432

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC e do livreto da exposição “Museus da Bahia: Identidade e Territórios” (2012).

Partindo-se das listagens das propostas contempladas nos Editais Setoriais de Museus, publicadas em relatórios do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, da Secretaria de Cultura, no SIIC/Clique Fomento e nas publicações no Diário Oficial do Estado, investigamos os perfis das propostas a partir de alguns índices e informações, a saber: o quantitativo de museus no estado; o número de Territórios de Identidade, o número de habitantes do território no qual a proposta foi executada e os valores de apoio por edital.

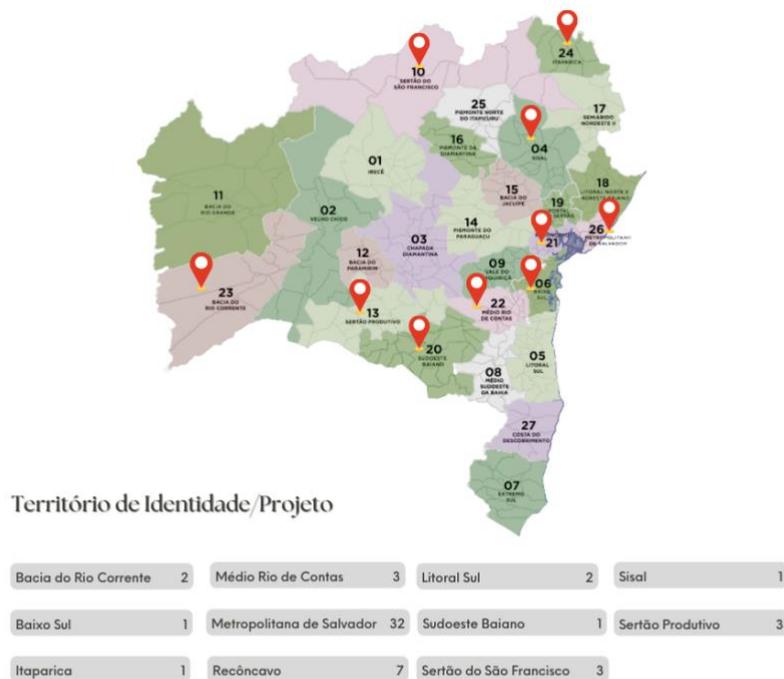
O Estado da Bahia é constituído por 417 municípios e 27 Territórios de Identidade reconhecidos oficialmente. Segundo dados aferidos no livreto a exposição: “Museus da Bahia: Identidade e Territórios” (2012), a realidade local em relação aos museus apresentava um cenário no qual apenas 81 (19,6%) dos 417 municípios baianos possuíam espaços museais, perfazendo um total de 215 instituições e/ou processos museais. Ainda, segundo dados do Núcleo Sistema de Museus/Dimus, das 215 instituições, 155 estavam abertas, 26

fechadas, 14 em processo de implantação, 08 desativadas e 12 sem informações. Relativamente ao cadastramento no Sistema Brasileiro de Museus no estado, 121 instituições realizaram o cadastro, restando o cadastramento de 84 instituições, conforme dados do NSM.

Será nesse contexto que as quatro edições do Edital Setorial de Museus conseguiram contemplar 56 propostas, entre titulares e suplentes, de proponentes oriundos de 21 municípios, representando um total de 5,4% das cidades baianas. Conforme podemos visualizar na Figura 7, eles estão concentrados em 11 Territórios de Identidade (40,74%), cujo apoio foi efetivado para 48 projetos que visam à preservação, valorização, pesquisa, inventário, difusão, dinamização, qualificação da gestão e formação. As ações dos projetos foram desenvolvidas em 43 municípios, representando um alcance de 10,31% das cidades baianas. Os dados que consolidamos priorizam as propostas que foram pré-selecionadas e efetivamente conveniaram com a Secretária de Cultura.

Em relação ao perfil do proponente, nota-se que das 56 propostas apenas 10 são de proponentes de museus. Quanto a natureza jurídica, a maioria das propostas é de pessoa física, totalizando 42 propostas, tendo ainda 14 propostas de pessoa jurídica. Outro dado relevante é a participação dos museólogos como proponente: foi possível identificar que 17 das 56 propostas tiveram um museólogo como proponente. Alguns, inclusive, obtendo aprovação de propostas em mais de uma edição do edital.

Figura 14 - Mapa de dispersão dos proponentes por Território de Identidade



Fonte: Dados Coordenação de Editais IPAC - Elaboração própria

27 dos projetos selecionados, ou seja, a maioria foram propostos por mulheres. Ressalta-se que a pesquisa não adentrou na abordagem de gênero na análise das propostas, tendo em vista a necessidade de um maior aprofundamento teórico e acesso ao detalhamento de cada projeto apresentado. Contudo, importa registrar o protagonismo da produção feminina, considerando que o percentual de 48, 21% participação no edital Setorial de Museus, de certo modo, espelha a participação feminina nas profissões culturais, cujo percentual é de 42,8%. Em relação às ocupações gerais, o percentual é de 37,7%. Dessa forma, a participação feminina na cultura é cerca de 13% maior que na ocupação em geral (SILVA e ARAÚJO, 2010). Todavia, isso não significa equidade, visto que essa pesquisa não fez uma análise aprofundada sobre paridade salarial, ocupação de cargos de coordenação, entre outros.

A partir da análise da tabela abaixo (Dados Territórios) nota-se que os Editais Setoriais de Museus tendem a concentrar a maior parte dos projetos aprovados nos territórios com municípios de grande porte, a exemplo do Território Metropolitano de Salvador, que concentra 58,2 % dos recursos liberados.

Tabela 6 - Distribuição dos recursos por Território

EDITAL SETORIAL DE MUSEUS (2012: 2016)							
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PROPONENTE	PROJETOS PRÉ-SELECIONADOS		PARTICIPAÇÃO NO EDITAL		POPULAÇÃO TERRITÓRIO (CENSO 2010)	% POPULAÇÃO	RECURSOS POR PESSOA (R\$)
	Nº DE PROJETOS	VALOR APOIADO (R\$)	% PROPOSTAS	% NOS RECURSOS			
Bacia do Rio Corrente	2	119.815,80	3,57	2,7	200.819	1,43	0,60
Baixo Sul	1	34.492,00	1,79	0,78	361.531	2,57	0,10
Itaparica	1	56.279,55	1,79	1,27	168.491	1,2	0,33
Litoral Sul	2	200.000,00	3,57	4,51	771.636	5,5	0,6
Médio Rio de Contas	3	165.570,00	5,36	3,74	247.482	1,77	0,67
Metropolitana de Salvador	32	2.571.880,38	57,14	58,02	3.472.092	24,77	0,74
Recôncavo	7	678.271,98	12,5	15,3	579.628	4,13	1,17
Sertão do São Francisco	3	292.700,00	5,36	6,6	494.431	3,53	0,59
Sertão Produtivo	3	235.940,00	5,36	5,32	446.485	3,18	0,53
Sisal	1	30.886,58	1,79	0,7	582.329	4,15	0,05
Sudoeste Baiano	1	46.955,37	1,79	1,06	696.592	4,8	0,07

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento.

Por outro lado, nota-se que o edital Setorial de Museus, em quatro edições, conseguiu promover uma maior dispersão na execução das ações entre os Territórios de Identidade das diferentes faixas populacionais. Isso nos mostra, em primeiro lugar, uma migração de ações para além do Território de Identidade do proponente.

Analisando a abrangência do edital em termos de municípios onde se encontram as instituições contempladas, observamos na Figura 8 que há também uma concentração por Território, ainda que, predominantemente, os municípios não sejam os mesmos. Foi possível identificar 43 municípios com execução de ações das propostas apoiadas, são eles: Aiquara, Apurema, Araci, Barra do Rocha, Boa Nova, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Caetité, Candeias, Cruz das Almas, Gongogi, Guanambi, Ibirapitanga, Ibirataia, Igarapé, Igrapiúna, Ilhéus, Ipiauí, Itagi, Itagibá, Itajuípe, Itamar, Ituberá, Jequié, Jitaúna, Lauro de Freitas, Manoel Vitorino, Mucugê, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Remanso, Rodelas, Salvador, Santa Maria da Vitória, Santo Amaro, São Félix, Sento Sé, Simões Filho, Ubatã, Vera Cruz, Vitória da Conquista e Wagner.

Figura 15 - Mapa de dispersão das propostas por município de execução



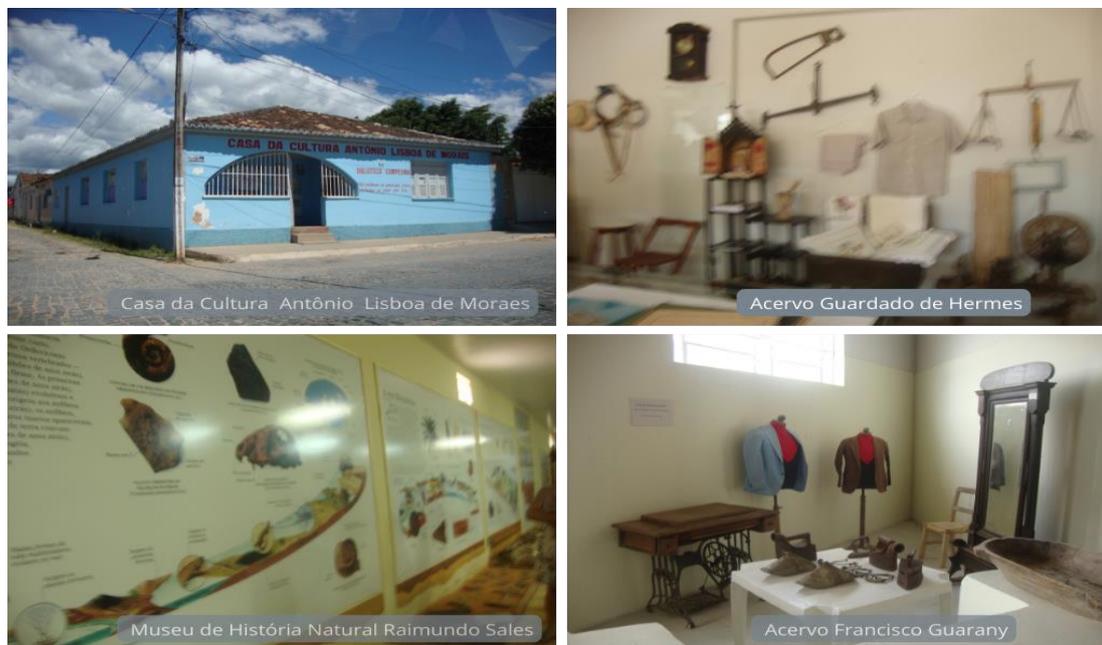
É preciso informar que a maior parte dos municípios baianos, 96%, tem menos de 100 mil habitantes e 60,3% da população baiana vive neles. Dessa forma, a constituição de uma política efetivamente estadual voltada aos museus em solo baiano requer atenção na realidade da configuração dessa municipalidade. Ademais, a distribuição dos museus no território baiano ocorre de formas desigual e similar ao verificado no cenário nacional, como reflexo da evolução da vida urbana e do desenvolvimento econômico.

5.2 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS

Optamos por agrupar cada edital e proposta, aqui estudados, por Território de Identidade, trazendo dados sobre a origem dos proponentes, a abrangência, os valores das e resumo das propostas. As informações apresentadas foram retiradas dos editais lançados e disponibilizados no Clique Fomento/ Sistema de Informações e Indicadores em Cultura – SIIC e do Cadastro de Museus da Bahia.

5.2.1. Bacia do Rio Corrente

Figura 16 - Instituições Museológicas do Território Bacia do Rio Corrente



Fonte: Fotografia tirada pela autora

O Território Bacia do Rio Corrente é constituído por 11 municípios³² e ocupa uma área de 44.813 km², o que representa 8% da dimensão territorial da Bahia. De acordo com dados da Dimus (2012), cinco instituições museológicas estão mapeadas na região: o primeiro é o Museu de História Natural Raimundo Sales em Correntina, que estava aberto para visitação. Em Santa Maria da Vitória estão situados os seguintes espaços: Museu do Centro Histórico de Santa Maria da Vitória, que estava em fase de implantação, o Museu do Memorial Francisco Guarany e o Museu Escola de Tecnologia Rural, ambos desativados. Em funcionamento também a Casa da Cultura Antônio Lisboa de Moraes.

O Território com 02 projetos responde por 3,57% das propostas pré-selecionadas, cuja execução das ações deu-se no município de Santa Maria da Vitória. No entanto, identificamos que apenas a proposta “Plano Museológico – Proposta de Institucionalização do Espaço ‘Guardados de Hermes’” foi concluída, conforme dados dos relatórios da Coordenação de Editais do Ipac. Segundo o resumo extraído do SIIC/Clique Fomento, as propostas tinham

³²Brejolandia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Felix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.

como objetivo a realização de inventários, montagem de exposição e a elaboração dos planos museológicos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 7 - Resumo dos projetos selecionados no Território Bacia do Rio Corrente

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2012	3	Museu Histórico Francisco Guarany	Manoel Nunes Assis	Santa Maria da Vitória	Bacia do Rio Corrente	Inventariar o acervo; Plano museológico; Conservação do Acervo e Montagem de Exposição de Longa duração.	74.160,00
Setorial 2013	002401	Plano Museológico – Proposta de Institucionalização do Espaço “Guardados de Hermes”	Fernanda Pereira Alves	Santa Maria da Vitória	Bacia do Rio Corrente	Propõe-se elaborar de forma participativa, o Plano Museológico para o Espaço Museal, “Guardados de Hermes”, no município de Santa Maria da Vitória, pertencente ao Território de Identidade Cultural da Bacia do Rio Corrente. Entende-se que esta é uma ferramenta básica de planejamento estratégico fundamental para a institucionalização do espaço, a sistematização do trabalho interno e a atuação do museu na sociedade, consoante com o Estatuto de Museus	45.653,80

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.2.2 Baixo Sul

Figura 17 Acervo Memorial de Valença



Fonte: Fotografia da autora

Figura 18 - Memorial APA do Pratigi



Fonte: Coordenação de Editais Ipac

O Território do Baixo Sul é um espaço territorial de excepcional patrimônio natural com importantes referenciais culturais, relacionados à história regional, nacional e mundial. A região também é denominada como Costa do Dendê, contando com 15 municípios.³³ A região se destaca pela diversidade do patrimônio cultural e natural, a exemplo das expressões imateriais: Reinado de São Benedito, Congo, Cheganças, Terno de Reis, A Barca, Festa do Divino e Lavagem da Igreja do Divino Espírito Santo, Samba de Roda e a Zambiapunga. O Baixo Sul conta com uma forte presença de comunidades tradicionais, a exemplo da Comunidade Quilombola Jatimane.

O mapeamento da Dimus registra a existência de quatro instituições museológicas no Território do Baixo Sul, a saber: o Museu Gilson Mucugê Meireles, o Centro de Cultura Enedina Almeida Docio, o Museu Miguel Ferreira Araújo e o Memorial de Valença. Conforme verificamos no SIIC/Clique Fomento, o Baixo Sul tem diversos projetos aprovados no Fundo de Cultura. Contudo, em relação ao edital Setorial de Museus, ainda que possua quatro instituições museológicas mapeadas, registra-se que apenas um projeto foi apoiado.

A proposta selecionada não estava associada às instituições museológicas mapeadas no Território, consta que seu objeto era a criação do “Memorial Histórico e Cultural das Comunidades Quilombolas da APA do Pratigi” com a execução de ações nos municípios de Igrapiúna, Nilo Peçanha, Ituberá, Piraí do Norte e Ibirapitanga, conforme disposto no quadro abaixo:

³³ Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.

Quadro 8 – Resumo dos projetos selecionados no Território Baixo Sul

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Propo- nente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2012	5	Memorial Histórico e Cultural das Comunidades Quilombolas da APA do Pratigi	Leila Santos Silva	Correios	Baixo Sul	Criar o Memorial Histórico e Cultural das Comunidades Quilombolas da APA do Pratigi	34.492,00

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento.

5.2.3 Itaparica

Figura 19 – Fotos da Casa de Maria Bonita



Fonte: Divulgação/Prefeitura de Paulo Afonso.

O Território de Identidade Itaparica é constituído de seis municípios³⁴ e faz limite com os estados de Pernambuco e Alagoas. O cangaço marca a história e a cultura da região. O Território abriga as comunidades quilombolas Curral da Pedra, Julião, Pedra da Onça, Tuiutu e Piranha. Em relação ao patrimônio cultural, destacam-se os sítios arqueológicos existentes nas cidades de Paulo Afonso, Macururé, Rodelas, Tacaratu. No Território registra-se apenas o Memorial Casa de Maria Bonita, situado no Povoado Malhada da Caiçara, zona rural do município de Paulo Afonso. Em relação ao total dos projetos apoiados pelas edições aqui tratadas do Edital Setorial de Museus, a participação do Território é de apenas 1,79%, referente à execução da proposta “Museu: História Viva de Rodelas”, cujo objetivo foi a

³⁴ Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas.

realização de uma pesquisa sobre memória cultural da cidade de Rodelas a fim de viabilizar a criação do museu local, conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Resumo dos projetos selecionados no Território de Itaparica

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2012	16	Museu: História Viva de Rodelas	Joana Lima Rezende	Rodelas	Itaparica	O projeto tem em vista a realização de uma pesquisa sobre memória cultural da cidade de Rodelas com finalidade de viabilizar a constituição de um levantamento de acervos já existentes, dentro de uma perspectiva de processos de preservação e proteção da experiência histórica, da cultura e das identidades locais, contribuindo tanto para salvaguarda patrimonial quanto para socialização do conhecimento produzido sobre a cidade e sobre a ocupação desse território.	56.279,55

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento.

5.2.4 Litoral Sul

Figura 20 – Instituições do Litoral Sul



Fonte: Fotografia tirada pela autora

O Território Litoral Sul é o que concentra 26 cidades³⁵, sendo o maior número de municípios do estado da Bahia. O Litoral Sul registra 13 instituições museológicas, distribuídas em sete municípios: Museu de Coisas Naturais, Museu do Cacau: Núcleo Ilhéus, Museu da Piedade, Museu da Igreja de São Jorge, Casa de Cultura Jorge Amado, Museu da Fazenda Primavera, Museu do Mar e da Capitania, Memorial Unzo Tombenci Neto, Memorial Misael Tavares, Museu Casa Verde, Memorial Adonias Filho, Museu de História Natural, Museu Municipal de Una, que representam 6,05% do total existente no estado.

A região destaca-se pela capacidade de articulação do setor museológico local, que apresenta um trabalho sistêmico e contínuo, resultando na criação e institucionalização da Rede de Museus e Pontos de Memória do Sul da Bahia. Contudo, em que pese o protagonismo da região, identificamos que, em relação ao acesso aos recursos do Fundo de Cultura via edital Setorial de Museus, apenas 03 projetos foram realizados no Território, a saber: Ações de Dinamização para o Memorial Adonias Filho (Itajuípe); Plano Museológico: Proposta de Estruturação do Memorial Misael Tavares e a Restauração; e Revitalização das Obras de Arte Sacra da Capela de Nossa Senhora da Piedade (Ilhéus), tendo apenas esse último uma instituição local como proponente. Cabe registrar que o Instituto Nossa Senhora da Piedade teve uma proposta que foi desclassificada na fase de apresentação da documentação obrigatória, sendo reapresentada no ano seguinte conforme quadro abaixo:

³⁵Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajudo Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca.

Quadro 10 – Resumo dos projetos selecionados no Território Litoral Sul

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2013	003053	Restauração e Revitalização das Obras de Arte Sacra da Capela de Nossa Senhora da Piedade	Instituto Nossa Senhora da Piedade	Ilhéus	Litoral Sul	Restaurar o acervo de arte sacra pertencente à Capela de Nossa Senhora da Piedade que se encontra deteriorado pela ação do tempo. São vinte peças do início do século XX e estão em exposição permanente desde a sua aquisição. Como representante ímpar do estilo neo-gótico francês na Bahia, preservação de seu acervo é de grande importância para o turismo cultural da região sul da Bahia.	100.000,00
Setorial 2014	8605	Restauração e Revitalização das Obras de Arte Sacra da Capela de Nossa Senhora da Piedade	Instituto Nossa Senhora da Piedade	Ilhéus	Litoral Sul	Restaurar o acervo de arte sacra pertencente à Capela de Nossa Senhora da Piedade que se encontra deteriorado pela ação do tempo. São dezoito peças do início do século XX e estão em exposição permanente desde a sua aquisição. Como representante ímpar do estilo neogótico francês na Bahia, a preservação de seu acervo é de grande importância para a Educação Patrimonial e o Turismo Cultural da região sul da Bahia.	100.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.2.5 Médio Rio de Contas

Figura 21 – Proposta apoiada no Médio Rio de Contas



Fonte: Fotografia 1 - Página do museólogo Antonio Varjão no Facebook³⁶; Fotografias 2 e 3 tiradas pela autora.

O Território de Identidade Médio Rio de Contas é composto por 16 municípios e de acordo com estimativas do IBGE, no ano de 2014, a população estimada era de 381.194 habitantes, correspondendo a 2,6% da população estadual. O município de Jequié é o principal polo da região, tornando-se o ponto de convergência da economia e cultura no Território.

Três instituições museológicas do Território estão registradas no levantamento estadual, são elas: o Museu do Processo localizado em Valentim, distrito de Boa Nova, o Museu do Lavrador, em Ipiauí, e o Museu Histórico de Jequié Coronel João Carlos Borges, no

³⁶Antonio Varjão é Coordenador do Museu Histórico de Jequié João Carlos Borges. Disponível em <https://www.facebook.com/varjaomatos/posts/1754808537862601>. Acesso em: xxxx 15 jul 2022.

município de Jequié. Em relação à participação no edital Setorial de Museus e o acesso aos recursos, verificamos três propostas foram selecionadas. Dentre elas, uma cujo objetivo era a implantação do Museu da Existência, por meio de uma plataforma virtual e colaborativa, com formação de uma rede virtual de cooperação de amigos de museus para promoção de ações no Território.

Outro dado relevante são as ações que beneficiam o Museu Histórico de Jequié Coronel João Carlos Borges, das quais destacamos como ação estruturante, a elaboração do plano museológico do museu. Nota-se ainda que agentes culturais oriundos de municípios de outros Territórios apresentaram propostas para realização de ações documentação museológica no Museu Histórico de Jequié (ver Quadro 11). Percebe-se que o Museu Histórico de Jequié Coronel João Carlos Borges, como alternativa de inserção nos mecanismos de fomento do FCBA, promoveu articulações visando a captação de recursos por meio de parcerias com agentes culturais, tendo em vista que o museu é de natureza administrativa pública municipal, sendo vedada sua participação na condição de proponente.

Quadro 11 – Resumo dos projetos selecionados no Território Médio Rio de Contas

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2013	000366	III Por do sol acontece no museu de Jequié-Ba	Nerivaldo Carneiro de Menezes Júnior	Jequié	Médio Rio de Contas	O presente projeto pretende promover o encontro do espaço museu e da música, estimulando assim, a visita ao museu da cidade de Jequié-BA por intermédio de shows autorais de artistas locais, apresentações de dança, peças teatrais e palestras sobre: memória, identidade cultural, tradição, importância dos museus e imaginário popular. O projeto acontecerá no próprio museu, no período de 06(seis) meses, contemplando registros em viva voz na linguagem Musical, onde serão distribuídas 1000 cópias destes.	50.860,00
Setorial 2014	5266	Elaboração do Plano Museológico Museu Histórico de Jequié	Marcos Belchote Martins	Jequié	Médio Rio de Contas	O presente projeto pretende desenvolver o Plano Museológico do Museu Histórico de Jequié. Este compreende uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento de atividades fundamentais da instituição e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural. O projeto acontecerá mediante pesquisa e observações no próprio espaço do Museu, no período de 06 (seis) meses, observando-se aspectos fundamentais e para construção deste.	50.880,00
Setorial 2016	14433	Museu Da Existência	Lucas Silva Bertoldo	Boa Nova, Manoel Vitorino, Jequié, Jitaúna, Itagi, Itagibá, Ipiaú, Barra do Rocha, Ubatã, Gongogi, Nova Ibiá, Itamar, Apuarema, Ibirataia, Aiquara,	Médio Rio de Contas	Implantar o Museu da Existência, no território Médio Rio das contas, por meio de uma plataforma virtual e colaborativa (web site) e promover a formação de uma rede virtual de cooperação de amigos de museus com objetivo de promover diálogos permanentes sobre educação patrimonial e sua importância em todos os municípios do território.	63.830,00

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.2.6 Metropolitano de Salvador

Figura 22 – Projetos selecionados no Território Metropolitano de Salvador



Fonte: Elaborado a partir de fotografias tiradas pela autora.

O Território Metropolitano de Salvador é constituído por 13 municípios³⁷ que juntos concentram 24,77% da população baiana. A região é detentora de uma grande diversidade de bens culturais reconhecidos no âmbito estadual, federal e mundial. Com 90 instituições museológicas, o Território detém a maior concentração no estado, que representa 41,86% dos museus mapeados. Importa registrar que 45 dessas instituições são de natureza administrativa pública. Salvador, a capital do estado, concentra 84 instituições, o que representa 93,33% desse universo.

Em relação à execução de projetos por meio dos mecanismos de fomento do FCBA, verifica-se o elevado número de proponentes e propostas desse Território, quando comparado com outros territórios, sobretudo, pela demanda de projetos oriundos do município de Salvador. Relativamente ao fomento setorial aos museus, a região destaca-se pela porcentagem de 57,14% de aprovados em relação ao total de projetos apoiados pelo Edital Setorial de Museu, nos quatro anos pesquisados (2012 – 2016), perfazendo um total de 32 propostas pré-selecionadas.

³⁷ Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz.

Com 27 projetos, a capital baiana representa 84,32% das propostas pré-selecionadas no Território. Contudo, a partir da análise dos dados coletados foi possível identificar 09 propostas (33,33%) com a realização de ações fora de Salvador e que beneficiam diretamente instituições museológicas sediadas em outros municípios, a saber: Memórias de Ponte Nova (Wagner), Ações de Dinamização para o Memorial Adonias Filho (Itajuípe), Inventário dos Acervos Museológicos do Parque Histórico Castro Alves (Cabaceiras do Paraguaçu), Requalificação do Museu Vivo do Garimpo (Mucugê), Visita Guiada Virtual (Candeias e Cabaceiras do Paraguaçu), Museu do Recolhimento dos Humildes: Dois Séculos de História (Santo Amaro), Inventário do Acervo Museológico do Museu Histórico de Jequié João Carlos Borges (Jequié), Documentação Museológica do Acervo do Ponto de Memória Tia Dina (Vera Cruz) e Ações Estruturantes para o Museu Histórico de Mucugê (Mucugê).

Percebe-se ainda o esforço do setor para o fortalecimento da gestão museológica, com propostas de elaboração de planos museológicos e documentação de acervos, ou seja, para criação de instrumentos estruturantes que visam a institucionalização e o fortalecimento da gestão dos museus.

O projeto “Elaboração do Plano Museológico do Memorial Kisimiê”, demonstra esse esforço para a institucionalização e para a valorização do patrimônio museológico. Trata-se de ação estruturante com efeito multiplicador e articulador para a constituição de uma política de preservação da memória das religiões de matriz afro-brasileira.

Com a execução do projeto via editais, o Memorial Kimsibê torna-se o primeiro memorial de matriz africana com plano museológico, conforme registrado na introdução do referido documento: “[...] convém salientar que este plano museológico será o primeiro documento elaborado para instituição museal pertencentes à religião de matriz africana, através de processo de Edital de Fomento a cultura” (MKAS, 2016, p. 7). Importa lembrar, que o Estatuto de Museus diz que os museus precisam ter um plano museológico “Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico” (BRASIL, 2009) e da mesma forma, no plano estadual, verificamos que no documento intitulado Política Setorial de Museus, no eixo programático “Configuração e gestão do campo museológico” é estimulada a elaboração e implantação dos planos:

1.4. Incentivar os museus baianos para a elaboração e a implantação de Planos Museológicos, compreendendo-os como instrumentos básicos de planejamento indispensáveis para a definição da missão, para o ordenamento

e a priorização dos objetivos dos programas, projetos e planos de ação das instituições museológicas (BAHIA, 2012, p. 4 3).

Conforme verificamos nos dados coletados, a maioria das propostas das instituições beneficiadas possuem natureza administrativa pública, 77,78%, com destaque para as ações realizadas em instituições museológicas administradas pela municipalidade, com 44,44%. Assim, considerando que o funcionamento dos museus é diretamente influenciado em maior ou menor grau pelo financiamento público e/ou privado, esse fato leva a intuir que:

- a) Os encontros, conferências e oficinas que antecederam ao lançamento dos editais possibilitaram que as instituições buscassem o estabelecimento de parcerias visando a complementaridade de suas ações por meio dos editais;
- b) O setor museológico baiano, em certa medida, aprendeu a lidar com a lógica do mecanismo de fomento, sobretudo, os museus de natureza administrativa pública, que são vedados de participar do edital na condição de proponentes, porém conseguiram, indiretamente, por meio de parcerias, a realização de projetos estruturantes, a exemplo da elaboração de planos museológicos e a documentação de seus acervos;
- c) O número significativo de instituições museológicas de natureza administrativa pública indiretamente apoiadas sinaliza a necessidade de criação de mecanismo de financiamento e fomento via fundo estadual que abarquem essas instituições, visado o apoio para o cumprimento de suas funções primárias; e
- d) A estratégia de captação via editais para implementação dos planos museológicos e realização da documentação museológica dos acervos demonstra a preocupação em constituir os instrumentos de gestão. Por outro lado, o emprego de profissionais externos para atuação em ações estratégicas da gestão museológica, aponta para uma certa fragilidade na manutenção das atividades técnicas pela inexistência de um quadro técnico regular responsável pela gestão de ações estruturantes nas instituições.

Os dados apresentados na quadro a seguir evidenciam um avanço local na consolidação das ações da política de museus. Aduzimos que o número de propostas estruturantes seria uma das consequências de uma década de investimentos em ações de qualificação, tendo sido iniciada em 2003 com o Projeto-Piloto do Eixo 3 da Política Nacional de Museus – Formação e Capacitação de Recursos Humanos, seguido das oficinas ministradas pelo Departamento de Museus do Iphan (Demu) e das capacitações promovias

pela Dimus, que foram realizadas nas macrorregiões museais, já abarcando a temática específica da elaboração de projetos para captação de recursos via editais. Outro fator que acreditamos influenciar na qualificação das propostas, sobretudo, nas que estão no interior é a criação do curso de Museologia na Universidade do Recôncavo, que ocorreu em 2006.

Quadro 12 –Resumo dos projetos selecionados no Território Metropolitano de Salvador

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2012	27	Transmulti Oficinas de Museologia, Acessibilidade, Arte e socialização	Afrânio Mário Simões Filho	Salvador	Metropolitano de Salvador	O Projeto Transmulti consiste na realização de oficinas integradas de museologia e arte-educação destinadas a jovens, adultos e portadores de necessidades especiais a partir do acervo do museu Carlos Costa Pinto. A ação educativa será desenvolvida ao longo de uma sequência programada de atividades culturais, oficinas de sensibilização e pesquisa, oficinas de recriação estética e prática de ateliê, cujos resultados serão apresentados em uma exposição educativa. Todo o processo criativo será registrado e publicado em um catálogo ilustrado.	68.184,50
Setorial 2012	32	Memórias de Ponte Nova	Karine Sant'Anna Sacramento	Salvador	Metropolitano de Salvador	Uma exposição fotográfica, que tem como tema central a história da cidade de Wagner que teve suas origens à partir da Fazenda Ponte Nova. Uma cidade na Chapada Diamantina que tem uma boa parte da sua história em registros fotográficos. Serão realizadas oficinas de fotografia, conservação fotográfica e artes. Com o objetivo de despertar o interesse da população local (principalmente dos mais jovens) para a importância desse município com uma cultura e história tão singular.	28.510,00
Setorial 2012	33	Acessibilidade Comunicacional para o Memorial Mãe Menininha do Gantois	Maurício Martins	Salvador	Metropolitano de Salvador	Realizar programação visual e sinalização do Memorial e criar folder institucional	53.700,00

Setorial 2012	34	Ações de Dinamização para o Memorial Adonias Filho	Dea Marcia de Almeida Federico	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto Ações de dinamização para o Memorial Adonias Filho consiste de um conjunto de atividades voltadas à difusão cultural e capacitação nas áreas artística e de conservação, relacionadas com o acervo do Memorial Adonias Filho e à produção intelectual de seu patrono.	56.200,00
Setorial 2012	21	Plano Museológico: Proposta de Estruturação do Memorial Misael Tavares	Elane santos Gonçalves	Camaçari	Metropolitano de Salvador	Propõe-se elaborar o Plano Museológico de forma participativa (equipe técnica mais equipe do museu), compreendendo este como uma ferramenta básica de planejamento estratégico fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade.	50.867,69
Setorial 2012	2	Inventário dos Acervos Museológicos do Parque Histórico Castro Alves	Ana Paula Soares Pacheco	Salvador	Metropolitano de Salvador	Este projeto visa realizar o inventário dos acervos museológicos, pertencentes ao Parque Histórico Castro Alves, situado no município de Cabaceiras do Paraguaçu no Estado da Bahia; tendo como produto final a criação de um catálogo que será distribuído entre as instituições museológicas do Estado da Bahia, escolas públicas e privadas, bibliotecas, arquivos e Cursos de Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).	84.658,60
Setorial 2013	001663	Museu Frei Germano Citeroni: Proposta Exográfica	Província Nossa Senhora da Piedade	Salvador	Metropolitano de Salvador	Organizar e realizar uma exposição de longa duração no Museu Frei Germano Citeroni – MFGC, categorizado Museu Sacro Cristão, que busca essencialmente estimular o público através da valorização da devoção e a importância da celebração litúrgica, práticas vivenciadas pelos católicos. Representa também a solidez de uma religião e o reconhecimento do patrimônio material e imaterial sacro-cristão para o processo histórico da humanidade.	99.000,00

Setorial 2013	001640	Carybé: site	Gabriel Bernabó Duarte Guimarães	Salvador	Metropolitano de Salvador	A proposta aqui apresentada tem por objeto a digitalização e difusão do acervo do artista plástico Carybé, por meio da criação e produção de uma página na internet que funcione como um portal oficial das informações sobre a vida e obra do artista, cumprindo o papel de uma espécie de Museu Digital – Carybé	100.000,00
Setorial 2013	002275	Gravura uma Formação	Renato Ferreira Fonseca Filho	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto “A Gravura uma Formação é um curso de formação continuada a ser realizado no Galpão das Oficinas de Artes do MAM-BA, ao longo de quatro unidades em 2013 e 2014, em que serão oferecidos dois cursos iniciantes e dois cursos avançados com carga horária individual total de 140 horas/aula.	93.025,96
Setorial 2013	002425	Requalificação do Museu Vivo do Garimpo, Mucugê: Bahia	Aníbal Augusto Gondim Silva	Salvador	Metropolitano de Salvador	O Museu Vivo do Garimpo está situado em uma casa construída em uma formação rochosa para expor objetos ligados à história do ciclo do diamante na cidade de Mucugê e apresentar a Sempre Viva, planta típica da Chapada Diamantina. O projeto visa desenvolver a comunicação museológica do circuito expográfico interno e externo desta instituição e ações de educação patrimonial, visando a preservação da memória do homem “àquele que produz” e dos objetos testemunhos da sua realidade de garimpo.	92.400,00
Setorial 2013	001878	Plano Museológico do Museu do Presépio de Salvador	Etherea Consultoria Ltda	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto consiste na construção do Plano Museológico institucional do Museu do Presépio de Salvador, objetivando a estruturação e planejamento da entidade para seu fortalecimento, dinamização e criação de estratégias	35.500,00
Setorial 2013	001626	Núcleo de Implantação do Museu do Convento do Desterro da Bahia	Convento de Santa Clara do Desterro	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto consiste na criação do núcleo de implantação do Museu do Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia. Este núcleo irá montar um espaço expositivo inicial no Coro superior da Igreja, que está sendo restaurado, com painéis explicativos e ilustrativos sobre a história e o patrimônio artístico e cultural do Convento. Como forma de estabelecer ações de formação de público serão preparados monitores (4) para mediar as visitas que ocorrerão neste primeiro momento de forma controlada	99.400,00

Setorial 2013	000731	Toca Fogo na Terra e Acorda João no Céu	Ana Claudia de Jesus Lopes	Simões Filho	Metropolitano de Salvador	A exposição "TOCA FOGO NA TERRA E ACORDA JOÃO NO CÉU" tem como objetivo ressignificar a tradição da cultura da guerra e fabrico de espada da cidade de Cruz das Almas. Cidade do Recôncavo da Bahia que fica a 146 km de Salvador e que tem 60.000 mil habitantes. Hoje a guerra e fabrico é proibido, no entanto faz parte da cultura e da tradição popular. Desejamos despertar a consciência dos cruzalmenses para a necessidade de preservação da manifestação popular e do patrimônio imaterial.	48.756,20
Setorial 2013	002563	Implantação do Programa Museu-Escola para a Fundação Hansen Bahia	Elane Santos Gonçalves	Camaçari	Metropolitano de Salvador	A proposta do Programa Museu-Escola é inserir visitas monitoradas às unidades da Fundação Hansen Bahia, nas cidades de Cachoeira e São Félix/Ba, como atividade extraclasse dentro do currículo escolar da rede fundamental de ensino, estendendo ao ensino médio e superior, tendo em vista que entendemos museu como um difusor de conhecimento e instrumento de desenvolvimento sociocultural e educativo.	91.314,00
Setorial 2014	7399	Guia de visita a museus para crianças e jovens "Histórias e Aventura"	A Cor da Voz, Criações e Produções	Salvador	Metropolitano de Salvador	Criar um guia a ser entregue a cada criança ou jovem ao entrar no Museu onde, acompanhará a exposição através de atividades de entretenimento, que pretendem estimular a sua capacidade de observação, crítica, criatividade, etc.	45.000,00
Setorial 2014	8609	Plano Museológico do Memorial Kisimbê	Associação Beneficente Pena Dourada	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto propõe a elaboração do Plano Museológico do Memorial Kisimbê para dar continuidade à sua consolidação institucional. Dispor de uma política, clara e de longo prazo, de desenvolvimento da instituição é fundamental para salvaguardar nossos acervos e é inseparável do compromisso de integração de todos os aspectos inerentes ao funcionamento do Memorial, ao mesmo tempo, em que a definição das estratégias de difusão vai assegurar sua visibilidade e, por extensão, da comunidade do povo de santo.	89.617,74

Setorial 2014	5781	Do corpo ao caxixi: uma viagem pelos instrumentos tradicionais brasileiros	Gina Rocha Reis Vieira	Salvador	Metropolitano de Salvador	Pretende-se realizar um documentário através da coleção de instrumentos tradicionais de Emília Biancardi, numa reflexão que considere as possibilidades de integração entre o tradicional e o contemporâneo, repensando os usos e apropriações da música popular tradicional pela indústria cultural. Visa-se, por meio da linguagem audiovisual, estimular o interesse do público por essa coleção inestimável, parte do acervo do Solar Ferrão.	99.900,00
Setorial 2014	5798	Coleção Biográfica: Mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde na Coleção de Capoeira do Mafro/UFBA	Josane Miranda Freitas	Salvador	Metropolitano de Salvador	Elaboração de um livro-catálogo, sobre a "Coleção Capoeira", acervo composto por mais de 100 artefatos guardados pelo Museu Afro- Brasileiro da Universidade Federal da Bahia (MAFRO), oriundos, principalmente, dos Mestres Pastinha, Cobrinha Verde e Bimba, concebendo ao projeto um caráter biográfico.	99.940,00
Setorial 2014	8603	"Vozes do Farol: Uma viagem no Tempo através do Museu Náutico da Bahia"	Morgana Olivia Dáviala de Oliviera	Salvador	Metropolitano de Salvador	Trata-se de uma intervenção Artística, dramatizada por atores profissionais, de acesso gratuito à população, apresentando, através de histórias encenadas in loco, o Museu (o seu prédio e a existência do seu acervo), a sua História e a importância de cuidar e preservar o Mar da Bahia. O projeto objetiva despertar o interesse do visitante (de maioria estudantil) pela cultura local, de forma lúdica e educativa, popularizando e divulgando o Museu Náutico da Bahia, contribuindo para a formação da Memória	99.700,00
Setorial 2014	8517	Visita Guiada Virtual	Vladimir Silva Vasconcelos	Salvador	Metropolitano de Salvador	Produzir um vídeo documentário com dez minutos de duração, sobre dez museus, mostrando o imóvel onde se encontram instalados, salas expositivas e parte do acervo.	99.995,00
Setorial 2016	12495	Museu do Recolhimento dos Humildes: Dois Séculos de História	2 Designers Edição E Impressão De Produtos Gráficos Ltda-Me	Salvador	Metropolitano de Salvador	Produção, publicação e distribuição de livro comemorativo de dois séculos de história do Museu do Recolhimento dos Humildes, localizado em Santo Amaro: BA, composto por registros fotográficos e textos com aspectos históricos, culturais, sociais e políticos do contexto da criação do Museu e informações técnicas museológicas das obras publicadas.	72.700,00

Setorial 2016	14558	Requalificação do Memorial Mãe Menininha do Gantois	Tanira Mônica Silva Fontoura	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto visa realizar ações de estruturação museológica para o Memorial Mãe Menininha do Gantois, visando a sua profissionalização, bem como a preservação de seu acervo e disseminação de suas informações ao público. Para tal, serão elaborados o Plano Museológico institucional e a documentação informatizada do acervo museológico do Memorial Mãe Menininha do Gantois.	99.250,00
Setorial 2016	13561	Inventário do Acervo Museológico do Museu Histórico de Jequié João Carlos Borges	Renilda Santos Do Vale	Salvador	Metropolitano de Salvador	Este projeto visa elaborar o inventário do acervo museológico do Museu Histórico de Jequié João Carlos Borges, situado no município de Jequié, no Estado da Bahia, com o propósito de preservar e possibilitar a comunicação dessa instituição cultural com o público, difundindo e promovendo o conhecimento.	89.683,35
Setorial 2016	14333	Documentação Museológica do Acervo do Ponto de Memória Tia Dina	Adenildes Santana Vargas Leal	Salvador	Metropolitano de Salvador	Proposta de Documentação Museológica do Acervo do Ponto de Memória Tia Dina localizado na Ilha de Matarandiba, município de Vera Cruz, visando sistematizar, classificar, catalogar e levantar dados através de pesquisa acerca do acervo a ser trabalhado buscando a preservação da memória da comunidade de Matarandiba.	70.291,15
Setorial 2016	14416	Publicação do livro Mulheres Negras e os Museus de Salvador: um diálogo em Branco e Preto com oficinas de capacitação para professores da Rede Estadual de Ensino	Joana Angélica Flores Silva	Salvador	Metropolitano de Salvador	A obra intitulada "Mulheres Negras e os Museus de Salvador: um Diálogo em Branco Preto" é resultado da dissertação apresentada no PPGMUSEU/UFBA, em outubro de 2015, intitulada: A Representação das Mulheres Negras nos Museus de Salvador: uma Análise em Branco e Preto. Acompanhará a publicação, oficinas de capacitação, gratuitas, voltadas à utilização dos museus como recursos didáticos, no processo de aplicabilidade da lei 10.639/03, para professores (as da Rede Estadual de Ensino).	98.174,00

Setorial 2016	13480	Plano Museológico – Proposta de Institucionalização do Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão	Associação São Jorge Filho da Gomeia	Lauro de Freitas	Metropolitano de Salvador	Elaboração de forma participativa, do Plano Museológico para o Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão, no município de Lauro de Freitas, pertencente ao Território de Identidade Cultural Metropolitana de Salvador, como forma de estratégia para a institucionalização do espaço, a sistematização do trabalho interno e a atuação do museu na sociedade, consoante com o Estatuto de Museus, e os deveres na elaboração, implementação dos seus Planos, bem como na captação de recursos via leis de incentivo	70.291,15
Setorial 2016	12582	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Informatizado de Documentação Museológica do MFGC	Ulisses Pinto Bandeira Sobrinho	Salvador	Metropolitano de Salvador	Projeto de desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado, de gestão de acervo, para o Museu Frei Germano Citeroni, proporcionando uma melhor comunicação, acessibilidade, informação e segurança sobre os objetos que compõem a coleção da instituição, resultando em melhores práticas para as ações e relações entre o público e o patrimônio musealizado.	99.502,00
Setorial 2016	13892	Ações Estruturantes Para o Museu Histórico de Mucugê- Bahia	Aníbal Augusto Gondim Silva	Salvador	Metropolitano de Salvador	O presente projeto visa dar continuidade à consolidação do Museu Histórico de Mucugê, dotando-o de infra-estrutura institucional museológica que o consolide profissionalmente para exercer de forma adequada o seu papel cultural de guardião da memória e história local. Nesse projeto serão elaborados o Plano Museológico institucional, o Programa e política de acervo, a documentação e informatização do acervo museológico.	99.500,00
Setorial 2016	13331	Vozes do Farol: Uma Viagem no Tempo Através do Museu Náutico da Bahia	Abrigo do Marinheiro	Salvador	Metropolitano de Salvador	Trata-se de uma intervenção artística, apresentando histórias encenadas no Forte de Santo Antônio da Barra: Museu Náutico da Bahia, sobre o prédio, seu acervo, sua história e a importância de cuidar e preservar o Mar da Bahia. O projeto objetiva despertar o interesse do visitante (maioria estudiantil) pela cultura local, de forma lúdica educativa e criativa, popularizando e divulgando o museu, e contribuindo para o fortalecimento da Memória e da Identidade Cultural da nossa sociedade.	99.850,00

Setorial 2016	10967	“A Gravura – Suas Técnicas e Tradição”	Raimundo Reis	Salvador	Metropolitano de Salvador	O projeto “A Gravura – Suas Técnicas e Tradição” propõe a continuidade das oficinas do MAM, que surgiram em 1980, a princípio como Oficinas de Arte em série, as Oficinas do Museu de Arte Moderna da Bahia se constituiu num centro de encontro, formação e informação das artes	R\$ 97.089,04
Setorial 2016	14953	Uma Tarde no Museu	Adriano Silva Assunção	Salvador	Metropolitano de Salvador	O Projeto Cultural Uma Tarde no Museu é uma iniciativa de um coletivo de artistas que deseja propiciar às crianças da rede pública de ensino Estadual um encontro cultural, lúdico, filantrópico, educativo e criativo com as raízes da ancestralidade desta população através do contato direto com a história e os elementos da cultura africana introduzida pelos negros trazidos da África no período de colonização a que foi submetido o país.	40.550,00
Setorial 2016	13508	Contos E Cantadores	Marcelo de Castro	Camaçari	Metropolitano de Salvador	CONTOS E CANTADORES é um projeto de música e contação de histórias, que toma partido do caráter lúdico e histórico que as canções populares (de samba e capoeira) possuem, para contar causos e fatos históricos e cotidianos de um determinado tempo ou povo. Ele acontecerá, mensalmente, durante 6 meses, em formato de circuito, nos museus de Salvador, tendo, a cada domingo, uma edição com novos cantos e contadores.	99.330,00
<p>Propostas desclassificadas na fase de apresentação da documentação obrigatória.</p> <p>Desistência dos Proponentes</p>							

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.2.7 Recôncavo

Figura 23 – Propostas apoiadas no Território do Recôncavo



Fonte: Fotografia 1: Requalificação Expográfica do Museu Casa do Garimpeiro³⁸; Fotografia 2: Informatização dos Acervos Museológicos do Parque Histórico Castro Alves (PHCA)³⁹; Fotografia 3: Documentação do Acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (Measb)⁴⁰.

O Território de Identidade Recôncavo abrange 20 municípios⁴¹, cujo total da população representa 4,13% da população do estado. Com forte representação histórico-cultural, o Recôncavo é destaque, sobretudo, pela intensa participação de seus habitantes nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Os municípios que integram o Território do Recôncavo concentram um importante conjunto de bens culturais, tendo as cidades de Cachoeira e São Félix seus perímetros urbanos reconhecidos como patrimônio nacional pelos Conjuntos Arquitetônico e Paisagístico. A região concentra um significativo número de bens culturais de natureza imaterial, sendo de grande influência as tradições culturais de matrizes

³⁸ Perfil do projeto no Facebook, disponível em <https://www.facebook.com/Requalifica%C3%A7%C3%A3o-Expogr%C3%A1fica-do-Museu-Casa-do-Garimpeiro-Mucug%C3%AA-Bahia-441377372863356>

³⁹ Catálogo disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0BywHkdwp6kAKYVlvekh5Yy1Zd1E/view?resourcekey=0-oW4HX8Q33bL2qrMP9niscQ>

⁴⁰ Catálogo disponível em: https://www.ufrb.edu.br/proext/images/CatalogoMEASB_v08.pdf.

⁴¹ Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.

africanas, como o Bembé do Mercado, o Samba de Roda do Recôncavo, o Carnaval de Maragojipe e a festa da Boa Morte.

Segundo levantamento que consta no Cadastro de Museus da Bahia, dezoito instituições museológicas estão sediadas no Território. Entre elas, Parque Histórico Castro Alves, Museu Regional de Cachoeira, Museu das Alfaias, Fundação Hansen Bahia, Fundação Casa Paulo Dias Adorno, Memorial da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, Memorial da Câmara, Museu de Arte Sacra do Recôncavo, Casa do Samba de D. Dalva, Museu Ordem Terceira do Carmo, Memorial do Ensino Superior Agrícola da Bahia (MEASB), Memorial Tayler Egídio, Memorial José Silveira, Casa do Samba, Museu do Recolhimento dos Humildes, Museu Galeria de Arte Caetano Veloso e o Centro Cultural Dannemman.

Com sete propostas pré-selecionadas, o Território é o segundo em número de projetos executados com apoio do edital Setorial de Museus perfazendo 12,5% do total de selecionados. Intuímos que esse percentual de propostas aprovadas é também um reflexo da presença do curso de Museologia, da Universidade Federal do Recôncavo. Nos dados disponibilizados pela Diretoria de Fomento da Secult, por meio da Coordenação do Fundo de Cultura, é possível verificar na ficha técnica dos projetos a presença de profissionais que são egressos do curso de Museologia da UFRB.

Percebe-se uma prevalência das propostas cujo objeto central é a documentação museológica dos acervos, que por sua vez estão relacionadas com a demanda do setor em relação à política setorial de museus. Os dados apontam a existência de um alinhamento das propostas com os eixos programáticos da PSM da Bahia, mais especificamente o Eixo 2 “Democratização e Acesso”, que visa o aprimoramento e a socialização dos dispositivos e das ferramentas utilizados, estimulando a realização ações voltadas a documentação museológica:

Ações voltadas para o alargamento cultural da população, por meio do acesso igualitário aos bens culturais preservados nos museus, aos programas, projetos e ações e para a adoção de procedimentos visando a assegurar o fortalecimento da cultura cidadã, o aprimoramento e a socialização dos dispositivos e das ferramentas utilizados para a gestão de acervos e para a sistematização da documentação museológica (BAHIA, 2014, p. 45).

A proposta do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia, selecionada no Edital Setorial de Museus de 2016, exemplifica essa relação ao propor a Documentação Museológica do acervo, visando a preservação do acervo com o intuito de promover a difusão

da memória e o acesso aos bens culturais, contribuindo para o desenvolvimento de ações culturais que estabeleçam uma relação de proximidade entre a coleção e o seu público.

O beneficiamento indireto do apoio para instituições de natureza administrativa pública também ocorre com as propostas pré-selecionadas nesse Território, sendo elas: a Informatização dos Acervos Museológicos do Parque Histórico Castro Alves, que trata de um museu com gestão estadual; o Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB) de natureza federal e o Museu Casa do Garimpeiro de gestão municipal. As propostas evidenciam os procedimentos museológicos destinados a preservação, por meio da documentação museológica e a difusão com exposições e ação educativa, conforme podemos verificar no quadro a seguir:

Quadro 13 – Resumo dos projetos selecionados no Território Recôncavo

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2012	8	Projeto Aprender Mais: Ano III Museando com o Samba de Roda e o Benin	Luciana Maria de Lima Barreto	Santo Amaro	Recôncavo	Realizar visitas guiadas; oficinas, palestras nos espaços museais da Casa do Samba e Casa do Benin.	92.950,00
Setorial 2013	002574	Inventário do Acervo de Arte da Fundação Hansen Bahia	Liliane Bastos Cruz	Governador Mangabeira	Recôncavo	Este projeto tem como objetivo inventariar as obras que compõem o acervo de Arte da Fundação Hansen Bahia, o que permitirá a um só tempo o controle e salvaguarda do acervo e a disponibilização das informações através de banco de dados disponível via internet, aumentando o acesso a esses bens culturais. Para viabilizar essa proposta, será realizado o levantamento de dados, catalogação e registro fotográfico de todas as obras que compõe o acervo de Arte.	91.137,10
Setorial 2014	6109	Informatização dos Acervos Museológicos do Parque Histórico Castro Alves	Cristiane Silva Marques	Muritiba	Recôncavo	Este projeto visa digitalizar e informatizar as coleções dos acervos museológicos, pertencentes ao Parque Histórico Castro Alves, situado no município de Cabaceiras do Paraguaçu no Estado da Bahia; através de um Software de Documentação, no sentido de salvaguardar e preservar a memória do poeta dos escravos e sua família através do acervo pertencente ao Museu, além de facilitar o acesso à informação.	98.552,00

Setorial 2016	11590	Requalificação Expográfica do Museu Casa do Garimpeiro em Mucugê: Bahia	Patrícia Verônica Pereira Dos Santos	São Félix	Recôncavo	A Casa do Garimpeiro está situada em um abrigo construído em uma formação rochosa, onde são expostos objetos ligados à história do ciclo do diamante na cidade de Mucugê. Esse espaço museológico mostra como era vida dos garimpeiros in loco, por isso desenvolver a comunicação museológica do circuito expográfico interno e externo desta instituição e ações de educação patrimonial, contribuirá para a preservação da memória coletiva de Mucugê junto ao Projeto Sempre Viva e o Museu Histórico de Mucugê.	99.200,00
Setorial 2016	12956	Inventário do Acervo de Arte da Fundação Hansen Bahia	Cristiane Silva Marques	Muritiba	Recôncavo	Este projeto tem como objetivo inventariar as obras que compõem o acervo de Arte da Fundação Hansen Bahia, cerca de cinco mil peças em sua maioria xilogravuras, contando também com obras em madeira entalhada, pintura, desenho e técnica mista de autoria de Hansen Bahia, Ilse Hansen e outros artistas que mantinham relações com o casal, o que permitirá a um só tempo o controle e salvaguarda do acervo e a disponibilização das informações através de banco de dados disponível através d banco de dados	99.500,00
Setorial 2016	11589	Museu do Samba de Roda: Essa Casa É Nossa	Daniela de Sena Silva	Santo Amaro	Recôncavo	Desenvolver, estimular e aumentar o acesso do público ao Centro de Referência do Samba de Roda – Casa do Samba na cidade de Santo Amaro/BA, possibilitando novas descobertas por meio das formas de expressão artísticas e culturais, oferecendo uma experiência ao mesmo tempo educativa e divertida através de atividades como: oficinas, intercâmbios culturais, encontros e apresentações públicas.	98.966,00

Setorial 2016	14304	Documentação do Acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MEASB)	Maitê Dos Santos Rangel	Santo Antônio de Jesus	Recôncavo	O projeto a ser pleiteado nesse edital tem por objetivo, realizar a Documentação Museológica do acervo do Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia e publicar o catálogo da coleção, visando a preservação do acervo, de relevante valor histórico e científico, com o intuito de promover a difusão da memória e o acesso aos bens culturais representativos de um tempo, contribuindo para o desenvolvimento de ações culturais que estabeleçam uma relação de proximidade entre a coleção e o seu público.	97.966,88
------------------	-------	--	----------------------------	---------------------------	-----------	--	-----------

Desistência do Proponente

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.2.8 Sertão do São Francisco

Figura 24 – Propostas apoiadas no Território do Sertão do São Francisco



Fonte: 1- <https://www.facebook.com/MuseuSentoSe>; 2- <https://www.facebook.com/Museu-do-Sert%C3%A3o-Ant%C3%B4nio-Coelho>

Com 10 municípios⁴², o Território Sertão do São Francisco concentra 3,55% da população estadual. O Território está situado no Vale do São Francisco, região das cidades ribeirinhas de acentuado desejo de preservação de sua história, sobretudo, a partir do represamento do Rio São Francisco com a construção da barragem de Sobradinho na década de 1970, que acarretou no deslocamento da população das cidades de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, e Remanso. Além do forte impacto ambiental, memórias foram submersas pelas águas da barragem de Sobradinho.

O levantamento realizado pela Dimus apontava 04 instituições museológicas no Território, que representa 1,86% do total das instituições mapeadas no estado, sendo elas: o Instituto Popular Memorial de Canudos, o Museu de Curaçá Auristela Torres D. Telú, a Fundação Museu Regional do São Francisco e Museu do Sertão Antônio Coelho, sendo que

⁴² Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.

destas, apenas o Museu do Sertão Antônio Coelho foi diretamente apoiado com recursos do Edital Setorial de Museus, tendo como proponente a Associação de Amigos do Museu do Sertão Antônio Coelho com duas propostas estruturantes que visavam a organização e planejamento institucional, estando relacionadas aos eixos programáticos da PSM da Bahia: Eixo 1 – Configuração e gestão do campo museológico, que, como visto anteriormente, versa sobre a institucionalização dos museus com ênfase nos plano museológicos e o Eixo 3 – Ação Sociocultural e Educativa que trata das “[...] ações com o objetivo de utilizar o patrimônio museológico como um suporte essencial ao processo educativo, para a construção de uma cultura cidadã e para o desenvolvimento sociocultural” (BAHIA, 2014, p. 46).

Aduzimos que a formulação dessas propostas são uma consequência das ações da política de museus, tanto no plano nacional quanto no âmbito estadual, pois tivemos acesso aos relatórios do I Encontro Setorial de Museus, do Encontro Baiano de Museus e foi possível identificar a presença dos representantes do Museu do Sertão Antônio Coelho participando dos grupos de trabalho voltados a Gestão de Instituições Museológicas.

A pesquisa identificou a criação de um novo museu no município de Sento Sé, com a proposta “Ações para implantação do Museu de Sento Sé”. Ou seja, mais uma instituição que surgiu a partir do desejo pela memória de uma cidade, que como outras do Território submergiram de um processo de desterritorialização provocado pela construção da barragem de Sobradinho. Um ponto em comum das propostas apoiadas nesse Território é que elas priorizam a elaboração do plano museológico, demonstrando a preocupação com a institucionalidade, fato reforçado nas palavras da Sra. Maria do Socorro Reis Miranda, “para perpetuar é fundamental que a coleção fosse musealizada, institucionalizada, tornando-se um espaço profissional”⁴³.

As informações extraídas do SIIC/Clique Fomento, demonstram que além da elaboração do plano museológico, as propostas que objetivavam fortalecer a função social desses museus tinham como metas o desenvolvimento de ações de capacitação, documentação, pesquisa, comunicação e difusão, em conformidade com as ações previstas na diretriz 02 do Eixo 2 - Cultura, cidade e cidadania do PNSM, que aponta a necessidade da implementação de “ações de comunicação que contemplem preservação, documentação, exposição, educação, acesso à informação, democratização, disponibilização e dinamização

⁴³ Depoimento extraído de matéria sobre o museu. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2017/10/14488/Museu-de-Sento-Se-ja-esta-aberto-com-Plano-Museologico.html>. Acesso em: 14 mai 2022.

das coleções na interrelação com a cidade” e a diretriz 03 do Eixo I - Produção simbólica e diversidade cultural do PNSM, para “capacitar professores da rede pública e particular de ensino fundamental e médio para ações de valorização e registro de memórias locais” (BRASIL, 2010, p. 46-54). No quadro abaixo é possível acessar um extrato com o resumo das propostas.

Quadro 14 – Resumo dos projetos selecionados no Território Sertão do São Francisco

Edital	Número da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2014	5867	Requalificação do Museu do Sertão Antônio Coelho – 1ª etapa	Associação de Amigos do Museu do Sertão Antônio Coelho	Remanso	Sertão do São Francisco	O projeto consiste no início da requalificação institucional. Nesta primeira etapa serão contemplados a elaboração do Plano Museológico, que orientará as etapas posteriores, e a Museografia, para maior visibilidade junto à comunidade e implantação de ações educativas.	99.200,00
Setorial 2016	14970	Ações para implantação do Museu de Sento Sé	Maria do Socorro Reis Miranda	Sento Sé	Sertão do São Francisco	O projeto Ações para implantação do Museu de Sento Sé visa criar ações para a implantação do Museu de Sento Sé a partir da coleção de Maria do Socorro Reis Miranda (Tia Soca). Para tal, será elaborado o Plano Museológico institucional, arrolamento do acervo e uma exposição itinerante para sensibilização da comunidade da importância desse acervo e do resgate da história de Sento Sé.	99.750,00
Setorial 2016	13458	Requalificação do Museu do Sertão Antônio Coelho – 2ª Etapa	Associação de Amigos do Museu do Sertão Antônio Coelho	Remanso	Sertão do São Francisco	O projeto consiste na continuação da requalificação institucional. Nesta segunda etapa serão contempladas a elaboração e implantação da Programação Cultural anual e do Programa Educativo do Museu do Sertão Antônio Coelho, para consolidação e maior visibilidade institucional junto à comunidade, segundo diretrizes construídas no Plano Museológico.	93.750,00

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento.

5.2.9 Sertão Produtivo

Figura 25 – Propostas apoiadas no Território Sertão Produtivo



Fonte: Fotografias da autora.

O Território de Identidade Sertão Produtivo é formado por 19 municípios⁴⁴, cuja extensão territorial corresponde a aproximadamente 4,2% do território baiano. Segundo levantamento realizado pela Dimus, seis instituições museológicas foram mapeadas na região, sendo elas: o Arquivo Público Municipal de Caetité e a Casa Anísio Teixeira, situados no município de Caetité; a Fundação Joaquim Dias Guimarães, o Memorial da Câmara de Vereadores, o Memorial Casa de D. Dedé e a Casa do Escritor Domingos Antônio Teixeira – Teixeirainha, sediados na cidade de Guanambi. Dessas instituições, apenas a Fundação Joaquim Dias Guimarães submeteu proposta e foi pré-selecionada. Entretanto, não apresentou a documentação obrigatória para a assinatura do TAC, sendo desclassificada.

A pesquisa identificou que o Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB) foi objeto de duas propostas apoiadas no Território. O MASB é o primeiro museu de território localizado na região, com atuação nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã. Vale destacar que o

⁴⁴ Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.

MASB possui natureza administrativa pública vinculada à Prefeitura Municipal de Caetité, tendo sua administração técnica sob responsabilidade da Associação de Amigos do MASB e da Universidade do Estado da Bahia, Campus VI e XII. Contudo, ainda que o MASB possua uma Associação de Amigos, verificamos que a captação de recursos por meio do Edital Setorial de Museus ocorreu com proponente pessoa física.

A partir da análise do relatório simplificado disponível no SIIC/Clique Fomento é possível identificar similaridades na metodologia empregada para execução das metas, cuja base é a realização de oficinas direcionadas às comunidades dos núcleos museológicos do MASB. A estrutura das propostas demonstra um alinhamento com as diretrizes do PNSM, em especial, a diretriz 03 do Eixo I - Produção simbólica e diversidade cultural, que versa sobre a implementação de “políticas de preservação e difusão das diversas manifestações e referências culturais, promovendo o acesso à produção simbólica e à diversidade cultural dos municípios” (BRASIL, 2010, p. 45). Com três propostas pré-selecionadas, o Território responde por 5,56% do total de projetos apoiados no Edital Setorial de Museus entre 2012 – 2016, conforme quadro a seguir:

Quadro 15 – Resumo dos projetos selecionados no Território Sertão Produtivo

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2013	002270	Plano Museológico Fundação Joaquim Dias Guimarães	Fundação Joaquim Dias Guimarães	Guanambi	Sertão Produtivo	O projeto consiste na construção do Plano Museológico institucional como forma de estruturação e planejamento da entidade para seu fortalecimento, dinamização e criação de estratégias.	42.600,00
Setorial 2016	14820	Núcleos Museológicos do MAsB: Projeto de Fortalecimento e Capacitação	Patrícia Fernandes Pereira	Caetité	Sertão Produtivo	O projeto propõe ações voltadas para comunidades rurais e urbanas abrangidas pelo Museu do Alto Sertão da Bahia (MASB), e visão ao aprofundamento dos referenciais sociais e históricos do território, através do levantamento de elementos que traduzam sua identidade, memória coletiva e referenciais culturais. Propõem-se oficinas diversas cuja culminância dar-se-á na apresentação de Vídeo-Documentário e de uma cartilha informativa.	93.480,00
Setorial 2016	15141	Uma Exposição à Várias Mãos	Hilda Bárbara Maia Cezário	Guanambi	Sertão Produtivo	“Uma exposição a várias mãos” visa a construção da proposta expositiva e do catálogo do Museu do Alto Sertão da Bahia, através de ações de curadoria compartilhada e da construção coletiva do catálogo, refletindo o caráter comunitário e participativo do museu. Durante seis meses, as narrativas serão construídas a partir dos 10 Núcleos Museológicos do museu no território, localizados entre zonas urbanas e rurais dos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã.	99.860,00

Proposta desclassificada na fase de apresentação da documentação obrigatória

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento



5.2.10 Sisal

Figura 26 – Proposta apoiada no Território do Sisal



Fonte: Foto de Danilo Victor⁴⁵

O Território de Identidade Sisal é formado por 20 municípios⁴⁶. Localizado no Nordeste Baiano, corresponde a aproximadamente 3,6% do território estadual. Na região encontramos os sítios arqueológicos, pré-coloniais e de arte rupestre, da Pedra do Índio e Serrote da Onça, registrados no município de Monte Santo, sendo o segundo pintado sobre granito. A Igreja Matriz de Nossa Senhora de Sant'Ana de Serrinha e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Natural e Paisagístico da Serra do Monte Santo são reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia.

Em dados de 2012, o levantamento realizado pela Dimus apontava a existência de seis instituições museológicas. Na cidade de Araci estão listados a Oficina de Artes de Araci (Ponto de Cultura) e o Museu Histórico da Cidade, que são de natureza administrativa privada. Já na cidade de Monte Santo temos o Museu do Sertão, cuja gestão é de responsabilidade do município. Em Serrinha temos uma instituição de natureza privada, o Museu do Gonzagão. No município de Tucano estão o Memorial Padre José Gumercindo, que é uma instituição privada e o Museu Regional Hélcio Andrade, de responsabilidade do município. Assim, a região concentra 2,79% do total dos museus do estado.

⁴⁵Registros da requalificação do Museu do Centro Cultural de Araci. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/secultba/albums/72157661447244754/>. Acesso em: 14 abr 2021.

⁴⁶ Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.

Nas quatro edições do Edital Setorial de Museus aqui tratadas, apenas 01 proposta foi apoiada no território (Quadro 15), perfazendo 1,79% do total dos projetos pré-selecionados. A partir dos dados coletados no relatório simplificado do SIIC/Clique Fomento, identificamos que se trata de uma proposta com objetivo de revitalização do Museu do Centro Cultural de Araci Turismo, na qual estavam previstas a realização de duas exposições e ações formativas para funcionários do Centro Cultural de Araci e professores que atuariam como monitores do Museu.

Em sua justificativa, o proponente apontou a importância da reestruturação do museu para o município, tendo em vista a inserção da cidade de Araci no projeto turístico chamado “Caminhos do Sertão”. Ainda segundo consta na justificativa da proposta “o fato de termos um museu estruturado e que possa atrair o interesse de visitantes que passarem por nossa região, torna ainda mais legítimo e imprescindível sua revitalização”.

Segundo Fabbri (2011), os museus são propulsores da atividade turística para algumas cidades de pequeno e médio porte no Brasil. Assim, como exemplo da afirmativa da autora temos o Inhotim na cidade de Brumadinho. Dessa forma, percebemos que o projeto de revitalização do Museu do Centro Cultural de Araci, tem potencial para movimentar a economia local com a geração de emprego e renda associados às atividades do museu.

Quadro 16 – Resumo propostas selecionadas no Território do Sisal

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2014	6327	Revitalização do Museu do Centro Cultural de Araci	Centro Cultural de Araci	Araci	Sisal	Revitalização do Museu do Centro Cultural de Araci, através da preservação, conservação e restauração do seu acervo, tornando-o assim mais dinâmico e interativo para melhor visualização e acesso dos estudantes e demais pessoas da comunidade e visitantes. Serão realizadas também duas exposições temporárias na área externa do museu e na praça principal da cidade.	30.886,58

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.2.11 Sudoeste Baiano

Figura 27 – Proposta apoiada no Sudoeste Baiano



Fonte: Perfil do Museu Regional de Vitória da Conquista⁴⁷

O Território Sudoeste Baiano é constituído por 24 municípios⁴⁸, sua população segundo dados do IBGE (2010), é de 696.592 habitantes, o que corresponde a aproximadamente 4,8% do estado baiano. Constam na região sete instituições museológicas, sendo elas: Museu Napoleão Ferraz de Araújo, no município de Belo Campo e os localizados na cidade de Vitória da Conquista, Casa Memorial Regis Pacheco, Museu Cajaíba, Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Museu Regional de Vitória da Conquista, Museu Literário Prof^a Amélia Barreto de Souza e Museu de História Natural.

Conforme dados extraídos do SIIC/Clique Fomento (Quadro 15), a proposta “Elaboração do Plano Museológico para o Museu Regional de Vitória da Conquista” no período que compreende a pesquisa, 2012-2016, foi a única pré-selecionada no Edital Setorial

⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100064804863923&sk=about>. Acesso em: 03 set 2021.

⁴⁸ Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piriapá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

de Museus. O projeto tem como beneficiado indireto o Museu Regional de Vitória da Conquista, uma instituição que possui vínculo com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, ou seja, trata-se de um acervo de tutela pública. Dessa forma, a partir da análise das propostas selecionadas nessa modalidade de apoio direto com recursos do FCBA, inferimos que o perfil do proponente se enquadra no padrão identificado, no qual proponentes pessoas físicas apresentam propostas estruturantes para instituições museológicas que estão vedadas de participar do edital na condição de proponentes.

Em síntese, o que se propõe nesse projeto é a reestruturação da forma de gestão e comunicação do acervo. Para alcance do objetivo a elaboração do plano museológico é de suma importância, pois a partir de uma construção participativa será possível subsidiar o planejamento estratégico das ações técnicas, socioculturais e educativas da instituição. Desse modo, o museu ganha uma gestão museológica, que, em certa medida, atende a uma exigência legal vigente desde 2009, tendo em vista que as instituições museológicas em todo o país tiveram um prazo de 5 anos (até 2014) para se adequarem e elaborarem seus planos museológicos.

Do ponto de vista da organização e da gestão das instituições museológicas, destaca-se no projeto, como aspecto fundamental, a ênfase dada ao planejamento estratégico a curto e a longo prazo para apoiar a operacionalização dos diversos setores do museu, fortalecendo dessa forma a gestão museológica. Segundo Chiavento (2003, p. 168), “planejar é definir os objetivos e escolher antecipadamente o melhor curso de ação para alcançá-los. O planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência”. Assim, o plano museológico funciona como mecanismo para organizar a gestão da instituição.

Importa lembrar que a apesar da obrigatoriedade de elaboração do Plano Museológico ter sido instituída em 2009 pelo recém-criado Ibram, seguramente a maioria dos museus baianos em 2012 não tinha planos, incluindo os museus que seriam selecionados e beneficiados pelo Edital Setorial de Museus.

Quadro 17 – Resumo propostas selecionadas no Território Sudoeste Baiano

Edital	Nº da Proposta	Projeto	Proponente	Município	Território	Resumo	Valor (R\$)
Setorial 2012	17	Elaboração do Plano Museológico para o Museu Regional de Vitória da Conquista	Karine Silva Porto	Vitória da Conquista	Sudoeste Baiano	Elaboração de plano museológico participativo, compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, indispensável para a identificação, ordenamento e priorização dos objetivos e das ações de cada uma das áreas de funcionamento da instituição museológica, servindo também como instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.	46.955,37

Fonte: Elaboração própria a partir do SIIC/Clique Fomento

5.3 MUSEUS QUE JÁ FIZERAM USO DOS RECURSOS DO FUNDO DE CULTURA

A pesquisa apontou que das 56 propostas pré-selecionadas, apenas 9 apresentavam proponentes com vínculo institucional junto aos museus beneficiados (tendo uma delas apresentado duas propostas). Outro aspecto significativo que identificamos refere-se ao número de espaços museais receptores de ações culturais e atividades museológicas, pois do universo dos 56 projetos apoiados, contabilizamos o número 41 museus sendo indiretamente beneficiados com os recursos do apoio.

Nota-se que a prática das instituições não atuarem na condição de proponentes de seus respectivos projetos também é uma característica encontrada nos projetos apresentados nos editais em território nacional. Tal situação é observada pela museóloga Rafaela Almeida (2018, p.174), em estudo sobre fomento para a área do patrimônio museológico brasileiro, no qual ela aponta que “os museus beneficiários nas propostas atendidas, em sua maioria, não foram os próprios proponentes dos projetos apresentados ao MinC e os mesmos costumam ser os receptores de ações a serem desenvolvidas em seus espaços”.

A maioria das instituições apoiadas via recursos do Fundo de Cultura da Bahia são instituições que foram originadas a partir de coleções particulares, que no período estudado não apresentavam fontes regulares de renda e sinalizam para dependência do recurso público para realizar ações técnicas estruturantes como a elaboração do plano museológico e documentação do acervo. Para exemplificar, temos o depoimento dos gestores do Memorial Mãe Menininha do Gantois sobre a dificuldade em elaborar o plano “estávamos há mais de cinco anos lutando para fazer o plano museológico que é uma das coisas mais importantes”, a fala da Iyakekerê do Terreiro do Gantois, responsável pelo memorial Ângela Ferreira⁴⁹.

Percebe-se na fala da representante do Gantois que os pressupostos da política de museus estão reverberando. A problemática da gestão entrou na pauta, independente dos arranjos institucionais, da fragilidade financeira e das dificuldades em manter um corpo técnico estável, a necessidade de planejamento ganha centralidade nas instituições e nos processos de musealização⁵⁰ em solo baiano. Para suprir essas lacunas os editais de apoio direto apresentam-se como uma alternativa.

Nesse cenário chama atenção o Memorial Kisimbîê, cuja criação ocorreu por meio de captação de recursos via Edital de Demanda Espontânea do FCBA (2011), seguida da elaboração de seu plano museológico, considerado o primeiro para memoriais de matriz africana na Bahia, que contou com recursos do Edital Setorial de Museus (2014). Segundo Tata Anselmo que foi seu idealizador, o plano museológico possibilitou a qualificação do memorial, pois “é através dessa melhoria que promoveremos visitas guiadas, trabalhos de pesquisa, biblioteca para utilização de todos, oficinas e núcleo”⁵¹.

Outra instituição diretamente beneficiada é o Museu do Sertão Antônio Coelho (MSAC), sediado em Remanso, criado pela Sra. Marisa Muniz baseado no desejo de preservar a memória de sua cidade natal, concebendo um museu que conta a história da submersa cidade de Remanso, na Bahia, a partir das memórias do rural e do urbano, memórias que emergem das águas. Uma cidade entre as largas águas do São Francisco e a seca da Caatinga, destruída por uma visão de progresso que originou uma nova cidade, a cidade

⁴⁹ Fala sobre o projeto em matéria no site do Ipac. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/noticias/estamos-perpetuando-a-historia-de-mae-menininha>. Acesso em: 16 mar 2021

⁵⁰ A musealização é caracterizada pela seleção, aquisição, pesquisa, conservação, catalogação e processos de comunicação através de exposições e publicações, a partir da retirada de um objeto de sua origem e conferindo-lhe estatuto de objeto museológico.

⁵¹ Depoimento disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2016/08/noticias/cultura/seminario-sobre-a-preservacao-da-memoria-do-candomble-termina-neste-sabado/>. Acesso em: 18 mar 2021.

moderna, imposta, sem alma e que não consolidou as melhorias prometidas. D. Marisa, que estudou apenas as séries iniciais do ensino fundamental, assumiu o protagonismo de local e deu voz aos silenciados.

O MSAC possui uma Associação de Amigos do Museu institucionalizada. Entretanto, segue sem conseguir uma fonte de recursos ou apoiadores regulares. O museu é mantido com recursos próprios de sua idealizadora, que durante o 2^o Encontro Baiano de Museus⁵² (2010) relatou as dificuldades em manter a instituição sem apoio governamental. Com abertura dos editais setoriais o Museu do Sertão aporta propostas buscando a requalificação institucional para o estabelecimento de parcerias que auxiliem na promoção de ações para sua autossustentabilidade.

Para Costa (2014) o planejamento e permanente avaliação dos processos é fundamental para o alcance das metas a serem atingidas, independente do modelo de gestão a ser adotado é necessário que a equipe esteja atenta a sua missão, aos meios necessários para alcançar a atividade fim da instituição e a quem se destina as atividades. Dessa forma, nos três exemplos apresentados existe uma necessidade de qualificação na área de gestão para enfrentamento das limitações de pessoal e dos recursos orçamentários, tendo como primeiro passo a elaboração do plano museológico.

5.4 AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE OS PROJETOS APOIADOS E A POLÍTICA SETORIAL DE MUSEUS DA BAHIA

A Política Setorial de Museus da Bahia (PSM) é fundamentada nas diretrizes da Política Nacional de Museus, no Plano Nacional de Cultura, da Política Nacional e na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus. A PSM é conduzida a partir de onze diretrizes e seis eixos programáticos: 1) Gestão e configuração do campo museológico; 2) Democratização e acesso; 3) Ação sociocultural e educativa; 4) Comunicação e difusão; 5) Formação e qualificação e 6) Modernização de infraestruturas museológicas. Para alcance dos objetivos da política cada um desses eixos previa ações estratégicas pautadas nas demandas do setor museológico baiano.

Cabe registrar que a publicação da versão final do texto da PSM aconteceu em maio de 2014, dois anos após do lançamento do primeiro Edital Setorial de Museus. Dessa forma,

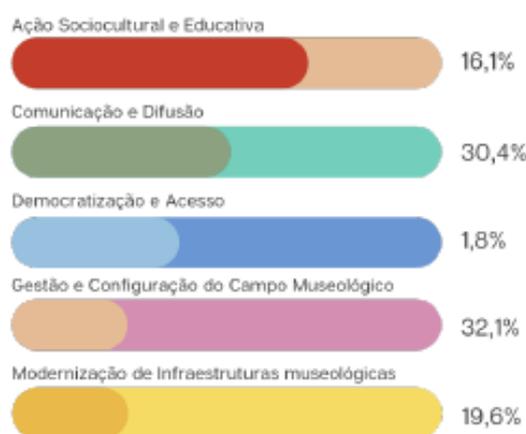
⁵² Depoimento disponível em <https://eduplay.rnp.br/portal/video/132204>

além dos eixos da PSM, outros documentos como o Plano Nacional Setorial de Museus e a Política Nacional de Museus foram utilizados como referências para a reflexão.

Isso posto, de acordo com os dados extraídos dos 56 projetos pré-selecionados, delineamos o perfil das ações propostas para em seguida verificar sua correlação com os eixos programáticos. Dessa forma, a análise explicitou características no objeto das propostas relacionadas aos seguintes eixos: 1) Ação Sociocultural e Educativa; 2) Comunicação e Difusão; 3) Democratização e Acesso; 4) Gestão e Configuração do Campo Museológico; e 5) Modernização de Infraestruturas Museológicas.

Na Figura 20 é possível observar a porcentagem das ações que dialogam com os eixos programáticos. O que se verifica a partir dos resultados apresentados é que: a) 31,2% das propostas visam ações de Gestão e Configuração do Campo Museológico; b) as ações que guardam relação com o eixo de Comunicação e Difusão representam de 30,4% dos projetos; c) 19,6% das ações são destinadas a Modernização de Infraestruturas Museológicas; d) 16,1% relacionam-se com o eixo Ação Sociocultural e Educativa; e e) 1,8% das ações estão diretamente relacionadas ao eixo Democratização e Acesso.

Figura 28 – Porcentagem das propostas por eixos da PSM (2012 - 2016)



Fonte: Elaborado pela autora com base no SIIC/Clique Fomento (2012 – 2016)

Nesse cenário, não se trata de mera coincidência o fato de identificarmos um número significativo de propostas cujo objeto é a constituição de ferramentas estratégicas com a finalidade de fortalecer a gestão museológica. O que pudemos inferir a partir da análise dos dados coletados é que 23,21% das propostas priorizaram a elaboração do Plano Museológico,

fato que consideramos um avanço da política de museus no processo de qualificação e institucionalização da gestão do campo museal baiano.

Inferimos ainda que esse número de projetos pode representar um reflexo dos debates produzidos no âmbito das ações de capacitação promovidas pela Dimus em parceria com Ibram. Por exemplo, em 2011 ocorreu a Oficina “Plano Museológico: implantação, gestão e organização de museus”, realizada em Salvador.

O engajamento dos profissionais egressos dos cursos de museologia da UFBA e UFRB, atuando como proponentes e prestando consultoria museológica, é também um ponto-chave para que as ações previstas nos projetos reflitam as diretrizes da PSM.

As atividades relacionadas ao eixo Ação Sociocultural e Educativa são em sua maioria ações artísticas e atividades educativas incluindo a mediação visitas e cessão de pauta para apresentações teatrais. Observa-se uma prevalência de atividades com o objetivo de utilizar o patrimônio museológico como suporte na construção coletiva de uma cultura cidadã e para o desenvolvimento sociocultural.

Conforme síntese disponível na Quadro 18, identificamos um equilíbrio na distribuição de ações para a sistematização da documentação museológica, na realização de exposições, restauração de acervo e criação de novas instituições. O perfil dos projetos sinaliza o processo de reorganização interna com ações que poderão contribuir para melhoria da gestão e da forma dos museus se relacionarem com comunidade.

Entendemos ser necessário uma análise mais acurada da relação entre as diretrizes e eixos programáticos da PSM e as atividades desenvolvidas nos projetos. A ausência do Plano Setorial de Museus no âmbito estadual é uma lacuna que, em certa medida, fragiliza a construção de indicadores.

Será necessário um aprofundamento do retorno para as instituições e público beneficiário, mediante o estudo detalhado dos 13 planos museológicos produzidos. Os dados apresentados por meio do fomento setorial apontam para a perspectiva de um estudo mais aprofundado. Entretanto, o que nos interessa mostrar com os dados, neste momento, é como tal conjuntura favoreceu a implementação da PSM.

Quadro 18 – Síntese do objeto as propostas em relação aos Eixos da PSM

OBJETO	QUANTITATIVO	AÇÃO	DIRETRIZES SECULT	EIXOS DA PSM
Publicação de Livros	3	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Ação Sociocultural e Educativa
Realização de ações educativas	2	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Ação Sociocultural e Educativa
Realização de apresentações artísticas nos espaços museológicos	3	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Ação Sociocultural e Educativa
Realização de oficinas	1	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Ação Sociocultural e Educativa
Comunicação museológica e ações de educação patrimonial	2	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Comunicação e Difusão
Exposições	5	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Comunicação e Difusão
Realização de documentário	2	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Comunicação e Difusão
Realização Oficinas	3	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Comunicação e Difusão
Realizar programação visual e comunicação institucional (Folder, Guia e Cartilha)	4	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Comunicação e Difusão

Realização de ações educativas	1	Ação Técnica	Alargamento das Transversalidades da Cultura	Comunicação e Difusão
Realização de ações educativas	1	Ação Técnica	Ampliação do diálogo intercultural:	Democratização e Acesso
Elaboração de Plano museológico	13	Ação estruturante Gestão museal	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Gestão e Configuração do Campo Museológico
Criação de Museu/ Memorial	4	Ação estruturante Gestão museal	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Gestão e Configuração do Campo Museológico
Programa Educativo	1	Ação estruturante Gestão museal	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Gestão e Configuração do Campo Museológico
Documentação de acervo	3	Ação Técnica	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Modernização de Infraestruturas museológicas
Inventário do acervo	3	Ação Técnica	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Modernização de Infraestruturas museológicas
Informatização do acervo	3	Ação Técnica	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Modernização de Infraestruturas museológicas
Restauração do acervo	2	Ação Técnica	Fortalecimento da institucionalidade cultural	Modernização de Infraestruturas museológicas

5.5 GASTOS ORÇADOS: ALGUNS ELEMENTOS PARA REFLEXÃO

O valor econômico que os museus implicam muitas vezes não é considerado importante quando do planejamento orçamentário. Essa situação ocorre tanto nas instituições públicas como nas privadas. Percebe-se que o setor de museus também é visto como um setor “subsidiado”, sendo o financiamento público justificado pela natureza não econômica e sem fins lucrativos de grande parte das instituições museológicas. No entanto, com a constituição da política de museus, percebemos que ações foram empreendidas a fim de dar visibilidade aos museus e o seu valor econômico tem sido cada vez mais reconhecido.

Para uma compreensão do impacto econômico do apoio direto via FCBA, os dados coletados no SIIC/Clique Fomento apresentados nas tabelas a seguir, compreendem os gastos orçados das propostas selecionadas no Edital 20/2016 – Setorial de Museus. Optamos por um recorte dentro do período pesquisado, devido à possibilidade de acesso às planilhas orçamentárias dos projetos, incluindo, os suplentes que também foram convocados.

Dessa forma, com a pesquisa foi possível apresentar um panorama com a identificação das despesas relativas aos diferentes profissionais e serviços contratados. As informações sobre a execução orçamentária estão consolidadas a partir dos gastos mais recorrentes identificados nas rubricas da planilha orçamentária dos projetos, que evidenciam a contribuição dos museus para a economia, em especial com o desenvolvimento dos serviços culturais. Pois, os museus fornecem produtos para consumo, ou seja, os bens e serviços culturais incorporados em exposições, publicações, apresentações musicais entre outros.

Os recursos orçados estão distribuídos em três categorias: (a) Pessoal, contendo os trabalhadores da economia criativa relacionados à pessoas físicas e encargos trabalhistas; (b) Serviços, que engloba profissionais e serviços da economia criativa relacionados a pessoas jurídicas que atuam de forma direta e indireta para o alcance do plano de trabalho pactuado; e (c) Gastos Administrativos que representam as despesas com pagamento de impostos, taxas, aquisição de produtos e equipamentos específicos.

É importante ressaltar que no presente levantamento serão considerados apenas os gastos orçados nos projetos pré-selecionados no Edital 20/2016 – Setorial de Museus.

5.5.1 Gastos com Pessoal

Em relação aos gastos orçados para contratação de pessoa física, a partir da disponibilidade de informações oficiais, foi possível sistematizar as informações do Edital 20/2016 – Setorial de Museus identificando que o total de recursos orçados com pagamento de pessoa física é de R\$ 899.918,50, que corresponde a 47,8% do apoio concedido, na Tabela 7 temos o extrato dos gastos com pagamento de pessoal (PF).

A partir da identificação dos gastos orçados foi possível verificar a existência de três grupos: Trabalhadores da Economia Criativa, Trabalhadores de Apoio e Encargos trabalhistas. O grupo de Trabalhadores da Economia Criativa representa a contratação de profissionais (pessoa física) para o desenvolvimento de atividades técnicas especializadas e para aquelas relacionadas às atividades culturais do projeto apoiado.

Dentro dos gastos orçados com pessoa física, observamos que 23,26% deles destinam-se ao pagamento de despesas para as funções de Museólogo(a), Historiador(a), Bibliotecário(a), Antropólogo(a), Arquivista e Auxiliares. Já as funções de Coordenador(a), Diretor Artístico(a) ou Geral e Produtor correspondem ao percentual de 12,15%. Os profissionais (pessoa física) que desempenham funções de auxílio aos técnicos especializados estão relacionados na categoria Trabalhadores de Apoio. O pagamento de taxas e impostos que incidem sobre a contratação de pessoas físicas está no grupo Encargos Trabalhistas.

Tabela 7 – Distribuição dos recursos orçados com pagamento de pessoal (PF) no Edital 20/2016 - Setorial de Museus.

CATEGORIA	VALOR	% SOBRE PESSOAL	% SOBRE O APOIO
TRABALHADORES DA ECONOMIA CRIATIVA: PF	R\$ 899.918,50	61	47,8
Coordenador(a), diretor artístico(a) ou geral e produtor.	R\$ 228.800,00	15,38	12,15
Artistas e grupos culturais locais e regionais	R\$ 35.700,00	2,40	1,90
Assessor(a) executivo(a) ou de comunicação	R\$ 20.900,00	1,41	1,11
Museólogo(a), Historiador(a), Bibliotecário (a), Antropólogo (a), Arquivista e auxiliares	R\$ 437.868,50	29,44	23,26
Monitor(a), instrutor(a) e oficineiro(a)	R\$ 89.240,00	6,00	4,74
Design, Fotógrafo	R\$ 40.210,00	2,70	2,14
Estagiário	R\$ 39.000,00	2,62	2,07
Revisor textual	R\$ 8.200,00	0,55	0,44
TRABALHADORES DE APOIO – PF	R\$ 80.400,00	5,41	4,27

Assistentes de coordenação e produção	R\$ 35.100,00	2,36	1,86
Assessor(a) e assistente jurídico(a) Contador	R\$ 6.700,00	0,45	0,36
Técnico de informática, de apoio, sistemas e internet	R\$ 38.600,00	2,60	2,05
ENCARGOS TRABALHISTAS	R\$ 11.575,94	0,78	0,61
TOTAL GASTOS ORÇADOS PESSOAL (PF)	R\$991.894,44		

Fonte: Elaborado pela autora com base no SIIC/Clique Fomento

5.5.2 Gastos com Serviços

Dentro dos Serviços da Economia Criativa encontramos os gastos relacionados aos serviços prestados por pessoas jurídicas, subdivido em dois grupos, são eles: Serviços da Economia Criativa e Serviços de Apoio. Os Serviços da Economia Criativa representam a contratação de consultorias e empresas para realização de serviços especializados. Dentro dos principais serviços contratados e com maior impacto no orçamento destacam-se: a contratação de Consultoria Museológica, que corresponde a 14,9%, seguida da contratação dos serviços de Design, Fotógrafo com 2,87% e as funções de Coordenador(a), Diretor Artístico(a) ou Geral e Produtor, que corresponde a 2,84%. Os Serviços de Apoio englobam a execução de atividades indiretamente relacionadas ao objeto das propostas apoiadas, sendo que a contratação de Serviços gráficos consumiu o maior volume de recursos, ou seja, R\$ 161.955,00, que corresponde a 8,6% do total do apoio, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 8 – Distribuição dos recursos orçados com pagamento de pessoal (PJ) no Edital 20/2016 - Setorial de Museus

CATEGORIA	VALOR	% SOBRE PESSOAL	% SOBRE O APOIO
SERVIÇOS DA ECONOMIA CRIATIVA – PJ	R\$ 495.380,00	33,31	26,31
Coordenador(a), diretor artístico(a) ou geral e produtor.	R\$ 53.450,00	3,39	2,84
Artistas e grupos culturais locais e regionais	R\$ 49.250,00	3,31	2,62
Assessor(a) executivo(a) ou de comunicação	R\$ 22.000,00	1,48	1,17
Consultoria Museológica	R\$ 280.500,00	18,86	14,9
Monitor(a), palestrante, instrutor(a) e oficinairo(a)	R\$ 36.100,00	2,43	1,92
Serviços de Design, Fotógrafo	R\$ 54.080,00	3,64	2,87
SERVIÇOS DE APOIO – PJ	R\$ 342.849,00	86,74	18,21

Assessor(a) e assistente jurídico(a), Contador	R\$ 6.500,00	1,64	0,35
Transporte (passagens, aluguel, combustível)	R\$ 68.616,00	17,36	3,64
Hospedagem e alimentação	R\$ 13.216,00	3,34	0,7
Aluguel de equipamentos (iluminação, informática)	R\$ 38.850,00	9,83	2,06
Assistente de produção, direção	R\$ 14.500,00	3,67	0,77
Serviços gráficos (catálogos, banners, cartazes, camisas)	R\$ 161.955,00	40,98	8,6
Distribuição de ingressos	R\$ 10.000,00	2,53	0,53
Serviços de áudio, vídeo e foto (serviços de filmagens, gravações, revelações, ampliações de fotografias e afins)	R\$ 22.200,00	5,62	1,18
TOTAL GASTOS ORÇADOS (PJ)	R\$838.229,00		

Fonte: Elaborado pela autora com base no SIIC/Clique Fomento

5.5.3 Gastos Administrativos

Como Gastos Administrativos são entendidas as despesas com aquisição de material de consumo e o pagamento de impostos e taxas. Quando comparamos os gastos orçados dessa categoria com o total apoio, observamos que 2,58% do total dos valores orçados é destinado à aquisição de papelaria e material de expediente; 0,16% dos gastos ocorreram com pagamento de direito autoral e 0,4% do total do apoio com pagamento de reserva de espaço, conforme tabela abaixo:

Tabela 9 – Distribuição dos recursos orçados com gastos administrativos no Edital 20/2016: Setorial de Museus

CATEGORIA	VALOR	% SOBRE SERVIÇOS	% SOBRE O APOIO
GASTOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 52.390,13	13,36	2,78
Autor: direito autoral	R\$ 3.000,00	0,76	0,16
Reserva de espaço	R\$ 800,00	0,2	0,04
Papelaria e material de expediente	R\$ 48.590,13	12,29	2,58

Fonte: Elaborado pela autora com base no SIIC/Clique Fomento

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final de um ciclo com o intuito de trazer luz sobre a indagação fundamentadora da presente investigação: de que modo o Fomento Setorial, em relação aos projetos executados por meio do Edital Setorial de Museus, subsidia implementação de ações com base na política de museus? Para tanto, inicialmente descortinamos o universo de formulação das políticas públicas, quando foi possível ampliar o entendimento das noções associadas às políticas culturais, tendo sempre a museologia como uma bússola a nos referenciar.

Os capítulos iniciais forneceram a base teórica das reflexões sobre cultura e economia criativa, essenciais no processamento dos dados coletados. Verificou-se que o tratamento dado pelo Estado à cultura afeta seus princípios operacionais, procedimentos administrativos e orçamentários.

O campo cultural é um território de disputas políticas, no qual o museu não é apenas um palco, ele tem sido parte ativa dos conflitos, são lugares privilegiados para contextualizarmos as contradições da política cultural. Ao analisarmos um recorte da organização das políticas culturais, percebemos que os museus são acessados pela política cultural explícita, aquela apresentada como estratégia oficial para o setor cultural, ou seja, eles foram e ainda são utilizados como mecanismo estabilizador e propagador da ideologia vigente. Dessa forma, entender como funcionam os circuitos visíveis e invisíveis que interligam os agentes construtores da política de museus é um desafio.

Com a implantação da PNM o setor de museus ganha instrumentos institucionais: o Sistema Brasileiro de Museus; o Instituto Brasileiro de Museus; o Plano Nacional Setorial de Museus; o Cadastro Brasileiro de Museus, o Registro de Museus, o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados e o Cadastro Nacional dos Bens Culturais Desaparecido, que representam avanços e a valorização do campo museológico durante a democratização do país no governo Lula, quando temos as gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira. A partir dos instrumentos de financiamento da PNM são criados programas e ações para descentralizar o acesso ao fomento via editais.

Em paralelo, na Bahia foi possível observar uma “intenção de gestão” em posicionar os museus enquanto estratégicos na formulação de políticas culturais, durante a gestão de

Jaques Wagner (2007-2010). Com isso, a Dimus promoveu ações para organização do campo cultural baiano, em articulação com o governo federal visando a sua institucionalização.

Percebemos que seguindo o modelo adotado, a partir da gestão Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC, a Dimus no período de (2008-2012) investiu nas consultas públicas com intuito de promover e intensificar a articulação entre governo e sociedade, quando ocorreram a formulação, reelaboração e definição de políticas públicas. Identificamos avanços no que diz respeito à gestão museológica e à constituição de uma política pública para museus, a partir das seguintes ações: a) a participação social com a territorialização do debate sobre a política de museus, a realização das conferências setoriais, territoriais e estadual de cultural, além das quatro edições do Encontro Baiano de Museus; b) a elaboração das minutas dos documentos (Instituto Baiano de Museus e Sistema Estadual e Museus), a concretização do documento e marco regulatório da Política Setorial de Museus da Bahia; c) lançamentos dos primeiros editais exclusivos para museus em (2009-2010), quando a seleção ocorria por categorias e o primeiro edital setorial de museus em 2012, quando o objeto do edital é ampliando.

No entanto, foi visto que a tradição da instabilidade se exerce de modo emblemático no campo cultural. Uma realidade que pode ser atestada com os dados levantados na pesquisa. Por exemplo, apesar do Ipac ser a unidade executora dos convênios celebrados âmbito do Edital Setorial de Museus e apresentar relativa estabilidade na gestão da autarquia, no período de expansão da PNM, teve Frederico Mendonça como seu dirigente (2007-2013), a arquiteta Elisabete Gándara (2014-2015), fez uma gestão de transição até a chegada do arquiteto João Carlos Cruz de Oliveira (de 2017 até a presente data). Ou seja, ao longo do período estudado o Ipac teve três gestores.

Por outro lado, verificamos que a Diretoria de Museus teve quatro diretores entre 2007-2016: Ana Silvia Liberato (2007-2008), Daniel Rangel (2008-2011), Maria Célia Teixeira Moura Santos (2011-2012) e Ana Silvia Liberato (2013-2016), que foi sucedida pela museóloga Maria de Fátima Santos (2017 até a presente data). Percebe-se ainda que a partir de 2013 a Dimus demonstra uma certa instabilidade e declínio na continuidade das ações estruturantes que repercutem na gestão da política museológica. Tal ocorrência coincide com o período de avanço e consolidação da PNM que se manteve até 2013, quando começa o gradual enfraquecimento do Ibram e dos seus instrumentos.

Não podemos deixar de registrar a extinção do MinC em janeiro de 2019, somando-se com o enfraquecimento das instâncias participativas em âmbito federal reverberando nos

demais entes federativos. Relativamente aos museus, o setor sofreu a tentativa de extinção do Ibram, somando-se a descontinuidade dos instrumentos de financiamento.

No decorrer da pesquisa foi possível observar que as mudanças no campo das políticas culturais na Bahia vão ocorrer de forma significativa a partir de 2007, quando Jaques Wagner (PT) assumiu o governo estadual, quando tivemos à frente da recém-criada Secretária de Cultura (Secult) o diretor teatral Márcio Meirelles (2007-2010) e, posteriormente, o pesquisador Albino Rubim (2011-2014). A gestão das políticas públicas é alinhada ao plano nacional. Nesse sentido, ocorreu a implementação de ações com o foco na territorialização da cultura, com ações estruturantes nos 27 Territórios de Identidade, além de modificações nos mecanismos de fomento e o fortalecimento da institucionalidade.

A partir da observação acerca do perfil das instituições que acessaram o edital Setorial de Museus, é possível inferir que os museus não conseguem sobreviver na lógica do mercado, salvo raras exceções. Dessa forma, pensar o processo de financiamento para a cultura com base nas políticas culturais, requer criação de um sistema diversificado de receitas e modalidades de investimento que contribuam para a promoção de ações de autossustentabilidade, sobretudo, quando pensamos no cotidiano das instituições museológicas e nos processos de musealização em formação com seus arranjos de gestão distintos.

A pesquisa nos permitiu avaliar que para promover a utilização das noções de sustentabilidade é necessária a reflexão de três questões básicas, que abordam três aspectos principais:

- Quais seriam as características essenciais para um museu alcançar a sustentabilidade nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais?
- De que forma se concretiza a gestão destes espaços, como proceder com o monitoramento e implementar uma rotina de avaliações, para saber até que ponto os objetivos foram alcançados?
- Quando são planejadas suas ações continuadas, as dimensões da sustentabilidade estão inseridas?

Compreendemos que a principal ferramenta para auxiliar no diagnóstico das questões acima pontuadas é o Plano Museológico. De acordo com o *Museus em Números* (IBRAM,

2011), um total de 35,2% dos museus baianos cadastrados declarou possuir plano museológico sendo um percentual acima do verificado no cenário nacional. Essa demanda local também é percebida nos dados extraídos do SIIC/Clique Fomento, pois identificamos que 23,21% das propostas apoiadas nas edições do Edital Setorial de Museus priorizaram a elaboração do Plano Museológico.

Os dados disponíveis no SIIC/Clique Fomento demonstram que, contrariando a realidade nacional, de 2012 a 2018 o Fundo de Cultura da Bahia destinou R\$ 4,43 milhões para a execução de projetos na área de museus. O Fomento Setorial atualmente é uma linha de apoio que tem conseguido manter regularidade. Contudo, verifica-se que o volume de recursos não atende ao número de instituições museológicas mapeadas na Bahia.

Configurando-se como uma das alternativas de financiamento direto, o Edital, segundo mapeamento dos projetos, apresentado no capítulo “**O alcance e os limites da política de fomento nos anos 2012-2016: um balanço**”, proporcionou o cumprimento de outras ações previstas na PSM da Bahia e no PNSM como a criação de novos espaços, documentação, restauração, publicações, entre outras. No entanto, a ausência do Plano Setorial de Museus no âmbito estadual dificulta o estabelecimento de indicadores com base na realidade local.

A pesquisa identificou que as ações dos projetos apoiados pelo Edital Setorial de Museus são caracterizadas por elementos relevantes para a constituição das políticas para o setor: formação, criação, produção, distribuição, consumo, conservação e fomento, conforme verificou-se na distribuição das propostas por Território de Identidade.

Os dados coletados retratam um cenário que permite observar as necessidades de cada região, segundo o perfil do proponente, natureza da proposta, concentração de recursos por território e objeto da proposta, além dos gastos orçados com pessoal e serviços da economia criativa. Assim, essa base de dados que fornece amostras representativas com informações sobre o fomento estadual aos museus, tendo como referência os projetos aprovados em cada edição do edital e sua distribuição espacial por Território de Identidade.

Outro ponto importante foi a identificação das despesas relativas aos diferentes profissionais e serviços contratados. As informações sobre a execução orçamentária estão consolidadas a partir dos gastos mais recorrentes identificados nas rubricas da planilha orçamentária dos projetos, reforçando a contribuição dos museus para a economia, em especial com o desenvolvimento dos serviços culturais. Em relação à descentralização dos

recursos, os Editais Setoriais de Museus tendem a concentrar a maior parte dos projetos aprovados nos territórios com municípios de grande porte, a exemplo do Território Metropolitano de Salvador, que concentra 58,2 % dos recursos liberados, gerando um desequilíbrio na realização dos processos museológicos e na proteção do patrimônio cultural baiano.

Relativamente os impactos do fomento na PSM, a análise explicitou que o objeto das propostas e suas ações dialogam com os seguintes eixos programáticos: a) 31,2% das propostas visam ações de Gestão e Configuração do Campo Museológico; b) as ações que guardam relação com o Eixo de Comunicação e Difusão representam de 30,4% dos projetos; c) 19,6% das ações são destinadas a Modernização de Infraestruturas museológicas; d) 16,1% relacionam-se com o Eixo Ação Sociocultural e Educativa e; e) 1,8% das ações estão diretamente relacionadas ao Eixo Democratização e Acesso.

6.1 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Percebe-se que na Bahia, o fomento direto do estado aos museus passou por aprimoramentos, visando uma melhor capacidade de alcance do financiamento público. Embora haja avanços, não se pode negar as limitações em decorrência de suas exigências técnicas para atendimento do regramento legal requer que o proponente cumpra com determinados critérios e apresentação de documentos obrigatórios. Em que pese as simplificações implementadas, ainda é necessário conhecimento técnico e experiência na elaboração de projetos. Um complicador para a proposta de descentralização e democratização dos recursos para cultura, tendo em vista que o número de profissionais com essa expertise é limitado, sobretudo, nas instituições museológicas sem equipe regular. Com isso, poderá ocorrer a repetição de profissionais na ficha técnica e também a possibilidade do mesmo proponente ser contemplado em edições seguidas como foi possível identificar no mapeamento realizado.

Outro ponto refere-se ao fato do Edital ter sido concebido para atender apenas aos museus de natureza administrativa privada, o que impede o acesso dos museus de tutela pública, indo de encontro a um dos eixos programáticos da PSM da Bahia de “implementar políticas públicas de fomento e financiamento específicas para os museus do Estado da Bahia, bem como estimular iniciativas que possibilitem a parceria público-privada” (BAHIA, 2014,

p. 44). Desse modo, é necessário articular junto aos órgãos de controle consultas visando a construção de uma alternativa para atendimento aos museus de tutela pública que são a maioria no estado.

Verifica-se a necessidade de capacitação na área de gestão para os profissionais que atuam nas instituições museológicas, mais que cursos e oficinas, recomenda-se o estabelecimento de um ambiente de aprendizagem permanente com a cooperação técnica entre os órgãos de preservação, o Conselho Regional de Museologia e os cursos de graduação e de pós-graduação Museologia da UFBA e da UFRB. Outra ação estratégica seria a criação de um grupo de pesquisa dentro do PPGMuseu voltado para gestão museológica e do patrimônio.

As evidências desta pesquisa indicam que futuros trabalhos devem ser realizados e aprofundados a partir da análise da efetividade dos planos museológicos elaborados com apoio financeiro do Edital Setorial de Museus e da evolução da participação do público visitante a partir das ações de dinamização e difusão.

Por fim, recorremos à reflexão de Bayardo “estos términos intentan llamar la atención, respectivamente, sobre el instrumentalismo de las políticas culturales, que ven la cultura como un recurso para alcanzar otros fines, primordialmente económicos, pero también políticos” (BAYARDO, 2007, p. 68) que nos adverte ser prudente desconfiarmos da repentina atenção que a cultura tem recebido, aqui incluo os museus. Caso contrário, podemos incorrer em erros, como o de tomar a instrumentalização da cultura principalmente para fins econômicos, mas também políticos por uma real valorização da dimensão cultural.

REFERÊNCIAS

- AHEARNE, Jeremy. **Cultural policy explicit and implicit**: a distinction and some uses. 2009. *International Journal of Cultural Policy*, Vol.15 (No.2). p. 141-153.
http://wrap.warwick.ac.uk/36674/1/WRAP_Ahearne_ahearne_implicit_cult_pol_article_final.pdf
- ALMEIDA, Rafaela Caroline Noronha. **Fomento para a área do patrimônio museológico brasileiro o incentivo fiscal, a Lei Rouanet e os museus da região Nordeste**. 2018. 200 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAHIA. Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Nova estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo e da Funceb. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 21-22 dez. 2002. Seção I.
- BAHIA. Lei nº 9.431, de 11 de fevereiro de 2005. Cria o Fundo de Cultura da Bahia: FCBA e dá outras providências. Salvador, 2005. Disponível em:
<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/LeiN9431CriaFundodeCultura.pdf>
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Ipac. Dimus. **Relatório de Gestão 2003-2004**. Salvador: Ipac, 2006.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. Dimus. **Relatório Executivo do I Encontro Baiano de Museus**. Salvador, 2009.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Cultura é o quê?** Relatório de atividades 2007/2009. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/2011/07/07/relatorios/>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. Dimus. **Relatório de Atividades do Núcleo de Sistema de Museus**. Salvador: Dimus/Ipac, 2010
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. Dimus. **Síntese das Ações desenvolvidas pela Diretoria de Museus Dimus/Ipac**: Período 2008/2010.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. **Relatório Coordenação de Editais/Ipac**: Período 2009/2010.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. Dimus. **Relatório do III Encontro Baiano de Museus**. Salvador: Dimus/Ipac, 2011.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. Dimus. **Dossiê do Núcleo Sistema de Museus 2009-2010**. Salvador, abril 2011.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Ipac. **Relatório de 2012**. Disponível em:
<http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/RELAT%C3%93RIO-Ipac-2012-imagem.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. **Legislação da Cultura na Bahia**. 2014. Disponível em:
<http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacaolegislacaodaculturanaBahia.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí 1998

BAYARDO, Rubens. Cultura & desarrollo: ¿nuevos rumbos y más de lo mismo? 2007. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador, Edufba, 2007

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das idéias. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim; BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007, p. 109-132.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**: memória e cidadania. Brasília: MINC, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**: Relatório de Gestão 2003-2006. Brasília: MinC / Iphan / Demu, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento 183 Superiores: DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Política Nacional Setorial de Museus**: 2010/2020. Brasília, DF: MinC/Ibram. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014 Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em números**. (vol. 1 e 2). Brasília, DF: 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus e a dimensão econômica**: Da cadeia produtiva à gestão sustentável. – Brasília, DF: 2014. 142 p.: il; 23 cm – (Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade, 2).

BRITTO, Alzemer Martins Ribeiro de; SANTOS, Cléia Costa dos. Instrumentos para concretização da democracia participativa. Fundo constitucional de cultura. Vinho novo em odre velho? **Revista Eletrônica sobre Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 19 – set. out. nov. 2009. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=388>

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 119-137, 2010.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones em transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001

CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 327-268, jun./dez. 2004.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo entre Brasil, Argentina, México e Colômbia. In: **Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Ano 7, n. 7. 2013.

<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/sumario07.php>. Acesso em: 06 out. 2018.

CANEDO, Daniele Pereira. **Cultura, Democracia e Participação Social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia**. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, FAPESP, 1999.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Ensaio sobre modelos de gestão aplicados às instituições museológicas. **Anais do Seminário Brasileiro de Museologia: I SEBRAMUS**. Belo Horizonte, MG, 2014.

DURAND, José Carlos Garcia; GOUVEIA, Maria Alice; BERMAN, Graça. Patrocínio Empresarial e Incentivos Fiscais a Cultura no Brasil: Análise de uma experiência recente. **RAE: Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 37, n. 4, p. 38-44. 1997

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo, Unesp, 2003

FABBRI, A. **Museus: o que são, para que servem?**. São Paulo: ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2011. (Coleção Museu Aberto).

FERNANDES, Taiane. **Políticas Culturais – A Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006**. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

GIL, Gilberto. **Hegemonia e diversidade cultural**. Disponível em: http://gilbertogil.com.br/lista_textos/hegemonia-e-diversidade-cultural/. Acesso em: 12 out. 2019.

IBGE, Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/12/sintese-indicadores-sociais-ibge-2022.pdf>

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. **Plano Nacional Setorial de museus: 2010/2020**. Brasília, DF, 2010. JOHNSON, R. Ascensão e queda do cinema brasileiro, 1960-1990. **Revista USP, [S. l.]**, n. 19, p. 31-49, 1993.

- LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus acolhem moderno**. São Paulo: Edusp, 1999
- MEMORIAL KISIMBIÊ: ÁGUAS DO SABER. **Plano Museológico** (2016). Terreiro Mokambo – OnzónGuzozaNkisiDandalundaye Tempo, Salvador, BA, 2016.
- MENSCH, Peter Van; PIET, J. M. Pouw; FRANS, F. J. Schouten. Metodologia da museologia e treinamento profissional. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n.3, p. 57-65, out. 1990.
- MIGUEZ, Paulo. Economia criativa: uma discussão preliminar. 2007. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador, Edufba, 2007
- MOISÉS, José Álvaro. 1998. Os efeitos das leis de incentivo. In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio. (org.). **Um Olhar Sobre a Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura. Disponível em: https://www.academia.edu/18148684/Os_efeitos_das_leis_de_incentivo
- PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Modelo federal de financiamento e fomento à cultura. In: RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, F. P. (org.). **Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 17-62
- POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. (org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007, p. 139-157.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2007, p.11-36.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Os Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **MATRIZES**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 57-77, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v11i2p57-77. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/123379>. Acesso em: 23 maio 2021.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marketing cultural. In: RUBIM, Linda. (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: Edufba, 2005. p. 53-77.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no governo Lula**. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). Salvador : Edufba, 2010 p.11
- RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: passado e presente. In: RUBIM, Antonio A. C.; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- PEDRA, Layno Sampaio. **Democracia e fomento à cultura: uma análise do Fundo de Cultura da Bahia**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2013.
- PRIMO, J. Pensar Contemporaneamente A Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 16, n. 16, 11
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **Revista Geographia**, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, v. 8, n.16, Niterói, 2006.
- SANTOS, Maria Célia T.M. Um compromisso social com a museologia. **Cadernos do CEOM**: ano 27, n. 41: Museologia Social.

SANTOS, Mariza Veloso Mottas. Nasce a Academia SPHAN, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, 1996, p. 77-95.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E ; FERRAREZI, E (orgs). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006, v. 1, p. 21-42. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf. Acesso em: 30 jun 2021.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA. **Sistema de Informações e Indicadores em Cultura** (SIIC – Clique Fomento). Consultas em 2018, 2019, 2020. Disponível em: <https://siic.cultura.ba.gov.br/>.

SILVA, F. A. B.; ARAUJO, H. E. (coord). **Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura**. Brasília: Ipea, 2010. 148 p.

UCHÔA, Sara. **Políticas Culturais na Bahia** (1964-1987). Salvador, 2006. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/arquivos/politicas_culturais_1964_1987_.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010**. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável. Genebra: Nações Unidas. 2010

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160>. Acesso em: 03 jan. 2020.

UNESCO. **Framework for cultural statistics**, 2009. Disponível em: http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/unesco-framework-for-cultural-statistics-2009-en_0.pdf Acesso em: 14 mar. 2021

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 2015. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/unesco-recomendacao-final-por.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020

URFALINO, Philippe. **A invenção da política cultural**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2015

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz & Terra, 2ª. Ed. 2008 1992.

APÊNDICE – Glossário

O presente glossário foi extraído Regulamento do Fundo de Cultura e do Guia do Proponente com fito de auxiliar sobre a nomenclatura técnica empregada nos mecanismos de fomento do Fundo de Cultura da Bahia.

Análise técnica: análise da viabilidade técnico-financeira do projeto, realizada pela Comissão Temática subsidiada por peritos da administração indireta da Secult, por especialistas de notório saber de outros órgãos e entidades da administração estadual ou por pareceristas externos credenciados pela Secult.

Ato Convocatório: é o instrumento legal com finalidade de definir e dar publicidade às condições necessárias à participação dos proponentes em processos seletivos. Através destes atos, a administração pública estabelece elo com os proponentes, pois neles são divulgados os prazos, instruções relativas a recursos e impugnações, informações pertinentes ao objeto e aos procedimentos, forma de apresentação de documentos e de propostas, além de outras informações necessárias à realização da seleção. A publicidade destes atos pode ser por meio de Editais, Avisos, Chamamentos Públicos, Resolução, Portaria, Decreto, dentre outros.

Comissões de concurso: colegiados responsáveis pela pré-seleção de projetos cujos critérios estejam preestabelecidos por meio de atos convocatórios publicados em meios de divulgação de amplo conhecimento.

Comissões temáticas: colegiados responsáveis pela análise técnica de projetos em cada área de linguagem cultural, composta por profissionais especializados designados pelo Secretário de Cultura.

Comissão de pré-seleção: colegiado responsável pelo exame jurídico e de mérito dos projetos do FCBA e avaliação das prestações de contas, dos remanejamentos de cronogramas e orçamentos dos projetos.

Mantenedor: pessoa jurídica estabelecida no Estado da Bahia, contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) inscrita no regime normal, que contribua para a formação e/ou manutenção do FCBA.

Natureza da Proposta: a natureza da proposta revela o resultado a ser esperado e destaca a contribuição da proposta para a área cultural onde se insere. Ela relaciona-se com o elo da rede produtiva do segmento escolhido. a natureza da proposta complementa a informação do segmento cultural.

Patrocinador: pessoa jurídica estabelecida no Estado da Bahia, contribuinte do ICMS, inscrita no regime normal, que, vencendo o leilão de que trata o art. 11 deste Regulamento, contribua com recursos próprios para a formação e/ou manutenção do FCBA.

Proponente: pessoa jurídica ou física estabelecida ou domiciliada no Estado da Bahia há, pelo menos, 03 (três) anos, é aquele que apresenta uma proposta cultural para obtenção de apoio financeiro, material ou institucional. O proponente é o responsável legal pela proposta e pode ser uma pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado.

Proposta Cultural: é um projeto e/ou plano de ação, envolvendo obras, ações, eventos, atividades, manifestações ou processos voltados para o desenvolvimento da cultura e/ou preservação do patrimônio cultural do Estado. Essa estruturação se dá sob forma de um

roteiro com informações básicas que são avaliadas sob o ponto de vista da política pública de cultura. Os critérios de avaliação são divulgados em cada seleção pública, ou seja, em cada Ato Convocatório.

Termo de Acordo e Compromisso (TAC): é o documento, no qual estão descritas todas as obrigações e regras que devem ser observadas para a correta execução do projeto, tais como: pagamento das parcelas, obrigações do proponente, prazo para apresentação da prestação de contas, dentre outras. O documento é assinado pelo proponente, pela Unidade Executora e pela Secretaria de Cultura.